Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017 10

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016 11

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015 12

Demonstração do Valor Adicionado 13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 15

Balanço Patrimonial Passivo 17

Demonstração do Resultado 20

Demonstração do Resultado Abrangente 21

Demonstração do Fluxo de Caixa 22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017 24

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016 25

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015 26

Demonstração do Valor Adicionado 27

Relatório da Administração 29

Notas Explicativas 34

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 125

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 128

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 129

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	596.955.970
Preferenciais	282.155.299
Total	879.111.269
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	4.826.667	3.938.480	3.501.745
1.01	Ativo Circulante	1.141.355	603.899	298.851
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	570.694	271.916	134.631
1.01.02	Aplicações Financeiras	365.765	215.439	44.430
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	365.765	215.439	44.430
1.01.02.01.03	Investimentos de Curto Prazo	365.765	215.439	44.430
1.01.03	Contas a Receber	160.238	79.238	90.263
1.01.03.01	Clientes	63.026	17.551	15.051
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	63.026	17.551	15.051
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	97.212	61.687	75.212
1.01.03.02.02	Partes relacionadas	97.212	61.687	75.212
1.01.06	Tributos a Recuperar	30.113	26.298	26.736
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	30.113	26.298	26.736
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	30.113	26.276	26.736
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	0	22	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	43	1.491	1.710
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.502	9.517	1.081
1.01.08.03	Outros	14.502	9.517	1.081
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Fornecedores	6.141	116	200
1.01.08.03.03	Outros Ativos	8.361	9.401	881
1.02	Ativo Não Circulante	3.685.312	3.334.581	3.202.894
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	196.235	191.207	56.752
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	193.564	188.827	54.662
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	193.564	188.827	54.662
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.671	2.380	2.090
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	2.671	2.380	2.090
1.02.02	Investimentos	3.402.712	3.061.641	3.058.064
1.02.02.01	Participações Societárias	3.394.926	3.053.855	3.048.793
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.141.927	2.809.221	2.708.674

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	252.999	244.634	340.119
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	7.786	7.786	9.271
1.02.03	Imobilizado	1.758	2.609	3.457
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.758	2.609	3.457
1.02.04	Intangível	84.607	79.124	84.621
1.02.04.01	Intangíveis	84.607	79.124	84.621
1.02.04.01.02	Projetos em Desenvolvimento	78.299	72.452	77.660
1.02.04.01.03	Ágio na Aquisição de Ações	6.138	6.465	6.856
1.02.04.01.04	Outros Intangíveis	170	207	105

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	4.826.667	3.938.480	3.501.745
2.01	Passivo Circulante	282.431	324.323	160.130
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.106	1.783	956
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.106	1.783	956
2.01.01.02.01	Salarios, Férias e Encargos Sociais	3.106	1.783	956
2.01.02	Fornecedores	37.334	15.420	12.646
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	37.334	15.420	12.646
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.982	17.922	1.612
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.958	17.898	1.591
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	3.958	17.898	1.591
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2	2	1
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2	2	1
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	22	22	20
2.01.03.03.01	Imposto sobre Serviços - ISS	22	22	20
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	79.742	138.614	45.536
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.471	3.536	11.791
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.471	3.536	11.791
2.01.04.02	Debêntures	78.271	135.078	33.745
2.01.05	Outras Obrigações	158.267	150.584	99.380
2.01.05.02	Outros	158.267	150.584	99.380
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	158.242	150.178	99.355
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	25	406	25
2.02	Passivo Não Circulante	660.306	714.975	831.538
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	647.643	700.655	792.089
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	1.466	16.565
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	1.466	16.565
2.02.01.02	Debêntures	647.643	699.189	775.524
2.02.02	Outras Obrigações	9.309	11.443	37.346
2.02.02.02	Outros	9.309	11.443	37.346

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.02.02.09	Provisão para passivo a descoberto	9.309	11.443	37.346
2.02.04	Provisões	3.354	2.877	2.103
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.354	2.877	2.103
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	3.354	2.877	2.103
2.03	Patrimônio Líquido	3.883.930	2.899.182	2.510.077
2.03.01	Capital Social Realizado	2.916.771	2.113.964	1.590.658
2.03.01.01	Capital Social Subscrito e Integralizado	2.981.996	2.148.533	1.625.227
2.03.01.02	(-) Gastos com Emissão de Ações	-65.225	-34.569	-34.569
2.03.02	Reservas de Capital	48.953	51.509	52.749
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	0	51.509	52.749
2.03.04	Reservas de Lucros	907.750	735.104	823.394
2.03.04.01	Reserva Legal	118.834	102.290	86.750
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	75.617
2.03.04.10	Reserva de Lucros	788.916	632.814	661.027
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	10.456	-1.395	43.276

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	158.383	62.263	45.818
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-179.826	-74.004	-45.289
3.02.01	Energia Comprada para Revenda	-178.506	-73.109	-45.060
3.02.05	Custo dos Serviços Prestados	-1.320	-895	-229
3.03	Resultado Bruto	-21.443	-11.741	529
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	359.019	415.199	299.564
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-30.331	-34.910	-32.096
3.04.02.01	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-30.331	-34.910	-32.096
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-208	81.676	6.411
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-446	-3.293	-39
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	390.004	371.726	325.288
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	337.576	403.458	300.093
3.06	Resultado Financeiro	-6.691	-92.646	-90.924
3.06.01	Receitas Financeiras	74.938	31.477	38.134
3.06.02	Despesas Financeiras	-81.629	-124.123	-129.058
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	330.885	310.812	209.169
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	330.885	310.812	209.169
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	330.885	310.812	209.169
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,39124	0,45698	0,33472
3.99.01.02	PN	0,39124	0,45698	0,33472
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,39124	0,45698	0,33472
3.99.02.02	PN	0,39124	0,45698	0,33472

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	330.885	310.812	209.169
4.02	Outros Resultados Abrangentes	11.851	-44.671	27.342
4.03	Resultado Abrangente do Período	342.736	266.141	236.511

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-87.375	56.672	-16.258
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-51.320	40.318	-21.172
6.01.01.01	Lucro antes do IR e CS e da participação de acionistas não controladores	330.885	310.812	209.169
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.204	1.299	1.351
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-390.004	-371.726	-325.288
6.01.01.04	Encargos de Dívidas (Inclui Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas)	80.414	119.518	127.817
6.01.01.05	Outras Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	455	3.116	153
6.01.01.06	Receitas Financeiras	-75.367	-31.028	-29.369
6.01.01.07	Baixas do Ativo Imobilizado e Intangível	1.699	9.541	1.391
6.01.01.08	Perda com investimentos/ AFAC	0	1.244	16
6.01.01.09	Outas (Receitas) Despesas Operacionais	-606	-2.458	-6.412
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-36.055	16.354	4.914
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-45.475	-2.500	-15.051
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	4.087	9.239	11.338
6.01.02.05	Adiantamentos a Fornecedores	-6.025	84	-31
6.01.02.07	Outros Ativos	2.322	-8.428	4.586
6.01.02.08	Fornecedores	21.682	-170	9.349
6.01.02.10	Salários, Férias e Encargos Sociais	1.323	827	-105
6.01.02.11	Contribuições e Impostos a Recolher	-13.940	16.310	1.506
6.01.02.14	Outros Passivos	-29	992	-6.678
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-74.180	23.460	199.802
6.02.01	Aporte de Capital em Controladas	0	-13.193	-110.670
6.02.02	Aquisição de Controladas	-15.110	-5.207	-55.305
6.02.03	Adiantamento para futuro aumento de capital	-210.693	-214.448	-96.277
6.02.04	Resgate de Aplicações Financeiras	936.858	297.736	490.054
6.02.05	Investimentos em Aplicações Financeiras	-1.013.620	-440.506	-296.752
6.02.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	236.000	314.927	222.276
6.02.07	Caixa Adquirido em Combinação de Negócios	0	88.721	51.410
6.02.08	Aquisições de Imobilizado	-63	-148	-86

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.02.09	Aquisições de Intangível	-7.552	-4.422	-4.848
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	460.333	57.153	-163.075
6.03.01	Aumento de Capital / Emissão de Ações	833.463	349.999	0
6.03.02	Gastos com Emissão de Ações	-30.656	0	0
6.03.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-150.176	-174.972	-249.961
6.03.07	Empréstimos Tomados e Arrendamento Mercantil	0	0	320.663
6.03.08	Juros Pagos (Encargos de Dívidas)	-53.131	-74.107	-71.911
6.03.09	Pagamento de Eempréstimos, Financiamentos , Debêntures e Arrendamento Mercantil	-139.167	-43.767	-161.866
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	298.778	137.285	20.469
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	271.916	134.631	114.162
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	570.694	271.916	134.631

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.113.964	51.509	735.104	0	-1.395	2.899.182
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.113.964	51.509	735.104	0	-1.395	2.899.182
5.04	Transações de Capital com os Sócios	802.807	-2.556	0	-158.239	0	642.012
5.04.01	Aumentos de Capital	833.463	0	0	0	0	833.463
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-30.656	0	0	0	0	-30.656
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-158.239	0	-158.239
5.04.08	Compra de Participação de Não Controladores	0	-2.556	0	0	0	-2.556
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	330.885	11.851	342.736
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	330.885	0	330.885
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	11.851	11.851
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	11.851	11.851
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	172.646	-172.646	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	16.544	-16.544	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembléia	0	0	156.102	-156.102	0	0
5.07	Saldos Finais	2.916.771	48.953	907.750	0	10.456	3.883.930

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.590.658	52.749	823.394	0	43.276	2.510.077
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.590.658	52.749	823.394	0	43.276	2.510.077
5.04	Transações de Capital com os Sócios	523.306	-1.240	-248.924	-150.178	0	122.964
5.04.01	Aumentos de Capital	523.306	0	-173.307	0	0	349.999
5.04.06	Dividendos	0	0	-75.617	-150.178	0	-225.795
5.04.08	Compra de Participação de Não Controladores	0	-22.738	0	0	0	-22.738
5.04.11	Transferência para investimentos mantidos para venda	0	21.498	0	0	0	21.498
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	310.812	-44.671	266.141
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	310.812	0	310.812
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-44.671	-44.671
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-44.671	-44.671
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	160.634	-160.634	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	15.540	-15.540	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembléia	0	0	145.094	-145.094	0	0
5.07	Saldos Finais	2.113.964	51.509	735.104	0	-1.395	2.899.182

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.590.658	55.500	791.218	0	15.934	2.453.310
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.590.658	55.500	791.218	0	15.934	2.453.310
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-2.751	-2.021	-174.972	0	-179.744
5.04.06	Dividendos	0	0	-2.021	-174.972	0	-176.993
5.04.08	Compra de Participação de Não Controladores	0	-2.398	0	0	0	-2.398
5.04.10	Compra para Reinvestimento	0	-353	0	0	0	-353
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	209.169	27.342	236.511
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	209.169	0	209.169
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	27.342	27.342
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	27.342	27.342
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	34.197	-34.197	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	10.459	-10.459	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembléia	0	0	23.738	-23.738	0	0
5.07	Saldos Finais	1.590.658	52.749	823.394	0	43.276	2.510.077

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	178.610	150.289	58.284
7.01.02	Outras Receitas	178.610	150.289	58.284
7.01.02.03	Suprimento de Energia	178.818	68.613	51.873
7.01.02.06	Outras	-208	81.676	6.411
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-185.513	-89.551	-52.449
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-178.506	-73.109	-45.060
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.255	-13.082	-7.068
7.02.04	Outros	-752	-3.360	-321
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-752	-3.360	-321
7.03	Valor Adicionado Bruto	-6.903	60.738	5.835
7.04	Retenções	-1.204	-1.299	-1.351
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.204	-1.299	-1.351
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-8.107	59.439	4.484
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	464.942	403.203	363.422
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	390.004	371.726	325.288
7.06.02	Receitas Financeiras	74.938	31.477	38.134
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	456.835	462.642	367.906
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	456.835	462.642	367.906
7.08.01	Pessoal	18.539	16.042	18.746
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.525	12.986	15.601
7.08.01.02	Benefícios	1.886	2.024	2.144
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.128	1.032	1.001
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	24.156	9.959	9.728
7.08.02.01	Federais	23.998	9.813	9.589
7.08.02.02	Estaduais	7	15	15
7.08.02.03	Municipais	151	131	124
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	83.255	125.829	130.263
7.08.03.01	Juros	80.582	119.518	127.816
7.08.03.02	Aluguéis	1.626	1.706	1.205

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.03.03	Outras	1.047	4.605	1.242
7.08.03.03.01	Outras Despesas Financeiras	1.047	4.605	1.242
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	330.885	310.812	209.169
7.08.04.02	Dividendos	0	150.178	99.355
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	330.885	160.634	109.814

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	11.463.372	10.230.001	9.908.706
1.01	Ativo Circulante	3.597.227	2.577.166	2.262.011
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.580.070	613.734	591.857
1.01.02	Aplicações Financeiras	489.767	316.244	127.337
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	489.767	316.244	127.337
1.01.02.01.03	Investimentos de Curto Prazo	365.765	215.439	44.430
1.01.02.01.04	Títulos e Valores Mobiliários	124.002	100.805	82.907
1.01.03	Contas a Receber	1.356.883	1.451.909	1.378.143
1.01.03.01	Clientes	1.340.005	1.444.574	1.373.619
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	234.647	207.017	182.712
1.01.03.01.02	Ativo Financeiro da Concessão	1.105.358	1.237.557	1.190.907
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	16.878	7.335	4.524
1.01.03.02.02	Partes Relacionadas	16.878	7.335	4.524
1.01.04	Estoques	662	588	541
1.01.06	Tributos a Recuperar	64.018	53.458	52.042
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	64.018	53.458	52.042
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	61.569	49.656	39.419
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	2.449	3.802	12.623
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.956	8.723	9.868
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	98.871	132.510	102.223
1.01.08.03	Outros	98.871	132.510	102.223
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	19.445	9.583	35.349
1.01.08.03.03	Outros Ativos	79.426	122.927	66.874
1.02	Ativo Não Circulante	7.866.145	7.652.835	7.646.695
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.352.709	3.363.473	3.409.206
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	4.703	4.295	6.844
1.02.01.01.03	Titulos e Valores Mobiliários	4.703	4.295	6.844
1.02.01.03	Contas a Receber	12.092	10.439	8.358
1.02.01.03.01	Clientes	12.092	10.439	8.358

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.02.01.04	Estoques	26.081	26.113	25.534
1.02.01.06	Tributos Diferidos	13.443	15.299	12.382
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.443	15.299	12.382
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.296.390	3.307.327	3.356.088
1.02.01.09.03	Ativo Financeiro da Concessão	3.218.152	3.214.062	3.276.307
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	14.988	13.257	7.666
1.02.01.09.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	31.187	36.506	17.901
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	2.774	7.566	8.287
1.02.01.09.07	Adiantamento a Fornecedores	868	2.394	2.394
1.02.01.09.08	Outros Ativos	28.421	33.542	43.533
1.02.02	Investimentos	339.460	333.288	426.267
1.02.02.01	Participações Societárias	331.674	325.502	416.996
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	331.674	325.502	416.996
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	7.786	7.786	9.271
1.02.03	Imobilizado	4.025.510	3.810.323	3.661.828
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.212.441	3.271.141	2.744.918
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	813.069	539.182	916.910
1.02.04	Intangível	148.466	145.751	149.394
1.02.04.01	Intangíveis	148.466	145.751	149.394
1.02.04.01.02	Desenvolvimento de Projetos	80.448	73.586	78.327
1.02.04.01.03	Ágio na Aquisição de Ações	46.341	48.693	50.331
1.02.04.01.04	Outros Intangíveis	21.677	23.472	20.736

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	11.463.372	10.230.001	9.908.706
2.01	Passivo Circulante	1.705.261	1.777.465	1.869.048
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.763	12.716	10.284
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	19.763	12.716	10.284
2.01.01.02.01	Salário, Férias e Encargos Sociais	19.763	12.716	10.284
2.01.02	Fornecedores	141.599	166.502	341.561
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	141.599	166.502	341.561
2.01.03	Obrigações Fiscais	106.994	98.243	82.009
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	98.287	89.708	73.117
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	71.206	44.561	55.897
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	27.081	45.147	17.220
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	6.772	7.364	7.196
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	6.772	7.364	7.196
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.935	1.171	1.696
2.01.03.03.01	Imposto sobre Serviços - ISS	1.935	1.171	1.696
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.091.383	1.184.884	1.112.886
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	619.446	662.439	519.997
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	191.746	229.969	194.458
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	427.700	432.470	325.539
2.01.04.02	Debêntures	471.937	522.445	592.889
2.01.05	Outras Obrigações	291.340	250.075	216.554
2.01.05.02	Outros	291.340	250.075	216.554
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	213.404	180.680	150.764
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares e Setoriais	58.776	52.576	48.213
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	19.160	16.819	17.577
2.01.06	Provisões	54.182	65.045	105.754
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	77	277	66
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	77	277	66
2.01.06.02	Outras Provisões	54.105	64.768	105.688

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	15.228	21.789	22.239
2.01.06.02.04	Provisões para Constituição de Ativos	38.877	42.979	83.449
2.02	Passivo Não Circulante	4.151.314	3.894.725	3.972.612
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.671.788	3.382.767	3.515.474
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.659.989	1.558.146	1.557.321
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.316.441	1.486.861	1.380.108
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	343.548	71.285	177.213
2.02.01.02	Debêntures	2.011.799	1.824.621	1.958.153
2.02.02	Outras Obrigações	29.433	27.797	25.495
2.02.02.02	Outros	29.433	27.797	25.495
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	125	359
2.02.02.02.03	Fornecedores	0	0	250
2.02.02.02.04	Tributos e Contribuições Sociais a Recolher	649	8	26
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	27.301	26.179	23.305
2.02.02.02.08	Imposto de renda e contribuição social corrente	1.483	1.485	1.555
2.02.03	Tributos Diferidos	435.151	468.660	406.610
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	435.151	468.660	406.610
2.02.04	Provisões	14.942	15.501	25.033
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.531	6.490	4.213
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.422	2.243	2.080
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.246	4.198	2.132
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	863	49	1
2.02.04.02	Outras Provisões	7.411	9.011	20.820
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	734	904	11.214
2.02.04.02.04	Provisões para Constituição de Ativos	6.677	8.107	9.606
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.606.797	4.557.811	4.067.046
2.03.01	Capital Social Realizado	2.916.771	2.113.964	1.590.658
2.03.01.01	Capital Social Subscrito e Integralizado	2.981.996	2.148.533	1.625.227
2.03.01.02	(-) Gastos com Emissão de Ações	-65.225	-34.569	-34.569

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.03.02	Reservas de Capital	48.953	51.509	52.749
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	48.953	51.509	52.749
2.03.04	Reservas de Lucros	907.750	735.104	823.394
2.03.04.01	Reserva Legal	118.834	102.290	86.750
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	75.617
2.03.04.10	Reserva de Lucros	788.916	632.814	661.027
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	10.456	-1.395	43.276
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.722.867	1.658.629	1.556.969

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.538.191	1.553.811	1.493.559
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-407.081	-340.201	-339.938
3.02.01	Energia Comprada para Revenda	-112.426	-57.038	-58.509
3.02.02	Encargos do Uso da Rede Elétrica - CUST	-28.196	-26.725	-26.342
3.02.03	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-8.400	-8.729	-9.552
3.02.05	Custo dos Serviços Prestados	-124.438	-124.496	-101.004
3.02.06	Custo de Infraestrutura	-40.142	-39.815	-75.778
3.02.07	Depreciação e Amortização	-93.479	-83.398	-68.753
3.03	Resultado Bruto	1.131.110	1.213.610	1.153.621
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-60.388	27.838	-76.402
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-94.208	-78.256	-108.380
3.04.02.01	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-94.208	-78.256	-108.380
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	11.004	83.489	14.869
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-561	-7.594	-156
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	23.377	30.199	17.265
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.070.722	1.241.448	1.077.219
3.06	Resultado Financeiro	-281.001	-430.255	-427.697
3.06.01	Receitas Financeiras	142.735	82.978	85.855
3.06.02	Despesas Financeiras	-423.736	-513.233	-513.552
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	789.721	811.193	649.522
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-83.996	-121.468	-78.330
3.08.01	Corrente	-103.612	-81.691	-96.038
3.08.02	Diferido	19.616	-39.777	17.708
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	705.725	689.725	571.192
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	705.725	689.725	571.192
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	330.885	310.812	209.169
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	374.840	378.913	362.023
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	705.725	689.725	571.192
4.02	Outros Resultados Abrangentes	11.851	-41.592	42.628
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	717.576	648.133	613.820
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	342.736	266.141	236.511
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	374.840	381.992	377.309

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.105.317	1.135.442	1.263.031
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.171.187	1.371.490	1.173.583
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda, Contribuição Social e Acionistas não Controladores	789.721	811.193	649.522
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	99.458	88.089	73.558
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-23.377	-30.199	-17.265
6.01.01.04	Encargos de Dívidas (Inclui Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas)	414.465	519.873	515.796
6.01.01.05	Outras Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	5.601	11.327	7.703
6.01.01.06	Receitas Financeiras	-112.313	-43.872	-46.289
6.01.01.07	Baixas do Ativo Imobilizado e Intangível	3.626	15.983	4.991
6.01.01.08	Perda com investimentos/ AFAC	0	1.244	16
6.01.01.09	Outas (Receitas) Despesas Operacionais	-5.994	-2.148	-14.449
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	6.945	-147.859	187.898
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-63.737	-21.096	51.827
6.01.02.02	Ativo Financeiro da Concessão	128.049	15.529	-76.557
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-4.675	-4.317	-852
6.01.02.05	Adiantamentos a Fornecedores	-9.862	-19.487	-11.947
6.01.02.06	Estoques	-41	-55	-193
6.01.02.07	Outros Ativos	-17.439	-4.025	-43.158
6.01.02.08	Fornecedores	-11.730	-134.510	243.993
6.01.02.09	Taxas Regulamentares e Setoriais	4.863	848	1.996
6.01.02.10	Salários, Férias e Encargos Sociais	6.985	2.658	-1.225
6.01.02.11	Contribuições e Impostos a Recolher	-10.177	25.472	10.565
6.01.02.12	Provisões de Constituição dos Ativos	-3.786	-5.015	-11.694
6.01.02.13	Adiantamentos de Clientes	-312	-685	30.177
6.01.02.14	Outros Passivos	-11.193	-3.176	-5.034
6.01.03	Outros	-72.815	-88.189	-98.450
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social recolhidos	-72.815	-88.189	-98.450
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-335.217	-440.319	-504.576
6.02.02	Aquisição de Controladas	-15.110	-5.207	-55.305

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.02.03	Aquisição de Propriedades para Investimento	14.345	0	0
6.02.04	Resgate de Aplicações Financeiras	948.963	308.335	529.355
6.02.05	Investimentos em Aplicações Financeiras	-1.038.686	-458.600	-338.000
6.02.07	Caixa Adquirido em Combinação de Negócios	0	88.721	52.354
6.02.08	Aquisições de Imobilizado	-235.313	-368.489	-686.703
6.02.09	Aquisições de Intangível	-9.416	-5.079	-6.277
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	195.081	-668.503	-480.765
6.03.01	Aumento de Capital / Emissão de Ações	833.463	349.999	-110.670
6.03.02	Gastos com Emissão de Ações	-30.655	0	0
6.03.03	Reserva de Capital	39	0	905
6.03.04	Reserva para Reinvestimento	-39	-29	0
6.03.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-435.258	-489.082	-473.763
6.03.07	Empréstimos Tomados e Arrendamento Mercantil	972.346	799.725	1.024.038
6.03.08	Juros Pagos (Encargos de Dívidas)	-352.691	-440.550	-390.263
6.03.09	Pagamento de Eempréstimos, Financiamentos , Debêntures e Arrendamento Mercantil	-792.124	-888.566	-531.012
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	1.155	-4.743	-23.525
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	966.336	21.877	254.165
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	613.734	591.857	337.692
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.580.070	613.734	591.857

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.113.964	51.509	735.104	0	-1.395	2.899.182	1.658.629	4.557.811
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.113.964	51.509	735.104	0	-1.395	2.899.182	1.658.629	4.557.811
5.04	Transações de Capital com os Sócios	802.807	-2.556	0	-158.239	0	642.012	-310.602	331.410
5.04.01	Aumentos de Capital	833.463	0	0	0	0	833.463	40.847	874.310
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-30.656	0	0	0	0	-30.656	0	-30.656
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-158.239	0	-158.239	-316.564	-474.803
5.04.08	Compra de Participação de Não Controladores	0	-2.556	0	0	0	-2.556	0	-2.556
5.04.09	Variação na Participação de Acionistas Não-Controladores	0	0	0	0	0	0	-34.885	-34.885
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	330.885	11.851	342.736	374.840	717.576
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	330.885	0	330.885	374.840	705.725
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	11.851	11.851	0	11.851
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	11.851	11.851	0	11.851
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	172.646	-172.646	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	16.544	-16.544	0	0	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembléia	0	0	156.102	-156.102	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.916.771	48.953	907.750	0	10.456	3.883.930	1.722.867	5.606.797

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.590.658	52.749	823.394	0	43.276	2.510.077	1.556.969	4.067.046
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.590.658	52.749	823.394	0	43.276	2.510.077	1.556.969	4.067.046
5.04	Transações de Capital com os Sócios	523.306	-1.240	-248.924	-150.178	0	122.964	-280.332	-157.368
5.04.01	Aumentos de Capital	523.306	0	-173.307	0	0	349.999	0	349.999
5.04.06	Dividendos	0	0	-75.617	-150.178	0	-225.795	-303.598	-529.393
5.04.08	Compra de Participação de Não Controladores	0	-22.738	0	0	0	-22.738	0	-22.738
5.04.09	Variação na Participação de Acionistas Não-Controladores	0	0	0	0	0	0	23.266	23.266
5.04.11	Transferência para investimentos mantidos para venda	0	21.498	0	0	0	21.498	0	21.498
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	310.812	-44.671	266.141	381.992	648.133
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	310.812	0	310.812	378.913	689.725
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-44.671	-44.671	3.079	-41.592
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-44.671	-44.671	3.079	-41.592
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	160.634	-160.634	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	15.540	-15.540	0	0	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembléia	0	0	145.094	-145.094	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.113.964	51.509	735.104	0	-1.395	2.899.182	1.658.629	4.557.811

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.590.658	55.500	791.218	0	15.934	2.453.310	1.424.999	3.878.309
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.590.658	55.500	791.218	0	15.934	2.453.310	1.424.999	3.878.309
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-2.751	-2.021	-174.972	0	-179.744	-245.339	-425.083
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	12.516	12.516
5.04.06	Dividendos	0	0	-2.021	-174.972	0	-176.993	-239.752	-416.745
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	-13.597	-13.597
5.04.08	Compra de Participação de Não Controladores	0	-2.398	0	0	0	-2.398	0	-2.398
5.04.09	Variação na Participação de Acionistas Não-Controladores	0	0	0	0	0	0	-2.306	-2.306
5.04.10	Reserva para Reinvestimento	0	-353	0	0	0	-353	-2.200	-2.553
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	209.169	27.342	236.511	377.309	613.820
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	209.169	0	209.169	362.023	571.192
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	27.342	27.342	15.286	42.628
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	27.342	27.342	15.286	42.628
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	34.197	-34.197	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	10.459	-10.459	0	0	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembléia	0	0	23.738	-23.738	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.590.658	52.749	823.394	0	43.276	2.510.077	1.556.969	4.067.046

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	1.710.052	1.788.779	1.647.788
7.01.02	Outras Receitas	1.669.910	1.748.964	1.572.011
7.01.02.01	Receita de Transmissão de Energia	113.560	114.924	108.653
7.01.02.02	Remuneração do Ativo Financeiro da Concessão	954.238	1.086.925	1.070.003
7.01.02.03	Suprimento de Energia	591.108	463.626	378.486
7.01.02.06	Outras	11.004	83.489	14.869
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	40.142	39.815	75.777
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-287.650	-241.178	-266.257
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-149.022	-92.492	-94.403
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-80.149	-90.404	-81.154
7.02.04	Outros	-58.479	-58.282	-90.700
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-18.337	-18.467	-14.922
7.02.04.02	Custo de Ativos Próprios	-40.142	-39.815	-75.778
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.422.402	1.547.601	1.381.531
7.04	Retenções	-99.458	-88.089	-73.558
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-99.458	-88.089	-73.558
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.322.944	1.459.512	1.307.973
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	166.112	113.177	103.120
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	23.377	30.199	17.265
7.06.02	Receitas Financeiras	142.735	82.978	85.855
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.489.056	1.572.689	1.411.093
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.489.056	1.572.689	1.411.093
7.08.01	Pessoal	86.247	69.713	82.786
7.08.01.01	Remuneração Direta	69.161	53.570	68.254
7.08.01.02	Benefícios	12.605	11.840	10.479
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.481	4.303	4.053
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	262.187	289.719	234.214
7.08.02.01	Federais	260.342	281.856	228.355
7.08.02.02	Estaduais	1.221	7.213	5.213

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.02.03	Municipais	624	650	646
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	434.897	523.532	522.901
7.08.03.01	Juros	379.025	475.888	474.844
7.08.03.02	Aluguéis	11.161	10.299	9.349
7.08.03.03	Outras	44.711	37.345	38.708
7.08.03.03.01	Outras Despesas Financeiras	44.711	37.345	38.708
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	705.725	689.725	571.192
7.08.04.02	Dividendos	0	150.178	99.355
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	330.885	160.634	109.814
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	374.840	378.913	362.023

Relatório da Administração

Relatório da Administração

Aos Acionistas

A Administração da Alupar Investimento S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhada do relatório dos auditores independentes. Todas as documentações relativas às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. Sobre a Alupar

A Alupar Investimento S.A. é uma holding com atuação preponderante nos segmentos de transmissão e geração de energia elétrica, tendo como objetivo desenvolver e investir em projetos de infraestrutura relacionados ao setor de energia no Brasil e em países da América Latina. Adicionalmente, no segmento de transmissão de energia elétrica no Brasil, a Alupar é uma das maiores Companhias em termos de Receita Anual Permitida (RAP), sendo a maior de controle Nacional Privado.

A expansão da Companhia é calcada em uma grande competência técnica, além de uma forte disciplina financeira, tanto do ponto de vista de qualidade de crédito da Companhia (rating AAA (bra) pela Fitch Ratings), bem como uma profunda filosofia de geração de valor para o acionista. E, seguindo com esses mesmos pilares, para continuar com o seu crescimento sustentável, a Alupar conta hoje com quatro vetores:

• Participação em leilões para os ativos de transmissão;
• Desenvolvimento de projetos próprios de geração de energia, como PCHs e Eólicas;
• Participação em leilões de UHEs; e
• Desenvolvimento de projetos de geração e participação de licitações de transmissão em países selecionados da América Latina.

Transmissão

No segmento de transmissão de energia elétrica, possuímos participação em ativos no Brasil e na Colômbia. No Brasil, possuímos 28 concessões de transmissão de energia elétrica, sendo 18 operacionais e 10 em fase de construção, que possuem cronograma de entrada em operação comercial até 2022. Além disso, contamos com uma linha de transmissão na Colômbia em fase de construção, que possui cronograma de entrada em operação comercial até 2021, sendo esta concessão vitalícia. Dessa forma, consolidamos 7.736 km de linhas de transmissão, sendo 7.536 km no Brasil e 200 km na Colômbia.

Geração

A Alupar também atua na geração de energia renovável por meio de UHEs, PCHs, e parques eólicos no Brasil, na Colômbia e no Peru. O portfólio de ativos totaliza uma capacidade instalada de 550,0 MW em operação, 114,0 MW em implantação e um projeto (Antônio Dias) de 23 MW em fase de licenciamento.

2. Governança Corporativa

A Alupar pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa, seguindo as práticas utilizadas pelas companhias listadas no segmento de governança Nível 2 da B3, e algumas práticas de Novo Mercado, tais como:

Relatório da Administração

• Contratação de auditores independentes para análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo contratados somente para este fim;
• Tag along de 100% para detentores de ações PN;
• Conselho de Administração contendo 20% de Conselheiros Independentes;
• Existência de Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração e de Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas;
• Inexistência no Estatuto Social de mecanismos de proteção à tomada de controle (poison pills);
• Previsão no Estatuto Social de instalação de Conselho Fiscal;
• Resolução de conflitos que possam surgir entre a Companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal por meio de arbitragem.

3. Composição Acionária

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 2.981.995.690,0 e dividido em ações ordinárias e preferenciais conforme quadro abaixo. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Acionista	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total	%
Controlador	452.995.367	75,88%	5.471.128	1,94%	458.466.495	52,15%
FI-FGTS*	35.162.754	5,89%	70.325.508	24,92%	105.488.262	12,00%
Outros*	108.797.849	18,23%	206.358.663	73,14%	315.156.512	35,85%
Total	596.955.970	100,00%	282.155.299	100,00%	879.111.269	100,00%

*free float

4. Desempenho Econômico Financeiro

Em 27 de junho de 2017, foi publicada a resolução homologatória nº 2.258, que estabeleceu as novas RAPs das controladas e coligadas da Alupar, para o ciclo de 12 meses, a partir de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018, estabelecendo reajuste de 3,60% para contratos indexados pelo IPCA e 1,57% para contratos indexados pelo IGP-M.

No 4T17, a Receita Líquida Ajustada atingiu **R$ 380,2 milhões**, 4,3% superior aos **R$ 364,4 milhões** apurados no 4T16. Em 2017, a Receita Líquida Ajustada atingiu R$ 1.498,0 milhões, 1,1% inferior aos R$ 1.514,0 milhões apurados em 2016.

No 4T17, o EBITDA atingiu **R$ 287,9 milhões**, 20,0% inferior aos **R$ 359,8 milhões** apurados no 4T16. Em 2017, o EBITDA atingiu R$ 1.170,2 milhões, 12,0% inferior aos R$ 1.329,5 milhões apurados em 2016.

No 4T17, o Lucro Líquido totalizou **R$ 92,9 milhões**, 33,2% inferior aos **R$ 139,1 milhões** registrados no 4T16. Em 2017, o Lucro Líquido totalizou R$ 330,9 milhões, 6,5% superior aos R$ 310,8 milhões registrados em 2016.

5. Investimentos

Em 2017 foram realizados investimentos totais da ordem de R$ 284,7 milhões em nossas empresas, sendo R$ 45,1 milhões investidos no segmento de transmissão, R$ 232,0 milhões no segmento de geração e R$ 7,7 milhões no desenvolvimento de novos negócios, ante os R$ 413,3 milhões registrados em 2016, quando R$ 39,8 milhões foram investidos no segmento de transmissão, R$ 368,9 milhões foram investidos no segmento de geração e R$ 4,6 milhões no desenvolvimento de novos negócios.

Relatório da Administração

O volume de investimentos realizados em 2017 reflete, principalmente, a implantação da PCH Verde 08 e da UHE La Virgen, que juntas totalizaram R$ 196,7 milhões.

6. Mercado de Capitais

A Alupar foi registrada na Bolsa de Valores de São Paulo – B3 no dia 23 de Abril de 2013. Suas UNITS são negociadas sob o código ALUP11 e são compostas por 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais (1 UNIT = 1 ON + 2 PN).

As units da Alupar (B3: ALUP11) encerraram 2017 cotadas a R$ 18,45, uma valorização de 10,8%, em relação ao fechamento de 2016. No mesmo período, o Índice de Energia Elétrica (IEE) apresentou uma valorização de 10,0%. O valor de mercado da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, era de R$ 5,4 bilhões e o free float era de 47,85% do total das ações.

Ao longo de 2017, as units da Alupar apresentaram volume médio diário de negociação na B3 de R$ 12,6 milhões, ante ao volume médio diário de R$ 5,4 milhões, em comparação a 2016.

Em 4 de abril, foi homologado o aumento de capital da Companhia, no âmbito da oferta pública primária, nos termos da Instrução CVM 476, sendo emitidas 128.224.999 novas ações. O preço por Unit foi fixado em R$19,50 (R$ 6,50 por ação), sendo o valor total da oferta de R$ 833.462.493,50.

7. Gestão de Pessoas

Nossos colaboradores são considerados parceiros estratégicos na superação das metas definidas pela Alupar, e nosso principal desafio é a manutenção deste importante capital - o ser humano. A Alupar é uma empresa que está permanentemente preocupada com o bem estar de seus colaboradores e por este motivo desenvolveu uma Política de Benefícios que se insere na Gestão Integrada de Recursos Humanos, tendo uma abordagem que agregue valor ao negócio da Companhia. Esta Política visa promover o reconhecimento e integração entre os colaboradores, objetivando o crescimento e a valorização do capital humano da Companhia. Para cumprir seus objetivos a área de RH dirige seus esforços:

- No desenvolvimento e retenção de pessoas chave;
- Na preparação dos Gestores para a Gestão de pessoas;
- Na Gestão do Clima e estabelecimento de planos de monitoramento de projetos de melhoria do clima.

8. Responsabilidade socioambiental

A Alupar tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais que levam melhorias significativas às vidas dos membros das comunidades onde atua: tais como centros voltados à criação artística, incentivo cultural e desenvolvimento social. Nesse sentido, visando minimizar e acompanhar as interferências que seus empreendimentos podem gerar na vida dos membros das comunidades onde está inserida, a Companhia desenvolve ações educativas e informativas, abrangendo tanto questões de saúde pública quanto questões ambientais.

9. Cenário Macroeconômico

No Brasil, o cenário é uma lenta recuperação da economia, após um longo período de recessão. Fatores como queda da inflação e liberação das contas inativas do FGTS auxiliaram no estímulo da economia ao longo do ano de 2017.

Relatório da Administração

O Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic ao longo do ano de 2017 em 6,75 p.p., encerrando o ano em 7,0%. Além disso, o Conselho Monetário Nacional (CMN) reduziu em 2017 a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para 6,75% a.a.. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou 2017 em 2,94% ante os 6,29% registrado em 2016 e com variação inferior ao piso do regime de metas (3,0%). O Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) fechou 2017 registrando uma deflação de 0,53%, ante uma inflação de 7,19% registrados em 2016.

10. Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que contratamos a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) para prestação dos serviços de auditoria das nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como de revisões das informações trimestrais (“ITR”), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). Adotamos o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, sendo os serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes S/S (“KPMG”) foram contratados inicialmente para o período de 2014 – 2016, havendo renovação do contrato nos anos de 2017 e 2018. A remuneração dos auditores independentes relativa ao exercício social encerrado 31 de dezembro de 2017 corresponde ao montante líquido sem impostos de R$ 143.721,00 (sem impostos) referente ao serviço relacionado à auditoria independente das demonstrações financeiras do exercício de 2017 e das Informações Trimestrais (“ITR”) da Alupar Investimento S.A..

11. Balanço Social

Relatório da Administração

	Consolidado							
	31/12/2017				31/12/2016			
Base de cálculo								
Receita líquida (RL)	1.538.191				1.553.811			
Lucro operacional (LO)	1.070.722				1.241.448			
Folha de pagamento bruta (FPB)	100.440				83.164			
Valor adicionado total (VAT)	1.489.056				1.572.689			
		% sobre				% sobre		
Indicadores sociais internos		FPB	RL	VAT		FPB	RL	VAT
Encargos sociais compulsórios	18.674	18,59%	1,21%	1,25%	17.754	21,35%	1,14%	1,13%
Assistência Médica e Vale Transporte	6.034	6,01%	0,39%	0,41%	5.417	6,51%	0,35%	0,34%
Previdência Privada	1.127	1,12%	0,07%	0,08%	1.412	1,70%	0,09%	0,09%
Educação	182	0,18%	0,01%	0,01%	205	0,25%	0,01%	0,01%
Auxilio alimentação	3.781	3,76%	0,25%	0,25%	3.740	4,50%	0,24%	0,24%
Outros	1.494	1,49%	0,10%	0,10%	1.066	1,28%	0,07%	0,07%
	31.292	31,15%	2,03%	2,10%	29.594	35,59%	1,90%	1,88%
		% sobre				% sobre		
Indicadores sociais externos		LO	RL	VAT		LO	RL	VAT
Doações e contribuições	5.794	0,54%	0,38%	0,39%	1.985	0,16%	0,13%	0,13%
Projetos de incentivo à cultura	-	0,00%	0,00%	0,00%	3.451	0,28%	0,22%	0,22%
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	15.037	1,40%	0,98%	1,01%	14.469	1,17%	0,93%	0,92%
Tributos excluídos encargos sociais	193.604	18,08%	12,59%	13,00%	222.819	17,95%	14,34%	14,17%
	214.435	20,03%	13,94%	14,40%	242.724	19,55%	15,62%	15,43%
Indicadores ambientais		% sobre				% sobre		
Investimentos relacionados à atividade da empresa		LO	RL	VAT		LO	RL	VAT
Projetos de preservação ambiental	372	0,03%	0,02%	0,02%	3.854	0,31%	0,25%	0,25%
Projetos de educação ambiental em comunidades	142	0,01%	0,01%	0,01%	595	0,05%	0,04%	0,04%
Licenças ambientais	2.848	0,27%	0,19%	0,19%	1.182	0,10%	0,08%	0,08%
Desapropriações de terras	12.224	1,14%	0,79%	0,82%	926	0,07%	0,06%	0,06%
Manejo de vegetação	126	0,01%	0,01%	0,01%	2.395	0,19%	0,15%	0,15%
	15.712	1,47%	1,02%	1,06%	8.951	0,72%	0,58%	0,57%
Indicadores do corpo funcional								
Empregados no final do período	415				533			
Escolaridade dos empregados								
Superior e extensão universitária	236				280			
2º Grau	152				228			
Faixa etária dos empregados								
Abaixo de 30 anos	60				90			
De 30 até 45 anos	264				330			
Acima de 45 anos	91				112			
Admissões durante o ano	57				52			
Mulheres que trabalham na empresa	113				131			
Negros que trabalham na empresa	39				40			
Portadores de deficiências físicas	2				-			
Estagiários	3				3			
Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial								
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	**6,18**				**6,97**			
Acidentes de trabalho	1				**1**			



Índice das notas explicativas

Informações gerais ..... Nota 01
Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis ..... Nota 02
Sumário das práticas contábeis ..... Nota 03
Pronunciamentos técnicos, interpretações e novas normas ..... Nota 04
Caixa e equivalentes de caixa ..... Nota 05
Investimentos de curto prazo ..... Nota 06
Títulos e valores mobiliários ..... Nota 07
Contas a receber de clientes ..... Nota 08
Outros tributos compensáveis ..... Nota 09
Ativo financeiro da concessão ..... Nota 10
Investimentos em coligadas e investidas ..... Nota 11
Investimentos em controladas ..... Nota 12
Participação dos acionistas não controladores ..... Nota 13
Propriedades para investimentos ..... Nota 14
Imobilizado ..... Nota 15
Intangível ..... Nota 16
Fornecedores ..... Nota 17
Imposto de renda e contribuição social a pagar ..... Nota 18
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos ..... Nota 19
Provisão para gastos ambientais ..... Nota 20
Provisão de constituição de ativos ..... Nota 21
Taxas regulamentares e setoriais ..... Nota 22
Empréstimos e financiamentos ..... Nota 23
Debêntures ..... Nota 24
Provisões para contingências ..... Nota 25
Patrimônio líquido ..... Nota 26
Resultado por ação ..... Nota 27
Receita operacional líquida ..... Nota 28
Suprimento de energia e energia comprada para revenda ..... Nota 29
Custos e despesas operacionais ..... Nota 30
Receitas e despesas financeiras ..... Nota 31
Imposto de renda e contribuição social ..... Nota 32
Partes relacionadas ..... Nota 33
Instrumentos financeiros ..... Nota 34
Informações por segmento ..... Nota 35
Benefícios a empregados ..... Nota 36
Seguros ..... Nota 37
Eventos subsequentes ..... Nota 38

Notas Explicativas

1.Informações gerais

A Alupar Investimento S.A. (“Companhia” ou “Alupar”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, CNPJ 08.364.948/0001-38, e tem suas ações negociadas na B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob código de negociação ALUP 11. A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo – SP, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 16º andar, Conjunto 161, Sala A, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Companhia participa em empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, Peru e Colômbia, além de participar em cinco empresas Holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Companhia Transleste de Transmissão, Companhia Transirapé de Transmissão e Companhia Transudeste de Transmissão), Alupar Inversiones Peru S.A.C. (controladora da La Virgen S.A.C), Alupar Chile Inversiones SpA, Windepar Holding S.A (controladora da Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos III S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos X S.A.) e Alupar Colombia S.A.S. (controladora da Risaralda Energía S.A.S.E.S.P., Transmissora Colombiana de Energia S.A.S.E.S.P.)

A Companhia é diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda. (“Guarupart”).

Dados das empresas controladas e investidas:

Concessões de linhas de transmissão

A Companhia e suas investidas possui aproximadamente 7.110 km de linhas de transmissão, sendo aproximadamente 4.750 km em operação e 2.360 km em fase pré-operacional. O detalhamento das concessões está conforme quadro a seguir:

Empresas	Localização / Conexão	Contrato de Concessão ANEEL nº	Prazo da Concessão		Início da operação	Extensão da linha	Tensão	RAP/RBNI (Ciclo 2017-2018)	Índice de reajuste do contrato	Redução de 50% da RAP a partir 16º ano de Operação	Revisão tarifária prevista
			Início	Fim							
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	Tucuruí (PA) - Vila Conde (PA)	043/2001	12/06/01	12/06/31	25/08/02	323 km	500KV	56.367	IGP-M	Sim	Não
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	Tucuruí (PA) - Açailândia (MA)	085/2002	11/12/02	11/12/32	12/02/05	464 km	500 Kv	225.130	IGP-M	Sim	Não
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	Vila Conde (PA) - Santa Maria (PA)	083/2002	11/12/02	11/12/32	15/09/04	179 km	230 Kv	50.533	IGP-M	Sim	Não
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	Tucuruí (PA) - Presidente Dutra (PA)	042/2001	12/06/01	12/06/31	10/03/03	924 km	500 Kv	354.280	IGP-M	Sim	Não (*)
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	Campos Novos (SC) - Blumenau (SC)	088/2000	01/11/00	01/11/30	26/03/02	253 km	525 Kv	47.529	IGP-M	Sim	Não
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	Teresina (PI) - Fortaleza (CE)	005/2004	18/02/04	18/02/34	01/01/06	541 km	500 Kv	180.122	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transleste de Transmissão	Irapé (MG) - Montes Claros (MG)	009/2004	18/02/04	18/02/34	18/12/05	150 km	345 Kv	40.804	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transudeste de Transmissão	Itutinga (MG) - Juíz de Fora (MG)	005/2005	04/03/05	04/03/35	23/02/07	140 km	345 Kv	25.291	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transirapé de Transmissão	Irapé (MG) - Araçuí (MG)	012/2005	15/03/05	15/03/35	23/05/07	65 km	230 Kv	33.123	IGP-M	Sim	Não
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Barra Grande (SC) - Lages (SC) - Rio Sul (SC)	006/2006	27/04/06	27/04/36	08/11/07	195 km	230 Kv	43.982	IPCA	Sim	Não
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	Machadinho (SC) - Campos Novos (SC)	007/2004	18/02/04	18/02/34	03/10/07	51 km	525 Kv	26.629	IGP-M	Sim	Não
Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A.	Verona (ES) - Mascarenhas (ES)	006/2007	20/04/07	20/04/37	12/12/08	107 km	230 Kv	14.099	IPCA	Sim	Sim
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	Juba (MG) - Juína (MG)	011/2008	16/10/08	16/10/38	30/06/11	775 km	230 Kv	46.971	IPCA	Não	Sim
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	Jauru (MT) - Cuiabá (MT)	023/2009	19/11/09	19/11/39	22/11/11	348 km	500/230 Kv	50.104	IPCA	Não	Sim
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	Subestação Santos Dummond (MG)	025/2009	19/11/09	19/11/39	06/02/13	Subestação	138/345 Kv	13.097	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	Nova Mutum (MT) - Nobres (MT) - Cuiabá (MT)	005/2010	12/07/10	12/07/40	16/12/11	235 km	230 Kv	12.530	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	Subestação Várzea Grande (MT)	018/2010	23/12/10	23/12/40	23/12/12	Subestação	138/230 Kv	10.730	IPCA	Não	Sim
Transnorte Energia S.A.	Boa Vista (RR) - Equador (RR) - Lechuga (AM)	003/2012	25/01/12	25/01/42	Pré Operacional	715 km	500 Kv	6.136	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão Serrana S.A.	Subestação Abdon Batista / Gaspar (SC)	006/2012	10/05/12	10/05/42	19/01/15	Subestação	230/525 Kv 138/230 Kv	19.591	IPCA	Não	Sim
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	Henry Borden (SP) - Manoel da Nóbrega (SP)	016/2014	05/09/14	05/09/44	Pré Operacional	SE+40 Km	230/345 Kv	28.865	IPCA	Não	Sim
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	Rio Grande do Norte (RN)	013/2016	02/09/16	02/09/46	Pré Operacional	10 km	500/230 Kv	48.487	IPCA	Não	Sim
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	Subestação Rio Novo do Sul (ES)	020/2016	02/09/16	02/09/46	Pré Operacional	Subestação	345/138 Kv	28.147	IPCA	Não	Sim
Transmissora Caminho do Café S.A.	Minas Gerais (MG) - Espirito Santo (ES)	006/2017	10/02/17	10/02/47	Pré Operacional	288 km	500 kV	145.986	IPCA	Não	Sim
Transmissora Paraíso De Energia S.A.	Bahia (BA) - Minas Gerais (MG)	002/2017	10/02/17	10/02/47	Pré Operacional	541 km	500 kV	214.700	IPCA	Não	Sim
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.	Mesquita (MG) - João Neiva (ES)	019/2017	10/02/17	10/02/47	Pré Operacional	236 km	500 Kv	101.020	IPCA	Não	Sim
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	São Paulo (SP) - Rio de Janeiro (RJ)	037/2017	11/08/17	11/08/47	Pré Operacional	330 km	500 Kv	99.109	IPCA	Não	Sim
Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP (**)	Virginia-Nueva Esperanza - Colombia	UPME 07-2016	N/A	N/A	Pré Operacional	200 km	500 Kv	N/A	IPP	Não	Sim
Total						**7.110 km**		**1.923.363**			

(*) A Empresa Amazonense de Transmissão de Energia possui revisão tarifária periódica para RBNI
(**) A concessão da Transmissora Colombiana de Energia está localizada na Colômbia, desta forma, as regras regulatórias aplicáveis naqueles países divergem das regras aplicáveis no Brasil.

Notas Explicativas

Concessões e autorizações de geração de energia elétrica

A Companhia e suas investidas detém os direitos de concessão e/ou autorização de 6 PCHs, 4 UHEs e 5 parques eólicos, que totalizam 687 MW. Os sistemas de geração que a Companhia opera, por meio de contratos de concessões e/ou autorizações com prazo de 30 e 35 anos, estão localizados nos Estados do Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo, Amapá, Ceará (parques eólicos) e, futuramente, nos Estados de Goiás (Verde 8 Energia S.A.) e Minas Gerais (Água Limpa S.A.). A Companhia também possui o controle da Risaralda Energia SAS/ESP (Colômbia) por meio da Alupar Colombia S.A.S e detém controle da La Virgen S.A.C (Peru) por meio da Alupar Inversiones Peru S.A.C.

A tabela abaixo apresenta a relação dos ativos de geração de energia elétrica:

Empresas	Localização	Contrato de Concessão / Resolução Autorizativa ANEEL nº	Prazo da Concessão/ Autorização		Início da operação	Capacidade instalada - MW	Energia assegurada - MW
			Início	Fim			
Foz do Rio Claro Energia S.A.	Rio Claro - Caçu (GO) e São Simão (GO)	005/2006	15/08/06	15/08/41	05/08/10	68,4	41,0
Ijuí Energia S.A.	Rio Ijuí - Rolador (RS) e Salvador das Missões (RS)	006/2006	15/08/06	15/08/41	29/03/11	51,0	30,4
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	Rio Paraíba do Sul - Lavrinhas (SP)	138/2004 - 716/2006	07/04/04	07/04/34	03/09/11	30,0	21,4
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	Rio Paraíba do Sul - Queluz (SP)	139/2004 - 715/2006	07/04/04	07/04/34	12/08/11	30,0	21,4
Ferreira Gomes Energia S.A	Rio Araguari - Ferreira Gomes (AP)	002/2010	09/11/10	09/11/45	04/11/14	252,0	153,1
Energia dos Ventos I S.A.	Aracati (CE)	Portaria 431/12	17/07/12	17/07/47	22/04/16	23,1	11,80
Energia dos Ventos II S.A.	Aracati (CE)	Portaria 428/12	16/07/12	16/07/47	13/05/16	12,6	6,00
Energia dos Ventos III S.A.	Aracati (CE)	Portaria 433/12	19/07/12	19/07/47	03/03/16	18,9	9,60
Energia dos Ventos IV S.A.	Aracati (CE)	Portaria 442/12	24/07/12	24/07/47	02/03/16	27,3	14,80
Energia dos Ventos X S.A.	Aracati (CE)	Portaria 435/12	19/07/12	19/07/47	02/03/16	16,8	8,70
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	Rio de Janeiro (RJ)	N/A	N/A		Pré Operacional	-	-
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P. (*)	Rio Risaralda (PCH Morro Azul)	N/A	N/A		10/09/2016	19,9	13,2
Verde 8 Energia S.A.	Rio Verde - Santa Helena de Goiás (GO)	REA 3.702/12 - 4.684/14 - REA 5.953/16	24/10/12	15/06/44	Pré Operacional	30,0	18,7
Agua Limpa S.A.	Rio Piracicaba - Antônio Dias (MG)	Portaria 346/14	18/07/14	18/07/49	Pré Operacional	23,0	11,9
La Virgen S.A.C.(*)	Rio Tarma - Peru	253/2005 - 313/2008	N/A		Pré Operacional	84,0	49,3
Total						**687,0**	**411,3**

(*) As concessões de Risaralda e La Virgen estão localizadas na Colômbia e no Peru respectivamente, desta forma, as regras regulatórias aplicáveis naqueles países divergem das regras aplicáveis no Brasil.

Notas Explicativas

2.Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Na Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi autorizada a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 08 de março de 2018.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3.3 – Imobilizado - Vida útil dos bens do imobilizado
- Nota explicativa 16 - Intangível - Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros, inclusive ágio; - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- Nota explicativa 19 - Imposto de renda e contribuições sociais diferidos: disponibilidade de lucro tributável no futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Notas explicativas 25 – provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa 11 - ativo financeiro da concessão: estimativas sobre a contabilização de contratos de concessão; momento de reconhecimento do ativo financeiro; determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro e determinação das receitas de operação e manutenção.

Notas Explicativas

2.4. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.4.1. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia, de suas controladas e investidas, com exceção das controladas Alupar Inversiones Peru S.A.C. e La Virgen S.A.C cuja moeda funcional é o *Nuevo Sol*, da controlada Risaralda Energia SAS ESP cuja moeda funcional é o *Peso Colombiano* e da controlada Alupar Chile Inversiones SpA cuja moeda funcional é o *Peso Chileno*. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4.2. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis. Todos os efeitos de tradução são reconhecidos em resultado abrangente. Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

2.5. Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. São consideradas controladas quando a Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.

- Participações no capital e lucro (prejuízo) do período das empresas controladas.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas a seguir e, portanto, realiza a consolidação integral das mesmas:

Notas Explicativas

Descrição	Abreviatura	Atividade	Participação (%)	
			31/12/2017	31/12/2016
Participação direta				
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	"Alupar Peru"	Holding	100,00	100,00
Transminas Holding S.A.	"Transminas"	Holding	70,02	70,02
Alupar Chile Inversiones SpA	"Alupar Chile"	Holding	100,00	100,00
Foz do Rio Claro Energia S.A.	"Foz"	Geração	69,83	66,06
Ijuí Energia S.A.	"Ijuí"	Geração	86,66	86,66
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	"Lavrinhas"	Geração	64,19	64,19
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	"Queluz"	Geração	68,83	68,83
Ferreira Gomes Energia S.A	"Ferreira Gomes"	Geração	100,00	100,00
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	"GET"	Geração	51,00	51,00
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	"Risaralda"	Geração	0,34	-
Forquilha IV Energia S.A.	"Forquilha IV"	Geração	99,99	99,99
Verde 8 Energia S.A.	"Verde 8"	Geração	99,90	99,90
Agua Limpa S.A.	"Agua Limpa"	Geração	90,00	90,00
La Virgen S.A.C.	"La Virgen"	Geração	6,71	12,53
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	"EATE"	Transmissão	50,02	50,02
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	"STN"	Transmissão	51,00	51,00
Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A.	"ETES"	Transmissão	100,00	100,00
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	"ETEP"	Transmissão	50,02	50,02
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	"ENTE"	Transmissão	50,01	50,01
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	"ERTE"	Transmissão	21,96	21,96
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	"ECTE"	Transmissão	50,02	50,02
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	"ETEM"	Transmissão	62,79	62,79
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	"ETVG"	Transmissão	100,00	100,00
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	"ELTE"	Transmissão	99,99	99,99
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	"Lumitrans"	Transmissão	15,00	15,00
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	"STC"	Transmissão	20,00	20,00
ACE Comercializadora Ltda.	"ACE"	Comercializadora	100,00	100,00
AF Energia S.A.	"AF"	Serviços	99,99	99,99
Windepar Holding S.A.	"Windepar"	Holding	100,00	100,00
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	"ETAP"	Transmissão	99,98	99,98
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	"ETC"	Transmissão	99,98	99,98
Alupar Colombia S.A.S	"Alupar Colombia"	Holding	100,00	100,00
Transmissora Caminho do Café S.A. (a)	"TCC"	Transmissão	51,00	-
Transmissora Paraíso De Energia S.A. (a)	"TPE"	Transmissão	51,00	-
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. (b)	"TSM"	Transmissão	51,00	-

Notas Explicativas

Descrição	Abreviatura	Atividade	Participação (%)	
			31/12/2017	31/12/2016
Participação indireta				
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.(i)	"EBTE"	Transmissão	25,51	25,51
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (i)	"Lumitrans"	Transmissão	40,01	40,01
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (i)	"STC"	Transmissão	30,79	30,79
Companhia Transleste de Transmissão (ii)	"Transleste"	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transirapé de Transmissão (ii)	"Transudeste"	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transudeste de Transmissão (ii)	"Transirapé"	Transmissão	28,71	28,71
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. (iii) (i)	"ESDE"	Transmissão	50,02	50,02
Empresa de Transmissão Serrana S.A. (iv)	"ETSE"	Transmissão	50,02	50,02
Empresa de Sudeste de Transmissão de Energia S.A. (vi)	"ESTE"	Transmissão	99,90	-
La Virgen S.A.C. (v)	"La Virgen"	Geração	74,55	52,47
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (vi)	"ERTE"	Transmissão	9,04	9,04
Companhia Transleste de Transmissão (vi)	"Transleste"	Transmissão	5,00	5,00
Companhia Transirapé de Transmissão (vi)	"Transudeste"	Transmissão	5,00	5,00
Companhia Transudeste de Transmissão (vi)	"Transirapé"	Transmissão	5,00	5,00
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (vii)	"STC"	Transmissão	9,23	9,23
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (vii)	"ERTE"	Transmissão	19,01	19,01
Energia dos Ventos I S.A. (viii)	"EDV I"	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos II S.A. (viii)	"EDV II"	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos III S.A. (viii)	"EDV III"	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos IV S.A. (viii)	"EDV IV"	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos X S.A.(viii)	"EDV X"	Geração	100,00	100,00
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P. (ix)	"Risaralda"	Geração	99,62	99,97
Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP (ix)	"TCE"	Transmissão	99,00	99,00

(i) Controladas diretamente pela EATE
(ii) Controladas diretamente pela Transminas
(iii) Controlada diretamente pela ETEP
(iv) Controlada diretamente pela ECTE
(v) Controlada diretamente pela Alupar Peru
(vi) Participação indireta via EATE
(vii) Participação indireta via ENTE
(viii) Participação indireta via Windepar
(ix) Participação indireta via Alupar Colombia

a) Constituição das empresas TCC e TPE - Leilões de Transmissão.

Em 04 de janeiro de 2017, a Companhia constituiu as empresas TCC- Transmissora Caminho do Café e TPE – Transmissora Paraiso de Energia S. A., com capital social de R$ 1.000 e R$ 1.000 respectivamente, representado por 1.000 e 1.000 ações ordinárias todas nominativas, sem valor nominal respectivamente.

b) Constituição da empresa TSM - Leilões de Transmissão.

Em 21 de junho de 2017, a Companhia constituiu a empresa TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S. A., com capital social de R$ 1.000, representado por 1.000 ações ordinárias todas nominativas, sem valor nominal.

As seguintes investidas estão registradas nas demonstrações contábeis por meio do método da equivalência patrimonial:

Descrição	Abreviatura	Atividade	Participação (%)	
			31/12/2017	31/12/2016
Controladas em conjunto				
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	"TME"	Transmissão	46,00	46,00
Transnorte Energia S.A.	"TNE"	Transmissão	51,00	51,00

Notas Explicativas

O exercício findo das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes (vide nota explicativa 33). A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada nas demonstrações do resultado do exercício do resultado abrangente das demonstrações do valor adicionado e na mutação do patrimônio líquido consolidados.

3.Sumário das práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1 Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Sendo no reconhecimento inicial classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza, das disposições contratuais e do propósito do ativo financeiro.

Notas Explicativas

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no exercício.

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento - são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

- Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

- Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalente de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.1.2 Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Os investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários incluem aplicações financeiras certificados de depósitos bancários, títulos públicos e fundos de investimentos exclusivos que são integralmente consolidados, estão classificados como a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

3.1.3 Contas a receber de clientes

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de contas a receber de clientes, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

3.1.3.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia e suas controladas é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possui provisão para créditos de liquidação duvidosa registrada em suas demonstrações contábeis.

3.1.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a periodicamente para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas não identificaram nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.1.5 Baixa de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.1.6 Contratos de concessão

Os contratos de concessão estabelecem que os ativos vinculados à infraestrutura devam ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato:

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

Notas Explicativas

Este modelo se aplica às concessionárias de transmissão de energia elétrica.

3.2 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Controladora.

3.3 Imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa 15, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), e conforme taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo de autorização para os parques eólicos, a qual estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data base de 31 de dezembro de 2017.

O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.4 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Notas Explicativas

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

Direito de concessão – uso do bem público

O ativo intangível das controladas Ijuí, Foz e Ferreira Gomes, compreendem o direito das controladas operarem como concessionária de Uso do Bem Público (UBP) na produção e comercialização de energia elétrica, conforme contrato de concessão, as quais pagarão por este direito pelo prazo de concessão.

A vida útil desse intangível é avaliada como definida, pelo prazo de 35 anos, conforme o período de concessão.

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros (ágio) e desenvolvimento de projetos

Referem-se ao ágio decorrente dos ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os projetos de UHE's, PCH's, Usinas Eólicas, entre outros. Além disso, para desenvolvimento destes e para os demais projetos a Companhia incorre em custos pré-operacionais inerentes ao processo de desenvolvimento de tais projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos são alocados às Sociedades de Propósito Específicos – SPE´s controladas que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da administração.

3.5 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não financeiros

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia e suas controladas. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). Desse modo, as controladas relacionadas à transmissão de energia e geração de energia, foram analisadas isoladamente, de acordo com a sua geração de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.6 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como mais provável que não que haverá uma saída de

Notas Explicativas

recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.6.1 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6.2 Provisões para compensações ambientais

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

3.6.3 Provisões de constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações assumidas das obras a serem finalizadas oriundas do contrato de concessão, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

3.7 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia e suas controladas. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço em adição aos juros e demais

Notas Explicativas

encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. As controladas operacionais e a Companhia apropriam os custos com empréstimos resultado do exercício, quando incorridos. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte dos custos do correspondente ativo.

Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços, bem como a compra de energia de curto prazo adquirida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e a tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSD.

3.7.1 Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.8 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9 Tributação

3.9.1 Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas das controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) - alíquota de acordo com o Estado onde a energia é faturada.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.9.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes

Atualmente, a Companhia, suas controladas e investidas estão sujeita as seguintes formas de tributação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL):

Notas Explicativas

- Lucro Presumido: Podem ser tributadas nesta forma todas aquelas empresas cuja receita bruta total (Considera-se como receita bruta total a receita bruta de vendas somada aos ganhos de capital e às demais receitas e resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na atividade) tenha sido igual ou inferior a R$ 78.000, no ano-calendário anterior, ou a R$ 6.500 multiplicado pelo número de meses em atividade no ano-calendário anterior (Lei n º 10.637, de 2002, art. 46); e que não estejam obrigadas à tributação pelo lucro real em função da atividade exercida ou da sua constituição societária ou natureza jurídica. No caso das controladas e investidas que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável (8% do faturamento para IRPJ e 12% para CSLL). Este percentual deriva da presunção de uma margem de lucro para cada atividade (daí a expressão Lucro Presumido) e é predeterminado pela legislação tributária.

- Lucro Real - Lucro real é o lucro líquido do exercício de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal. A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada exercício de apuração com observância das leis comerciais. No caso da Companhia, das suas controladas e das suas investidas que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide diretamente sobre o lucro líquido contábil somado aos ajustes determinados pela legislação fiscal.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. Os cálculos de impostos estão demonstrados na nota explicativa nº32.

3.9.3 Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados, a Companhia e suas controladas registram provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

Notas Explicativas

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.10 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.11 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.13 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

Notas Explicativas

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 50% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

3.14 Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia e de suas controladas, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

3.14.1 Receita de transmissão de energia elétrica

As controladas do segmento de transmissão reconhecem a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01 (R1). Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 (R1) (IAS 11) e CPC 30 (R1) (IAS 18), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema. Maiores detalhes das premissas utilizadas estão descritas conforme nota explicativa 10.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, são segregadas em:

- Receitas de infraestrutura
- Remuneração do ativo financeiro da concessão

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, são segregadas em:

- Receita de operação e manutenção
- Remuneração do ativo financeiro da concessão

3.14.2 Receita de suprimento de energia elétrica

As controladas do segmento de geração reconhecem a receita de suprimento de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas e ocorrem mensalmente.

3.14.3 Receita de juros

Notas Explicativas

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.15 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto, o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias com relação a participação nos lucros distribuídos.

3.16 Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica taxas regulamentares e setoriais, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.17 Segmento Operacionais

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.
Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas estão majoritariamente localizados no Brasil. Consequentemente as informações geográficas não estão sendo apresentadas.

3.18 Receitas e despesas financeiras

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. As despesas

Notas Explicativas

financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntutes que são reconhecidas pelo método de juros efetivos

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS7) – Demonstração do Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia e suas controladas classificam juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3.19 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Companhia e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.20 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Para cada combinação de negócio, a Companhia mensurou a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos das adquiridas. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo são reconhecidas na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não é reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Para algumas investidas a Companhia adquire o controle após a fase pré-operacional sem transferência de contraprestação. Este fato se dá em função de alguns direitos de veto de não controladores deixarem de ser relevantes no momento em que a empresa entra em operação.

4.Pronunciamentos técnicos, interpretações e novas normas

4.1 Normas, alterações e interpretação de normas

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018, com exceção do IFRS 16 que será a partir de 1º de janeiro de 2019. O Companhia e suas controladas não adotaram estas normas de forma antecipada.

Notas Explicativas

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

(i) Classificação - Ativos financeiros
A nova norma determina três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A Administração identificou que no segmento de transmissão a classificação do Ativo financeiro de concessão terão duas categorias: a parte recuperada por meio da Receita Anual Permitida - RAP como custo amortizado; e a parte recuperada pela indenização no final da concessão como valor justo por meio do resultado. Os novos requerimentos de classificação não terão um impacto significativo na contabilização.

(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros
A nova norma ubstitui o modelo de ”perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de ”perdas de crédito esperadas”. Nos segmentos de geração, transmissão e comercialização a Administração não identificou impactos relevantes na adoção desta norma em PECLD (Perdas Estimadas de Crédito de Liquidação Duvidosa), bem como na rubrica de contas a receber de clientes.

(iii) Contabilidade de hedge
A nova norma torna os requisitos para contabilidade de hedge (hedge accounting) menos rigorosos. As novas regras não impactarão a Companhia e suas controladas devido à ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

CPC 37 / IFRS 15 Receita de contratos com clientes

Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes que enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes e as obrigações de desempenho atreladas, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida.
A Administração avaliou os impactos nos segmetnos de geração, transmissão e comercialização e não identificou impactos significativos devido a adoção desta norma para reconhecimento da receita.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual. As novas regras não impactarão a Companhia e suas controladas.

5.Caixa e equivalentes de caixa

Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa:	Remuneração média - % CDI		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa				
Numerário disponível (Caixa e bancos)	-	-	1.197	198
Fundos de investimento (*)	97,85%	97,09%	497.263	196.047
Operações compromissadas	90,00%	90,00%	72.058	60.114
Aplicações automáticas	20,00%	20,00%	176	94
Aplicações no exterior	0,00%	0,56%	-	15.463
Total			**570.694**	**271.916**

Caixa e equivalentes de caixa:	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa				
Numerário disponível (Caixa e bancos)	-	-	312.445	81.403
Fundos de investimento (*)	97,84%	97,05%	507.249	216.484
Certificados de depósitos bancários	93,10%	98,50%	550.803	108.397
Operações compromissadas	90,00%	90,00%	72.058	60.114
Outros fundos de investimento	82,13%	96,69%	129.390	123.705
Aplicações automáticas	22,54%	53,72%	8.125	8.168
Aplicações no exterior	0,00%	0,56%	-	15.463
Total			**1.580.070**	**613.734**

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que as aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e em aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa:

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, não ocorrendo, portanto risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

(*) Referem-se ao Fundo Exclusivo FI – Energia, cuja composição da carteira é assim como segue:

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Composição da carteira		
Operações compromissadas - Notas do tesouro nacional	497.263	196.058
Títulos federais - Letras financeiras do tesouro	380.589	160.248
Títulos privados - Certificados de depósitos bancários	27.450	55.191
Valores a pagar	(21)	(13)
Disponibilidades	1	2
Outros cotistas	(42.254)	-
Total - FI Energia	**863.028**	**411.486**
Registrado em caixa e equivalentes de caixa	497.263	196.047
Registrado em investimentos de curto prazo	365.765	215.439
Total - FI Energia	**863.028**	**411.486**

Notas Explicativas

6.Investimentos de curto prazo

Investimentos de curto prazo:	Remuneração média - % CDI		Controladora / Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo				
Fundos de investimento	90,00%	90,00%	365.765	215.439
Total			365.765	215.439

Aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo:

Refere-se ao Fundo Exclusivo FI – Energia, conforme evidenciado na nota explicativa 5, e é composto substancialmente por títulos do Tesouro Brasileiro e certificados de depósitos bancários, e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

7.Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira dos títulos e valores mobiliários é assim como segue:

Títulos e valores mobiliários:	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários				
Circulante				
Outros fundos de investimento	84,58%	88,31%	113.985	89.984
Operações compromissadas	100,80%	100,80%	10.017	10.821
			124.002	100.805
Não circulante				
Outros fundos de investimento (i)	95,68%	95,36%	4.703	4.295
			4.703	4.295
Total			128.705	105.100

Os títulos e valores mobiliários são compostos por:

Aplicações financeiras constituídas como contas reservas definidas nos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas. Estas contas consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e financiamentos.

i) Aplicações financeiras destinadas ao reinvestimento em projetos de infraestrutura na Amazônia brasileira no qual está sujeito à aprovação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA).

8.Contas a receber de clientes

a) As contas a receber de clientes estão compostas como a seguir:

	Controladora		Consolidado						
	Saldos vincendos			Saldos vencidos					
	31/12/2017	31/12/2016	Saldos vincendos	Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 360 dias	há mais de 361 dias	31/12/2017	31/12/2016
Sistema de transmissão de energia									
Encargos de uso da transmissão faturados	-	-	113.422	846	45	3.539	8.899	126.751	144.260
	-	-	113.422	846	45	3.539	8.899	126.751	144.260
Sistema de geração de energia									
Contrato bilateral - ambiente regulado	-	-	31.348	-	-	-	-	31.348	30.136
Contrato bilateral - ambiente livre	-	-	(20.276)	-	-	-	-	(20.276)	13.376
MRE e Spot (energia de curto prazo)	63.026	17.551	108.916	-	-	-	-	108.916	29.684
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	63.026	17.551	119.988	-	-	-	-	119.988	73.196
	63.026	**17.551**	**233.410**	**846**	**45**	**3.539**	**8.899**	**246.739**	**217.456**
Circulante	63.026	17.551						234.647	207.017
Não circulante	-	-						12.092	10.439
Total	63.026	17.551						246.739	217.456

Notas Explicativas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas nas contas a receber, avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

b) A movimentação das contas a receber de clientes é como segue:

	Consolidado									
	31/12/2016	Provisão	Reversão da provisão	Faturamento	Recebimento	Transferência de adiantamento de clientes	Juros	Baixas	Contas a receber de clientes adquiridos em transação de capital	31/12/2017
Sistema de transmissão de energia										
Encargos de uso da transmissão faturados	144.260	-	-	1.267.919	(1.252.321)	(33.107)	-	-	-	126.751
Contrato de conexão do sistema de transmissão - CCT	-	1.237	-	-	(1.236)	-	-	-	-	1
	144.260	1.237	-	1.267.919	(1.253.557)	(33.107)	-	-	-	126.752
Sistema de geração de energia										
Contrato bilateral - ambiente regulado	30.136	16.841	(16.996)	277.890	(276.453)	-	39	(110)	-	31.347
Contrato bilateral - ambiente livre	18.822	181.984	(182.724)	61.481	(51.779)	-	-	-	-	27.784
MRE e Spot (energia de curto prazo)	24.238	117.102	(23.396)	158.926	(216.014)	-	-	-	-	60.856
	73.196	315.927	(223.116)	498.297	(544.246)	-	39	(110)	-	119.987
	217.456	317.164	(223.116)	1.766.216	(1.797.803)	(33.107)	39	(110)	-	246.739

9.Outros tributos compensáveis

Por força de determinações legais, a Companhia e suas controladas, sofreram as retenções e/ou procederam às antecipações para posterior compensação de impostos e contribuições. Os saldos destes impostos estão assim distribuídos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	25.964	18.002
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	34	-	2.041	1.745
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	30.079	26.276	33.564	29.909
	30.113	26.276	61.569	49.656
Programa de Integração Social - PIS	-	-	154	-
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	1.084	-
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	-	-	509	1.743
Outros	-	22	702	2.059
	-	22	2.449	3.802
Não circulante				
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	20.877	24.768
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	7.123	8.544
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	-	3.187	3.194
	-	-	31.187	36.506
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	2.292	6.142
Outros	-	-	482	1.424
	-	-	2.774	7.566
Total	**30.113**	**26.298**	**97.979**	**97.530**

Notas Explicativas

10.Ativo financeiro da concessão

a) Ativo financeiro da concessão

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pelas controladas da Companhia são regulamentados pelos contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados com a União – Poder Concedente. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar, para quem, e a que preço os serviços devem ser prestados.
As controladas da Companhia realizaram os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis ao término da vigência do contrato de concessão do montante atribuível ao ativo financeiro, não resultando impactos relevantes às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017
Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das controladas e investidas da Companhia, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nestas controladas e investidas. A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As infraestruturas construídas da atividade de transmissão que estavam originalmente representadas pelos ativos imobilizados das controladas e investidas são, ou serão, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

b) Critério de reajuste das tarifas de transmissão

Os contratos de concessão estabelecem os valores de receita que as controladas de transmissão receberão ao longo do período de concessão, sendo tais valores estáveis e previsíveis. A RAP é contratada junto ao poder concedente na outorga das concessões e está sujeita à disponibilidade das linhas de transmissão, e não ao volume de energia transmitida. Segundo os contratos de transmissão das controladas, as RAPs são ajustadas anualmente, no mês de julho, pela variação anual do IGP-M ou IPCA, conforme contrato. As controladas diretas ETEM, ETES, ETVG e ELTE, as investidas TME e TNE, controladas indiretas EBTE, ESDE e ETSE, estão sujeitas a uma revisão tarifária a cada 5 anos, durante todo o prazo da concessão. Até que complete o 15º ano de concessão, essa revisão está relacionada essencialmente à variação do custo de dívida, atrelado à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) (calculado pela média móvel de cinco anos dessa taxa), conforme regido nos editais de licitação das linhas de transmissão. Os contratos de concessão das controladas diretas EATE, ECTE, ENTE, ERTE, ETEP, ETES, STN, das controladas indiretas Transirapé, Transleste, Transudeste e das controladas diretas e indiretas Lumitrans e STC dispõem que a partir do 16° ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15° ano até o final do prazo de concessão. As controladas diretas ETAP, ETC, TPE, TCC, ESTE e TSM, estão sujeitas a três revisões tarifárias, a primeira no 5º ano a segunda no 10º ano e a terceira no 15º ano. Essa revisão está relacionada essencialmente à variação do custo de dívida, atrelado à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) (calculado pela média móvel de cinco anos dessa taxa), conforme regido nos editais de licitação das linhas de transmissão.

Notas Explicativas

Os contratos de concessão outorgados pela ANEEL, anteriores à publicação da Resolução Normativa ANEEL n° 230, de 12 de setembro de 2006, que foi revogada pela Resolução Normativa n° 490, de 29 de maio de 2012, não contêm previsão que autoriza a revisão tarifária periódica da RAP. Isso porque os respectivos editais de licitação não continham tal previsão, permitindo aos licitantes que projetassem a RAP constante de suas propostas financeiras sem levar em consideração eventuais revisões periódicas.

c) Reforços, Melhorias e Receita em função destas obras

O Poder Concedente poderá alterar, unilateralmente, os contratos de concessão, inclusive quando houver alteração do projeto ou das especificações anteriormente previstas. À concessionária é garantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão podendo ser conferida uma receita adicional para amortização dos investimentos realizados para a implementação de tais alterações.
Já as melhorias, em tese, encontram-se abrangidas pelo objeto de cada concessão e servem para a continuidade da prestação do serviço adequado. Melhoria compreende a instalação, substituição ou reforma de equipamentos ou adequação destas instalações visando manter a prestação de serviço adequada à transmissão de energia elétrica, de acordo com o respectivo contrato de concessão, Resoluções Normativas e os Procedimentos de Rede. Os custos incorridos com melhorias são registrados de acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, para que sejam considerados nas revisões da RAP subsequentes.
Reforço é a instalação, substituição ou reforma em instalações de transmissão existentes ou adequação destas instalações, recomendadas pelos planos de expansão do sistema de transmissão e autorizadas previamente pela ANEEL, para aumento da capacidade de transmissão ou da confiabilidade do SIN, ou, a conexão de usuários. Determinadas espécies de reforços poderão ser implementadas diretamente pelas concessionárias de transmissão, sem a autorização prévia da ANEEL, desde que haja solicitação do ONS motivada por expansão da capacidade ou da confiabilidade do SIN.

d) A composição e a movimentação do ativo financeiro da concessão por controlada é como segue:

	Consolidado								
	Taxa de remuneração do ativo financeiro - a.a	31/12/2016	Receita de transmissão de energia	Remuneração do ativo de concessão	Receita de infraestrutura	Ativo financeiro adquirido em transação de capital	Adiantamento de clientes	Recebimento	31/12/2017
Controladas diretas									
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	34,14%	820.123	26.200	246.512	-	-	-	(373.006)	719.829
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	19,71%	687.357	21.415	134.179	781	-	-	(170.748)	672.984
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	34,18%	567.762	8.816	171.599	-	-	-	(211.676)	536.501
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	16,49%	234.258	4.969	37.226	4.483	-	-	(47.448)	233.488
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	33,10%	157.295	7.296	46.385	-	-	-	(60.569)	150.407
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	37,02%	153.548	9.345	46.816	-	-	-	(73.371)	136.338
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	31,55%	140.633	4.133	39.459	-	-	-	(48.636)	135.589
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	10,78%	114.710	3.125	12.625	(673)	-	-	(12.951)	116.836
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	21,13%	100.740	2.437	20.594	-	-	-	(25.635)	98.136
Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A.	12,79%	88.877	2.718	12.420	81	-	-	(15.405)	88.691
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	15,97%	83.156	1.056	12.371	135	-	-	(16.020)	80.698
Empresa Litorânea De Transmissão de Energia S.A.	9,89%	9.741	-	1.305	445	-	-	-	11.491
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	14,01%	2.334	-	840	8.881	-	-	-	12.055
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	33,23%	1.201	-	560	3.507	-	-	-	5.268
Transmissora Caminho do Café S.A.	26,03%	-	-	506	5.835	-	-	-	6.341
Transmissora Paraíso de Energia S.A.	24,82%	-	-	775	10.389	-	-	-	11.164
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	23,74%	-	-	30	1.773	-	-	-	1.803
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.	21,32%	-	-	215	1.736	-	-	-	1.951
		3.161.735	91.510	784.417	37.373	-	-	(1.055.465)	3.019.570
Controladas indiretas									
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	9,69%	565.436	7.515	51.402	2.769	-	-	(48.990)	578.132
Companhia Transleste de Transmissão	23,88%	153.093	4.346	32.140	-	-	-	(39.651)	149.928
Companhia Transudeste de Transmissão	18,34%	102.042	2.408	21.232	-	-	-	(24.505)	101.177
Companhia Transirapé de Transmissão	9,69%	155.372	3.377	27.179	-	-	-	(32.705)	153.223
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	13,66%	103.184	2.281	13.957	-	-	-	(13.140)	106.282
Empresa de Transmissão Serrana S.A.	11,16%	210.757	2.123	23.911	-	-	-	(21.593)	215.198
		1.289.884	22.050	169.821	2.769	-	-	(180.584)	1.303.940
		4.451.619	113.560	954.238	40.142	-	-	(1.236.049)	4.323.510
Circulante		1.237.557							1.105.358
Não circulante		3.214.062							3.218.152
		4.451.619							**4.323.510**

Notas Explicativas

	Consolidado						
	Taxa de remuneração do ativo financeiro - a.a	31/12/2015	Receita de transmissão de energia	Remuneração do ativo de concessão	Receita de infraestrutura	Recebimento	31/12/2016
Controladas diretas							
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	35,95%	879.500	24.696	309.593	-	(393.666)	820.123
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	18,80%	683.502	21.214	149.905	752	(168.016)	687.357
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	34,50%	567.185	12.992	194.471	-	(206.886)	567.762
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	17,83%	228.726	4.391	37.085	7.774	(43.718)	234.258
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	34,44%	179.514	5.412	52.576	-	(80.207)	157.295
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	36,66%	173.511	9.517	61.258	-	(90.738)	153.548
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	32,35%	139.146	6.578	41.647	-	(46.738)	140.633
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	12,11%	108.149	5.700	13.972	49	(13.160)	114.710
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	22,95%	99.054	2.470	23.005	-	(23.789)	100.740
Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A.	15,74%	88.582	2.650	12.575	35	(14.965)	88.877
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	15,20%	64.198	1.563	11.156	14.783	(8.544)	83.156
Empresa Litorânea De Transmissão de Energia S.A.	14,04%	5.965	-	1.071	2.705	-	9.741
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	17,46%	-	-	8	2.326	-	2.334
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	18,21%	-	-	8	1.193	-	1.201
		3.217.032	97.183	908.330	29.617	(1.090.427)	3.161.735
Controladas indiretas							
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	9,34%	550.659	5.515	53.807	-	(44.545)	565.436
Companhia Transleste de Transmissão	22,48%	153.222	3.885	32.936	-	(36.950)	153.093
Companhia Transudeste de Transmissão	22,01%	101.243	2.211	21.885	-	(23.297)	102.042
Companhia Transirapé de Transmissão	19,25%	137.157	3.191	26.937	16.758	(28.671)	155.372
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	13,86%	97.129	1.079	14.633	1.704	(11.361)	103.184
Empresa de Transmissão Serrana S.A.	12,90%	210.772	1.860	28.397	(8.264)	(22.008)	210.757
		1.250.182	17.741	178.595	10.198	(166.832)	1.289.884
		4.467.214	114.924	1.086.925	39.815	(1.257.259)	4.451.619
Circulante		1.190.907					1.237.557
Não circulante		3.276.307					3.214.062
		4.467.214					**4.451.619**

Em 31 de dezembro de 2017, não há itens vencidos registrados no ativo financeiro da concessão.

A composição da Receita Anual Permitida - RAP de cada controlada de transmissão da Companhia de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.255 de 23 de junho de 2017 é como segue:

Ciclo 2017-2018	Rede Básica		Rede Básica Fronteira		DIT (e) (Exclusivo)		Total	Parcela de ajuste (PA) apuração	Total líquido
	RBL (a)	RBNI (b)	RBL (a)	RBNI (b)	RPEC (c)	RCDM (d)			
Concessão									
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	347.481	6.799	-	-	-	-	354.280	(26.483)	327.797
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	225.130	-	-	-	-	-	225.130	(13.240)	211.890
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	180.122	-	-	-	-	-	180.122	(10.593)	169.529
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	56.367	-	-	-	-	-	56.367	(5.645)	50.722
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	47.529	-	-	-	-	-	47.529	(4.954)	42.575
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	39.783	10.750	-	-	-	-	50.533	(2.972)	47.561
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	40.372	2.558	2.653	967	421	-	46.971	(2.480)	44.491
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	27.759	2.066	7.550	2.260	339	4.009	43.982	(1.574)	42.408
Companhia Transleste de Transmissão	40.804	-	-	-	-	-	40.804	(2.400)	38.404
Companhia Transirapé de Transmissão	17.413	7.754	3.967	2.809	323	857	33.123	(1.585)	31.538
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	26.618	11	-	-	-	-	26.629	(1.553)	25.076
Companhia Transudeste de Transmissão	25.291	-	-	-	-	-	25.291	(1.487)	23.804
Empresa de Transmissão Serrana S.A.	14.621	72	2.241	1.727	931	-	19.591	(1.229)	18.362
Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A.	8.057	90	-	4.076	-	1.875	14.099	(487)	13.611
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	8.429	-	3.751	-	917	-	13.097	(1.002)	12.095
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. *	12.492	38	-	-	-	-	12.530	(690)	11.840
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	1.238	190	2.593	5.483	453	773	10.730	(7.294)	3.436
Total	**1.119.506**	**30.328**	**22.755**	**17.322**	**3.384**	**7.514**	**1.200.809**	**(85.667)**	**1.115.141**

Notas Explicativas

A composição da Receita Anual Permitida - RAP de cada controlada de transmissão do Grupo Alupar de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.918 de 23 de junho de 2016 é como segue:

Ciclo 2016-2017	Rede Básica		Rede Básica Fronteira		DIT (e) (Exclusivo)		Total	Parcela de ajuste (PA) apuração	Total Líquido
	RBL (a)	RBNI (b)	RBL (a)	RBNI (b)	RPEC (c)	RCDM (d)			
Concessão									
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	415.595	6.675	-	-	-	-	422.270	(32.293)	389.977
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	221.644	-	-	-	-	-	221.644	(16.211)	205.433
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	177.333	-	-	-	-	-	177.333	(12.981)	164.352
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	96.563	-	-	-	-	-	96.563	(7.037)	89.527
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	79.723	-	-	-	-	-	79.723	(6.839)	72.884
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	39.167	10.584	-	-	-	-	49.750	(3.642)	46.109
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	38.970	2.462	2.561	-	407	-	44.400	(3.208)	41.193
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	26.796	1.210	7.288	2.128	327	3.774	41.522	(1.512)	40.009
Companhia Transleste de Transmissão	40.172	-	-	-	-	-	40.172	(2.941)	37.231
Companhia Transirapé de Transmissão	17.144	4.225	3.905	2.765	318	844	29.201	(1.412)	27.789
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	26.206	-	-	-	-	-	26.206	(1.918)	24.288
Companhia Transudeste de Transmissão	24.899	-	-	-	-	-	24.899	(1.823)	23.076
Empresa de Transmissão Serrana S.A.	16.361	73	2.508	1.598	1.041	-	21.582	(1.527)	20.054
Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A.	7.981	94	-	4.274	-	1.959	14.308	(574)	13.734
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	8.134	-	3.621	-	885	-	12.640	(557)	12.083
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	12.045	-	-	-	-	-	12.045	(938)	11.107
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	1.164	2.418	2.437	2.521	425	746	9.712	364	10.076
Total	**1.249.897**	**27.740**	**22.320**	**13.286**	**3.404**	**7.323**	**1.323.970**	**(95.048)**	**1.228.921**

(a) Rede Básica Licitada
(b) Rede Básica Novas Instalações
(c) Receita dos ativos das demais concessionárias de transmissão licitadas
(d) Receita das Demais Instalações de Transmissão
(e) Demais Instalações de Transmissão

11.Investimentos em coligadas e investidas

As movimentações dos investimentos é como segue:

Consolidado					
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:	Saldo em 31/12/2016	Adições/Baixas	Dividendos / JSCP	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2017
Controladas em conjunto					
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	89.964	5.520	(11.383)	14.459	98.560
Transnorte Energia S.A.	154.669	-	-	(230)	154.439
Total - Participação em controladas em conjunto	**244.633**	**5.520**	**(11.383)**	**14.229**	**252.999**
Investimentos indiretos					
Companhia Transleste de Transmissão (*)	4.067	-	(1.500)	1.089	3.656
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	4.273	-	(2.665)	825	2.433
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	4.890	-	(1.365)	955	4.480
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (*)	14.483	-	(929)	1.043	14.597
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (**)	22.702	-	(2.931)	3.046	22.817
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (**)	30.454	-	(1.952)	2.190	30.692
Total - Investimentos indiretos	**80.869**	**-**	**(11.342)**	**9.148**	**78.675**
Total	**325.502**	**5.520**	**(22.725)**	**23.377**	**331.674**

Notas Explicativas

As informações referentes ao total das ações ou quotas e dados financeiros resumidos das investidas e dos investimentos indiretos estão demonstradas a seguir:

Consolidado								
Empresa	31/12/2017				31/12/2016			
	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia, pela EATE e pela ENTE			Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia, pela EATE e pela ENTE		
		Ordinárias	Preferenciais	Total		Ordinárias	Preferenciais	Total
Controladas em conjunto								
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	109.793.590	50.505.051	-	50.505.051	97.793.590	44.985.051	-	44.985.051
Transnorte Energia S.A.	298.705.100	152.339.601	-	152.339.601	298.705.100	152.339.601	-	152.339.601
Investimentos indiretos								
Companhia Transleste de Transmissão (*)	49.569.000	4.956.900	-	4.956.900	49.569.000	4.956.900	-	4.956.900
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	30.000.000	3.000.000	-	3.000.000	30.000.000	3.000.000	-	3.000.000
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	22.340.490	2.234.049	-	2.234.049	22.340.490	2.234.049	-	2.234.049
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (*)	84.133.970	-	15.208.597	15.208.597	84.133.970	-	15.208.597	15.208.597
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (**)	211.003.246	38.930.597	-	38.930.597	211.003.246	38.930.597	-	38.930.597
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (**)	84.133.970	5.126.185	26.858.388	31.984.573	84.133.970	5.126.185	26.858.388	31.984.573

Consolidado						
Empresa	31/12/2017			31/12/2016		
	Patrimônio líquido	Participação da Alupar e da EATE		Patrimônio líquido	Participação da Alupar e da EATE	
		no capital social	no patrimônio líquido		no capital social	no patrimônio líquido
Controladas em conjunto						
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	214.264	46,00%	98.560	195.577	46,00%	89.965
Transnorte Energia S.A.	302.818	51,00%	154.439	303.273	51,00%	154.670
Investimentos indiretos						
Companhia Transleste de Transmissão (*)	73.104	10,00%	3.656	81.292	10,00%	4.064
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	48.641	10,00%	2.433	85.439	10,00%	4.273
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	89.565	10,00%	4.480	97.761	10,00%	4.890
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (*)	161.439	18,08%	14.597	160.182	18,08%	14.483
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (**)	247.272	18,45%	22.817	246.031	18,45%	22.702
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (**)	161.439	38,02%	30.692	160.182	38,02%	30.455
			331.674			325.502

Consolidado									
Empresa	Dados das controladas em conjunto / dos investimentos indiretos								
	31/12/2017								
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	IRPJ e CSLL correntes e diferidos	Lucro (prejuízo) do exercício
Controladas em conjunto									
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	78.941	336.922	54.512	147.087	70.564	(19.734)	(10.805)	(7.993)	32.032
Transnorte Energia S.A.	15.670	291.903	1.388	3.367	2.992	(4.355)	699	209	(455)
Investimentos indiretos									
Companhia Transleste de Transmissão (*)	66.133	110.956	26.930	77.055	33.455	(4.413)	(5.484)	(1.777)	21.781
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	29.446	78.008	10.018	48.795	21.761	(2.332)	(1.998)	(938)	16.493
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	40.277	121.689	13.889	58.512	28.091	(3.348)	(4.441)	(1.205)	19.097
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (*) (**)	82.742	88.237	5.306	4.234	39.794	(3.999)	2.553	(2.237)	36.111
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (**)	69.704	190.828	5.408	7.852	43.105	(9.338)	1.091	(1.852)	33.006

Consolidado									
Empresa	Dados das controladas em conjunto / dos investimentos indiretos								
	31/12/2016								
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	IRPJ e CSLL correntes e diferidos	Lucro (prejuízo) do período
Controladas em conjunto									
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	69.376	322.304	43.360	152.743	75.247	(32.335)	(10.716)	(7.150)	25.046
Transnorte Energia S.A.	16.629	291.775	1.596	3.535	7.828	(5.688)	(50)	(1.473)	617
Investimentos indiretos									
Companhia Transleste de Transmissão (*)	50.168	122.568	27.973	63.471	34.011	(2.425)	(8.649)	(1.636)	21.301
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	31.155	79.223	21.747	3.192	22.324	(2.136)	(3.408)	(1.017)	15.763
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	40.346	123.105	24.795	40.895	44.728	(19.732)	(4.352)	(1.650)	18.994
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (*) (**)	75.969	94.480	5.832	4.435	44.638	(6.445)	1.719	(2.273)	37.639
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (**)	62.656	198.639	7.437	7.827	45.894	(12.136)	743	(2.109)	32.392

(*) Participação indireta proveniente da controlada EATE
(**) Participação indireta proveniente da controlada ENTE

Notas Explicativas

TNE

A Transnorte Energia S.A. é uma empresa formada pela parceria entre Alupar (51%) e Eletronorte (49%), para a implantação do sistema de transmissão que conectará o Estado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN), na subestação Lechuga, no Estado do Amazonas, cobrindo aproximadamente 715,0 km de linha de 500 kV, em circuito duplo, com 02 novas subestações, a SE Equador - 500 kV, a ser instalada no Município de Rorainópolis (RR) e a SE Boa Vista - 500/230 kV - 800 MVA, situada no Município de Boa Vista (RR).

Em 02 de setembro de 2015, a Companhia protocolou na ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), o requerimento para rescisão amigável do Contrato de Concessão 003/2012 - ANEEL, devido a não manifestação da FUNAI, no que tange ao componente indígena, que por consequência não houve a emissão do licenciamento ambiental.

Em 06 de novembro de 2015, a FUNAI encaminhou Ofício ao IBAMA com manifestação favorável ao tema da licença. Tendo em vista o recebimento deste ofício, no dia 09 de dezembro de 2015, o IBAMA emitiu a Licença Prévia do empreendimento, contudo, não há previsão para emissão da Licença de Instalação, necessária para o início das obras.

Em 13 de dezembro de 2016, a diretoria da ANEEL votou e aprovou, por unanimidade, publicando o Despacho nº 3.265, em 19 de dezembro de 2016, suas recomendações para: (i) acolher o pedido da TNE e, no mérito, dar-lhe parcial provimento reconhecendo que há elementos para extinção do Contrato de Concessão nº 003/2012- ANEEL; e (ii) encaminhar os autos do presente Processo Administrativo ao Ministério de Minas e Energia com recomendações para: (a) extinguir o referido Contrato de Concessão, mediante distrato, nos termos do artigo 472 do Código Civil, ou outra forma que entender adequada; (b) na hipótese de extinção do Contrato, designar um órgão ou entidade da administração federal, neste caso a Eletronorte, para dar continuidade à prestação do serviço público de transmissão referente ao CER da SE Boa Vista, até que ulterior decisão estabeleça a reversão onerosa dos bens em serviço, sendo facultado ao Poder Concedente outorgar a concessão sem efetuar a reversão prévia dos bens vinculados ao respectivo serviço público; e (c) na hipótese de extinção do Contrato, considerar como referência para a indenização dos ativos em serviço, o critério do valor novo de reposição, abatida a depreciação ocorrida no período, em laudo contábil a ser fiscalizado pela ANEEL, sendo vedada a indenização de ativos que não estavam em serviço.

Atualmente, a Companhia está aguardando a definição do Ministério de Minas e Energia (MME) quanto a extinção da concessão e do valor da indenização. Em 13 de setembro de 2017 a Companhia propôs Ação Ordinária, em face da União Federal, objetivando a rescisão judicial do Contrato de Concessão nº 003/2012-ANEEL, pendente de julgamento. Na opinião dos nossos assessores legais, a probabilidade de êxito na devolução da concessão, conforme descrito anteriormente, é possível.

Os custos iniciais relacionados a construção das linhas de transmissão “Linha de Transmissão Engenheiro Lechuga - Equador” e “Linha de Transmissão Equador” estão contabilizados na rubrica de Imobilizado em curso (veja abertura dos custos na nota explicativa 7) e estão registrados pelo seu custo de aquisição e/ou construção. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não reconheceu qualquer provisão para perda na rubrica de ativo imobilizado em curso pois entende que os valores contábeis estão registrados ao seu valor provável de realização.

A Companhia não reconheceu em suas demonstrações contábeis qualquer montante relacionado ao ganho ou perda em relação ao processo de requerimento de rescisão amigável do Contrato de Concessão 003/2012- ANEEL que está em andamento junto a ANEEL e Ministério de Minas e Energia.

Atualmente, em função dos aspectos mencionados acima, a TNE está com sua operação comercial executada parcialmente desde maio de 2015, onde possui uma receita equivalente a 4% da Receita Anual Permitida - RAP total do empreendimento, referente ao compensador estático de reativos instalado na SE Boa Vista.

Notas Explicativas

12.Investimentos em controladas

Controladora								
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:	Saldo em 31/12/2016	Adições / Baixas	Compra de participação de não controladores -	Ajuste de conversão cumulativa	Dividendos / JSCP	Equivalência patrimonial	Transferência do passivo a descoberto	Saldo em 31/12/2017
Controladas								
Transminas Holding S.A.	67.570	-	-	-	(6.012)	16.669	-	78.227
Foz do Rio Claro Energia S.A.	123.338	9.596	(2.556)	-	(1.592)	6.705	-	135.491
Ijuí Energia S.A.	253.756	-	-	-	(1.952)	13.515	-	265.319
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	88.205	-	-	-	(5.187)	21.839	-	104.857
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	116.965	-	-	-	(5.310)	22.357	-	134.012
Ferreira Gomes Energia S.A	823.617	7.252	-	-	(2.607)	14.015	-	842.277
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	-	-	-	-	-	-	70.326	70.326
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	355.611	-	-	-	(87.958)	101.273	-	368.926
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	204.212	-	-	-	(32.796)	46.542	-	217.958
Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A.	64.325	-	-	-	(7.755)	7.900	-	64.470
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	82.399	-	-	-	(18.925)	20.809	-	84.283
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	183.464	-	-	-	(57.365)	81.998	-	208.097
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	35.175	-	-	-	(763)	1.039	-	35.451
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	85.616	-	-	-	(27.218)	18.993	-	77.391
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	45.408	-	-	-	(855)	4.249	-	48.802
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	20.201	25.449	-	-	(1.248)	6.836	-	51.238
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	966	-	-	-	263	1.293	-	2.522
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	16.863	-	-	-	(2.756)	2.763	-	16.870
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	49.206	-	-	-	(6.353)	6.601	-	49.454
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	-	-	-	56	-	5	-	61
Verde 8 Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	77.612	77.612
La Virgen S.A.C.	20.381	-	-	(296)	-	733	-	20.818
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	11	-	-	-	2	826	-	839
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	10	-	-	-	2	534	-	546
Transmissora Paraíso Energia S.A.	-	8.442	-	-	-	395	-	8.837
Transmissora Caminho do Café S.A.	-	5.854	-	-	-	258	-	6.112
Windepar Holding S.A.	160.572	-	-	-	-	(9.811)	-	150.761
Alupar Colômbia S.A.S.	11.350	3.627	-	4.855	-	522	-	20.354
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	-	1	-	-	-	15	-	16
Total	**2.809.221**	**60.221**	**(2.556)**	**4.615**	**(266.385)**	**388.873**	**147.938**	**3.141.927**

Movimentação da provisão para passivo a descoberto

Controladora						
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:	Saldo em 31/12/2016	Adições	Ajuste de conversão cumulativa	Equivalência patrimonial	Transferência para investimentos cobertos	Saldo em 31/12/2017
Controladas						
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	(7.151)	78.275	7.236	(8.034)	(70.326)	-
Alupar Chile Inversiones SpA	(1.523)	-	-	-	-	(1.523)
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	(393)	-	-	-	-	(393)
ACE Comercializadora Ltda.	(1.032)	-	-	(24)	-	(1.056)
AF Energia S.A.	(1.319)	-	-	(4.992)	-	(6.311)
Verde 8 Energia S.A.	(11)	77.659	-	(36)	(77.612)	-
Agua Limpa S.A.	(14)	-	-	(12)	-	(26)
Total	**(11.443)**	**155.934**	**7.236**	**(13.098)**	**(147.938)**	**(9.309)**

Notas Explicativas

Controladora								
Empresa	31/12/2017				31/12/2016			
	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia			Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia		
		Ordinárias	Preferenciais	Total		Ordinárias	Preferenciais	Total
Controladas								
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	102.321.612	102.321.611	-	102.321.611	4.222.679	4.222.678	-	4.222.678
Alupar Chile Inversiones SpA	5.000.000	5.000.000	-	5.000.000	5.000.000	5.000.000	-	5.000.000
Transminas Holding S.A.	44.860.000	31.409.500	500	31.410.000	44.860.000	31.409.499	499	31.409.998
Foz do Rio Claro Energia S.A.	108.708.978	67.717.178	8.198.360	75.915.538	108.708.978	67.717.178	4.099.180	71.816.358
Ijuí Energia S.A.	315.106.452	273.064.862	-	273.064.862	315.106.452	273.064.862	-	273.064.862
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	67.383.430	43.252.860	-	43.252.860	67.383.430	43.252.860	-	43.252.860
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	96.782.146	66.615.409	-	66.615.409	96.782.146	66.615.409	-	66.615.409
Ferreira Gomes Energia S.A	791.080.528	791.080.528	-	791.080.528	783.828.529	783.828.528	-	783.828.528
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	1.200	612	-	612	1.200	612	-	612
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	180.000.010	46.020.150	44.011.576	90.031.726	180.000.010	46.020.150	44.011.576	90.031.726
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	198.000.000	100.980.000	-	100.980.000	198.000.000	100.980.000	-	100.980.000
Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A.	29.064.000	29.063.999	-	29.063.999	29.064.000	29.063.999	-	29.063.999
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	45.000.010	13.505.150	9.001.851	22.507.001	45.000.010	13.505.150	9.001.851	22.507.001
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	100.840.000	50.431.150	-	50.431.150	100.840.000	50.431.150	-	50.431.150
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	84.133.970	18.475.373	-	18.475.373	84.133.970	18.475.373	-	18.475.373
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	42.095.000	21.056.862	-	21.056.862	42.095.000	21.056.862	-	21.056.862
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	43.000.000	27.000.000	-	27.000.000	43.000.000	27.000.000	-	27.000.000
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	34.847.722	34.847.721	-	34.847.721	9.398.795	9.398.794	-	9.398.794
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	10.000	9.999	-	9.999	10.000	9.999	-	9.999
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	72.012.095	10.801.280	-	10.801.280	72.012.095	10.801.280	-	10.801.280
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	211.003.246	42.200.649	-	42.200.649	211.003.246	42.200.649	-	42.200.649
ACE Comercializadora Ltda.	2.320.644	2.320.643	-	2.320.643	2.320.644	2.320.643	-	2.320.643
AF Energia S.A.	40.000	39.997	-	39.997	40.000	39.997	-	39.997
Boa Vista Participações S.A.	1.000	800	-	800	1.000	800	-	800
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	29.093	100	-	100	29.093	29.083	-	29.083
Forquilha IV Energia S.A.	10.000	9.999	-	9.999	10.000	9.999	-	9.999
Verde 8 Energia S.A.	77.660.380	77.660.380	-	77.660.380	1.000	999	-	999
Agua Limpa S.A.	10.000	9.000	-	9.000	10.000	9.000	-	9.000
La Virgen S.A.C.	210.348.003	14.106.986	-	14.106.986	84.805.717	10.622.161	-	10.622.161
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	5.000	4.999	-	4.999	5.000	4.999	-	4.999
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	5.000	4.999	-	4.999	5.000	4.999	-	4.999
Transmissora Paraíso Energia S.A.	5.000	2.550	-	2.550	-	-	-	-
Transmissora Caminho do Café S.A.	5.000	2.550	-	2.550	-	-	-	-
Windepar Holding S.A.	164.832.956	164.832.956	-	164.832.956	164.832.956	164.832.956	-	164.832.956
Alupar Colômbia S.A.S.	29.399.477.030	29.399.477.030	-	29.399.477.030	29.399.477.030	29.399.477.030	-	29.399.477.030
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	1.000	510	-	510	-	-	-	-

As informações referentes ao total das ações ou quotas e dados financeiros resumidos das controladas estão demonstradas a seguir:

Notas Explicativas

Controladora								
Empresa	31/12/2017				31/12/2016			
	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura	Participação da Alupar		Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura	Participação da Alupar	
			no capital social	no patrimônio líquido			no capital social	no patrimônio líquido
Controladas								
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	70.331	-	100,00%	70.326	(7.150)	-	100,00%	(7.151)
Alupar Chile Inversiones SpA	(1.521)	-	100,00%	(1.523)	(1.521)	-	100,00%	(1.523)
Transminas Holding S.A.	111.727	-	70,02%	78.227	96.505	-	70,02%	67.570
Foz do Rio Claro Energia S.A.	194.018	-	69,83%	135.491	186.697	-	66,06%	123.338
Ijuí Energia S.A.	306.167	-	86,66%	265.319	292.825	-	86,66%	253.756
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	163.356	-	64,19%	104.857	137.413	-	64,19%	88.205
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	194.699	-	68,83%	134.012	169.933	-	68,83%	116.965
Ferreira Gomes Energia S.A	842.275	-	100,00%	842.277	823.619	-	100,00%	823.617
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	(773)	-	51,00%	(393)	(773)	-	51,00%	(393)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	737.591	-	50,02%	368.926	710.972	-	50,02%	355.611
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	427.368	-	51,00%	217.958	400.415	-	51,00%	204.212
Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A.	64.469	-	100,00%	64.470	64.324	-	100,00%	64.325
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	168.515	-	50,02%	84.283	164.748	-	50,02%	82.399
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	416.102	-	50,01%	208.097	366.846	-	50,01%	183.464
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	161.439	-	21,96%	35.451	160.182	-	21,96%	35.175
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	154.712	-	50,02%	77.391	171.153	-	50,02%	85.616
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	77.722	-	62,79%	48.802	72.318	-	62,79%	45.408
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	51.238	-	100,00%	51.238	20.201	-	100,00%	20.201
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	2.522	-	99,99%	2.522	967	-	99,99%	966
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	112.468	-	15,00%	16.870	112.424	-	15,00%	16.863
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	247.272	-	20,00%	49.454	246.031	-	20,00%	49.206
ACE Comercializadora Ltda.	(1.057)	-	100,00%	(1.056)	(1.031)	-	100,00%	(1.032)
AF Energia S.A.	(6.308)	-	99,99%	(6.311)	(1.320)	-	99,99%	(1.319)
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	17.805	-	0,34%	61	12.578	-	0,00%	-
Forquilha IV Energia S.A.	1	-	99,99%	-	(1)	-	99,99%	-
Verde 8 Energia S.A.	77.612	-	100,00%	77.612	(11)	-	99,90%	(11)
Agua Limpa S.A.	(29)	-	90,00%	(26)	(16)	-	90,00%	(14)
La Virgen S.A.C.	238.761	6.165	6,14%	20.818	113.515	6.165	12,53%	20.381
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	838	-	99,98%	839	11	-	99,98%	11
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	546	-	99,98%	546	11	-	99,98%	10
Transmissora Paraíso Energia S.A.	17.328	-	51,00%	8.837	-	-	0,00%	-
Transmissora Caminho do Café S.A.	11.985	-	51,00%	6.112	-	-	0,00%	-
Windepar Holding S.A.	150.760	-	100,00%	150.761	160.571	-	100,00%	160.572
Alupar Colômbia S.A.S.	20.347	-	100,00%	20.354	11.350		100,00%	11.350
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	31	-	51,00%	16	-		0,00%	-
Total				**3.132.618**				**2.797.778**

Notas Explicativas

Empresa	Controladora							
	Dados das controladas							
	31/12/2017							
	Ativo	Passivo	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Equivalência patrimonial	Resultado financeiro	IRPJ e CSLL correntes e diferidos	Lucro (prejuízo) do período
Controladas								
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	193.279	122.948	-	(670)	8.764	(16.128)	-	(8.034)
Alupar Chile Inversiones SpA	384	1.905	-	-	-	-	-	-
Transminas Holding S.A.	130.405	18.678		(128)	23.522	515	(101)	23.808
Foz do Rio Claro Energia S.A.	376.164	182.146	76.509	(50.465)	-	(13.228)	(3.215)	9.601
Ijuí Energia S.A.	447.461	141.294	57.075	(27.446)	-	(11.311)	(2.724)	15.594
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	267.741	104.385	68.471	(26.530)	-	(4.941)	(2.977)	34.023
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	307.507	112.808	67.438	(26.240)	-	(5.950)	(2.767)	32.481
Ferreira Gomes Energia S.A	1.628.226	785.951	192.982	(117.998)	-	(57.691)	(3.278)	14.015
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	99	872	-	-	-	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	1.362.210	624.619	242.991	(29.422)	62.735	(52.300)	(21.528)	202.476
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	755.526	328.158	143.924	(20.320)	-	(16.857)	(15.489)	91.258
Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A.	96.308	31.839	13.530	(2.715)	-	(1.017)	(1.898)	7.900
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	242.331	73.816	50.366	(9.593)	10.867	(4.851)	(5.184)	41.605
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	729.202	313.100	163.867	(14.356)	19.817	(21.480)	16.111	163.959
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	170.979	9.540	39.794	(3.999)	-	2.553	(2.237)	36.111
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	363.212	208.500	48.863	(7.428)	17.558	(10.408)	(10.616)	37.969
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	125.602	47.880	13.493	(2.382)	-	(2.485)	(1.860)	6.766
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	93.536	42.298	11.657	(702)	-	(2.826)	(1.293)	6.836
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	11.587	9.065	1.750	(458)	-	-	-	1.292
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	117.907	5.439	21.028	(2.357)	-	697	(948)	18.420
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	260.532	13.260	43.105	(9.338)	-	1.091	(1.852)	33.006
ACE Comercializadora Ltda.	43	1.100	-	(30)	-	4	-	(26)
AF Energia S.A.	1.637	7.945	7.906	(12.938)	-	44	-	(4.988)
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	175.438	157.633	21.036	790	-	(13.474)	(6.860)	1.492
Forquilha IV Energia S.A.	1	-	-	1	-	1	-	2
Verde 8 Energia S.A.	190.377	112.765	-	(36)	-	-	-	(36)
Agua Limpa S.A.	7.444	7.473	-	(13)	-	-	-	(13)
La Virgen S.A.C.	829.167	590.406	1.422	(1.461)	-	11.464	-	11.425
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	162.801	161.963	9.721	(8.896)	-	-	-	825
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	106.989	106.443	4.067	(3.522)	-	-	(11)	534
Transmissora Paraíso Energia S.A.	18.567	1.239	11.164	(10.389)		-	-	775
Transmissora Caminho do Café S.A.	12.304	319	6.341	(5.835)	-	-	-	506
Windepar Holding S.A.	297.147	146.387	-	(1.426)	(481)	(7.905)	-	(9.812)
Alupar Colômbia S.A.S.	43.410	23.047	-	(427)	1.044	(95)	-	522
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	1.991	1.960	1.803	(1.773)		-	-	30

Notas Explicativas

Empresa	Controladora							
	Dados das controladas							
	31/12/2016							
	Ativo	Passivo	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Equivalência patrimonial	Resultado financeiro	IRPJ e CSLL correntes e diferidos	Lucro (prejuízo) do período
Controladas								
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	142.509	149.658	-	(817)	12.954	(3.059)	-	9.078
Alupar Chile Inversiones SpA	34	1.555	-	(318)		(1)	-	(319)
Transminas Holding S.A.	115.226	18.721		(112)	22.972	178	(16)	23.022
Foz do Rio Claro Energia S.A.	371.961	185.264	59.962	(27.291)	-	(15.393)	(6.015)	11.263
Ijuí Energia S.A.	458.582	165.757	48.810	(25.617)	-	(14.300)	(2.096)	6.797
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	241.710	104.297	54.169	(17.284)	-	(5.885)	(2.654)	28.346
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	284.854	114.921	54.101	(17.070)	-	(7.091)	(2.424)	27.516
Ferreira Gomes Energia S.A	1.609.899	786.280	166.834	(111.032)	-	(70.821)	5.040	(9.979)
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	99	872	-	(1)	-	-	-	(1)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	466.402	739.160	304.039	(29.580)	62.575	(81.235)	(22.610)	233.189
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	768.191	367.776	159.141	(20.444)	-	(26.514)	(30.423)	81.760
Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A.	97.165	32.841	12.944	(2.631)	-	(1.516)	(1.694)	7.103
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	256.846	92.098	63.811	(9.606)	10.413	(10.050)	(5.441)	49.127
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	760.444	393.598	191.602	(14.840)	20.285	(37.414)	(16.967)	142.666
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	170.449	10.267	44.638	(6.445)	-	1.719	(2.273)	37.639
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	416.263	245.110	51.801	(6.049)	21.469	(18.207)	(6.686)	42.328
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	121.602	49.284	17.759	(5.606)	-	(2.622)	(2.272)	7.259
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	89.454	69.253	26.716	(16.425)	-	(920)	(3.653)	5.718
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	9.953	8.986	3.776	(2.725)	-	(1)	-	1.050
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	37.217	5.638	23.650	(3.199)	-	487	(983)	19.955
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	62.656	15.264	45.894	(12.136)	-	743	(2.109)	32.392
ACE Comercializadora Ltda.	71	1.102	8	(43)	-	8	-	(27)
AF Energia S.A.	2.315	3.635	9.895	(11.476)	-	60	-	(1.521)
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	-	-	-	-	-	-	-	-
Forquilha IV Energia S.A.	404	405	-	(5)	-	-	-	(5)
Verde 8 Energia S.A.	45.730	45.741	-	-	-	-	-	-
Agua Limpa S.A.	7.294	7.310	-	(14)	-	-	-	(14)
La Virgen S.A.C.	517.022	403.507	-	16.969	-	7.718	-	24.687
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	3.019	3.008	2.334	(2.326)	-	-	-	8
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	2.238	2.227	1.201	(1.193)	-	-	-	8
Windepar Holding S.A.	252.855	92.291	-	(201)	(17.711)	(278)	-	(18.190)
Alupar Colômbia S.A.S.	14.001	2.657	-	(281)	(1.482)	(924)	-	(2.687)

Windepar

A Windepar participa em cinco empresas eólicas de energia elétrica no Brasil, sendo elas:

Empresas	Localização / Conexão	Autorizativa ANEEL nº	Prazo da autorização		Início da operação	Capacidade instalada - MW	Energia assegurada - MW	Potência por máquina	Autorização ANEEL - ínicio operação comercial	
			Início	Fim					Autorização ANEEL	Operação comercial
Energia dos Ventos I S.A.	Aracati (CE)	431/2012	17/07/12	17/07/47	22/04/16	23.100 kW	11,8	2.100 kw	1.327/2016	22/04/16
Energia dos Ventos II S.A.	Aracati (CE)	428/2012	16/07/12	16/07/47	13/05/16	12.600 kW	5,8	1.800 kw	1.538/2016	13/05/16
Energia dos Ventos III S.A.	Aracati (CE)	433/2012	19/07/12	19/07/47	03/03/16	18.900 kW	9,6	2.100 kw	1.326/2016	03/03/16
Energia dos Ventos IV S.A.	Aracati (CE)	442/2012	24/07/12	24/07/47	02/03/16	27.300 kW	14,8	2.100 kw	690/2016	02/03/16
Energia dos Ventos X S.A.	Aracati (CE)	435/2012	19/07/12	19/07/47	02/03/16	16.800 kW	8,7	2.100 kw	1.051/2016	02/03/16
Total						**98.700 kw**				

As empresas controladas têm por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 - ANEEL. Vinculadas à autorização dada as Companhias Controladas como Produtora Independente de Energia Elétrica, foram pactuados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”) com diversas concessionárias de distribuição que participaram do Leilão nº 07/2011, que teve por objetivo a Contratação de Energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidrelétrica, eólica, e termelétrica a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (A-5/2011), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), promovido pela ANEEL. Os CCEARs possuem vigência durante o período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2035 e são ajustados anualmente pelo IPCA.

Notas Explicativas

Implantação da linha de transmissão: Em virtude do processo de caducidade da concessão outorgada à SPE BR Transmissora Cearense de Energia Ltda., responsável pela construção e implantação da Instalação de Transmissão de Interesse Restrito para Conexão Compartilhada de Centrais de Geração – ICG Subestação Aracati III, em 26 de julho de 2016 a ANEEL publicou o Despacho nº 1987 que estabelece I) a interrupção da implantação das instalações de interesse restrito em 138 kV das empresas controladas; II) aprova a alteração do ponto de conexão da empresas controladas para a Subestação Russas II, em 230 kV; III) determina que as empresas controladas, também conhecidas como, EOL Goiabeira, EOL Ubatuba, EOL Santa Catarina, EOL Pitombeira e EOL Ventos de Horizonte implantem em conjunto a linha de transmissão de interesse restrito em 230 kV para conexão das CGEs - Centrais de Geradoras Eólicas na Subestação Russas II, em até 24 meses, contados da publicação do referido Despacho. Por esta razão, as empresas controladas estão desobrigadas da entrega de energia prevista nos CCEARs até que a linha de transmissão seja finalizada.

Buscando compensar as empresas controladas, citadas acima, pelo investimento adicional necessário não previsto inicialmente, a ANEEL aprovou desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST em favor de todas as Centrais Geradoras no valor de R$ 2.968 (corrigido anualmente pelo IPCA com data de referência Abril/2016) até o prazo de 31 de dezembro de 2035.

Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. - ELTE

A ELTE é uma SPE composta pela concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica através das subestações Domênico Rangoni 345/138 kV e Manoel da Nóbrega 230/88kV, contemplando ainda 40 km de linha de transmissão. O empreendimento será conectado ao Sistema Interligado Nacional e irá reforçar as redes das distribuidoras, além de atender o aumento da demanda de energia elétrica da região da baixada santista, composta por nove municípios (Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente).
Tendo um contrato de concessão número 016/2014 pelo prazo de 30 anos com vigência até 2044. A coligada encontra-se em fase pré-operacional. Este projeto possui um deslocamento justificável no cronograma, no que tange o licenciamento ambiental. A Licença Prévia da subestação Manoel da Nóbrega 230/88 kV e sua respectiva linha de transmissão prevista para outubro de 2015, foi emitida em março de 2017. A emissão da Licença Prévia (“LP”) da subestação Domênico Rangoni 345/138 kV e suas respectivas linhas de transmissão estava prevista para outubro de 2015, porém, devido a manifestação desfavorável do Serviço Regional de Proteção ao Vôo de São Paulo (SRPV-SP), responsável pelo Plano de Zoneamento Aeroportuário da Base Aérea de Santos, a emissão da Licença Prévia permanece pendente.

Notas Explicativas

13.Participação dos acionistas não controladores

As tabelas a seguir resumem as informações relativas a cada uma das controladas do Grupo que tem participação de acionistas não controladores, antes de quaisquer eliminações intra-grupo.

a) A movimentação do saldo da participação de acionistas não controladores é conforme segue:

Empresa	Saldo da participação de acionistas não controladores					
	No patrimônio líquido das controladas em 31/12/2016	No aumento de capital / adições	Nos dividendos e juros sobre capital próprio declarados	No resultado do exercício	Variação na participação	No patrimônio líquido das controladas em 31/12/2017
Controladas diretas						
Transminas Holding S.A.	28.934	-	(2.574)	7.138	-	33.498
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	5.622	-	(919)	921	-	5.624
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	45.393	-	(5.858)	6.087	-	45.622
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	355.361	-	(87.897)	101.202	-	368.666
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	82.349	-	(18.915)	20.797	-	84.231
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	85.538	-	(27.192)	18.976	-	77.322
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	183.382	-	(57.338)	81.961	-	208.005
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	125.006	-	(27.199)	28.181	-	125.988
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	26.909	-	(507)	2.518	-	28.920
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	196.202	-	(31.508)	44.716	-	209.410
Foz do Rio Claro Energia S.A.	63.359	-	(687)	2.896	(7.040)	58.528
Ijuí Energia S.A.	39.069	-	(301)	2.081	-	40.849
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	49.208	-	(2.894)	12.185	-	58.499
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	52.968	-	(2.405)	10.124	-	60.687
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	(380)	-	-	-	-	(380)
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	-	-	-	1	4	5
La Virgen S.A.C. *	39.730	27.112	-	1.960	(27.849)	40.953
Agua Limpa S.A.	(2)	-	-	2	-	-
Transmissora Paraíso Energia S.A.	-	8.111	-	380	-	8.491
Transmissora Caminho do Café S.A.	-	5.624	-	248	-	5.872
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	-	-	-	15	-	15
	1.378.648	40.847	(266.194)	342.389	(34.885)	1.460.805
Controladas indiretas						
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	204.758	-	(3.487)	14.679	-	215.950
Companhia Transleste de Transmissão	47.963	-	(17.683)	12.850	-	43.130
Companhia Transudeste de Transmissão	50.408	-	(31.442)	9.731	-	28.697
Companhia Transirapé de Transmissão	57.680	-	(16.103)	11.266	-	52.843
	360.809	-	(68.715)	48.526	-	340.620
Investimentos indiretos (*)						
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	(14.473)	-	3.149	(3.263)	-	(14.587)
Companhia Transleste de Transmissão	(4.064)	-	1.498	(1.089)	-	(3.655)
Companhia Transudeste de Transmissão (**)	(4.270)	-	2.663	(824)	-	(2.431)
Companhia Transirapé de Transmissão	(4.889)	-	1.364	(952)	-	(4.477)
	(27.696)	-	8.674	(6.128)	-	(25.150)
Investimentos indiretos (**)						
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	(30.440)	-	6.622	(6.862)	-	(30.680)
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	(22.692)	-	3.049	(3.085)	-	(22.728)
	(53.132)	-	9.671	(9.947)	-	(53.408)
	1.658.629	40.847	(316.564)	374.840	(34.885)	1.722.867

Notas Explicativas

b) A participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas e dos investimentos indiretos é conforme segue:

Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas e dos investimentos indiretos	31/12/2017			31/12/2016		
	Percentual dos não controladores	Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	Valor contábil dos não controladores	Percentual dos não controladores	Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	Valor contábil dos não controladores
Controladas diretas						
Transminas Holding S.A.	29,98%	111.727	33.498	29,98%	96.505	28.934
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	5,00%	112.468	5.624	5,00%	112.424	5.622
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	18,45%	247.272	45.622	18,45%	246.031	45.393
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	737.591	368.666	49,98%	710.972	355.361
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	168.515	84.231	49,98%	164.748	82.349
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	154.712	77.322	49,98%	171.153	85.538
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	49,99%	416.102	208.005	49,99%	366.846	183.382
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	78,04%	161.439	125.988	78,04%	160.182	125.006
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	37,21%	77.722	28.920	37,21%	72.318	26.909
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	427.368	209.410	49,00%	400.415	196.202
Foz do Rio Claro Energia S.A.	30,17%	194.018	58.528	33,94%	186.697	63.359
Ijuí Energia S.A.	13,34%	306.167	40.849	13,34%	292.825	39.069
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	35,81%	163.356	58.499	35,81%	137.413	49.208
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	31,17%	194.699	60.687	31,17%	169.933	52.968
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	49,00%	(773)	(380)	49,00%	(773)	(380)
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	0,03%	17.805	5	0,00%	12.578	-
La Virgen S.A.C.	17,15%	238.761	40.953	35,00%	113.515	39.730
Agua Limpa S.A.	0,00%	(29)	-	10,00%	(16)	(2)
Transmissora Paraíso Energia S.A.	49,00%	17.328	8.491	0,00%	-	-
Transmissora Caminho do Café S.A.	49,00%	11.985	5.872	0,00%	-	-
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	49,00%	31	15	0,00%	-	-
		3.758.264	1.460.805		3.413.766	1.378.648
Controladas indiretas						
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	49,00%	440.715	215.950	49,00%	417.873	204.758
Companhia Transleste de Transmissão	59,00%	73.104	43.130	59,00%	81.293	47.963
Companhia Transudeste de Transmissão	59,00%	48.641	28.697	59,00%	85.438	50.408
Companhia Transirapé de Transmissão	59,00%	89.565	52.843	59,00%	97.763	57.680
		652.025	340.620		682.367	360.809
Investimentos indiretos (*)						
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	9,04%	161.439	(14.587)	9,04%	160.182	(14.473)
Companhia Transleste de Transmissão	5,00%	73.104	(3.655)	5,00%	81.293	(4.064)
Companhia Transudeste de Transmissão (**)	5,00%	48.641	(2.431)	5,00%	85.438	(4.270)
Companhia Transirapé de Transmissão	5,00%	89.565	(4.477)	5,00%	97.763	(4.889)
		372.749	(25.150)		424.676	(27.696)
Investimentos indiretos (**)						
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	19,00%	161.439	(30.680)	19,00%	160.182	(30.440)
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	9,22%	247.272	(22.728)	9,22%	246.031	(22.692)
		408.711	(53.408)		406.213	(53.132)
		5.191.749	1.722.867		4.927.022	1.658.629

Notas Explicativas

c) A participação dos acionistas não controladores no resultado das controladas e dos investimentos indiretos é conforme segue

Participação dos acionistas não controladores no resultado das controladas e dos investimentos indiretos	31/12/2017			31/12/2016			
	Percentual dos não controladores	Lucro (prejuízo) do exercício	Resultado alocado para os não controladores	Percentual dos não controladores	Lucro (prejuízo) do exercício	Ajustes na participação dos não controladores	Resultado alocado para os não controladores
Controladas diretas							
Transminas Holding S.A.	29,98%	23.808	7.139	29,98%	23.022	-	6.903
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	5,00%	18.420	921	5,00%	19.955	-	998
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	18,45%	33.006	6.088	18,45%	32.392	-	5.974
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	202.476	101.202	49,98%	233.189	-	116.554
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	41.605	20.796	49,98%	49.127	-	24.556
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	37.969	18.977	49,98%	42.328	-	21.154
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	49,99%	163.959	81.961	49,99%	142.666	-	71.316
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	78,04%	36.111	28.181	78,04%	37.639	-	29.373
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	37,21%	6.766	2.518	37,21%	7.259	-	2.701
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	91.258	44.717	49,00%	81.760	-	40.062
Foz do Rio Claro Energia S.A.	30,17%	9.601	2.897	33,94%	11.263	-	3.822
Ijuí Energia S.A.	13,34%	15.594	2.081	13,34%	6.797	-	905
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	35,81%	34.023	12.185	35,81%	28.346	-	10.151
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	31,17%	32.481	10.123	31,17%	27.516	-	8.576
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	49,00%	-	-	49,00%	(1)	-	(1)
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	0,03%	1.492	1	0,03%	-	-	(3)
La Virgen S.A.C. (*)	17,15%	11.425	1.960	35,00%	24.687	(7.335)	1.305
Agua Limpa S.A.	0,00%	(13)	2	10,00%	(14)	-	(3)
Transmissora Paraíso Energia S.A.	49,00%	775	380	0,00%	-	-	-
Transmissora Caminho do Café S.A.	49,00%	506	248	0,00%	-	-	-
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	49,00%	31	15	0,00%	-	-	-
		761.293	342.392		767.931	(7.335)	344.343
Controladas indiretas							
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	49,00%	29.957	14.679	49,00%	36.434	-	17.852
Companhia Transleste de Transmissão	59,00%	21.781	12.850	59,00%	21.302	-	12.552
Companhia Transudeste de Transmissão	59,00%	16.494	9.731	59,00%	15.761	-	9.299
Companhia Transirapé de Transmissão	59,00%	19.095	11.266	59,00%	18.994	-	11.207
		87.327	48.526		92.491	-	50.910
Investimentos indiretos (*)							
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	9,04%	36.111	(3.263)	9,04%	37.639	-	(3.401)
Companhia Transleste de Transmissão	5,00%	21.781	(1.089)	5,00%	21.302	-	(1.065)
Companhia Transudeste de Transmissão	5,00%	16.494	(824)	5,00%	15.761	-	(784)
Companhia Transirapé de Transmissão	5,00%	19.095	(952)	5,00%	18.994	-	(951)
		93.481	(6.128)		93.696	-	(6.201)
Investimentos indiretos (**)							
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	19,00%	36.111	(6.863)	19,00%	37.639	-	(7.152)
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	9,22%	33.006	(3.087)	9,22%	32.392	-	(2.987)
		69.117	(9.950)		70.031	-	(10.139)
		1.011.218	374.840		1.024.149	(7.335)	378.913

(*) Participação indireta dos minoritários, proveniente da controlada EATE.
(**) Participação indireta dos minoritários, proveniente da controlada ENTE.

14.Propriedades para investimentos

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	7.786	9.271
Baixa	-	(1.485)
Saldo final	**7.786**	**7.786**

Notas Explicativas

15.Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos a depreciação acumulada.

A composição e a movimentação do ativo imobilizado consolidado é a seguinte:

		Consolidado								
	Taxa média anual de depreciação	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Capitalização de encargos líquidos das receitas financeiras (b)	Ganho e perda na tradução de balanços	Arrendamento financeiro	Outros	31/12/2017
Em serviço										
Custo histórico										
Terrenos		63.975	930	-	1.479	-	-	-	-	66.384
Reservatórios, barragens e adutoras		1.395.145	7	-	7.453	-	-	-	-	1.402.605
Edificações, obras cívis e benfeitorias		416.630	12.049	-	3.485	-	-	-	-	432.164
Máquinas e equipamentos		1.668.158	2.169	-	6.579	-	18	-	8	1.676.932
Veículos		1.927	357	(187)	177	-	-	351	(79)	2.546
Móveis e utensílios		6.082	628	-	(71)	-	-	-	(43)	6.596
Total		**3.551.917**	**16.140**	**(187)**	**19.102**	**-**	**18**	**351**	**(114)**	**3.587.227**
Depreciação										
Reservatórios, barragens e adutoras	2,29%	(109.353)	(30.287)	-	-	-	-	-	207	(139.433)
Edificações, obras cívis e benfeitorias	2,40%	(30.572)	(9.489)	-	-	-	-	-	9	(40.052)
Máquinas e equipamentos	3,14%	(137.773)	(53.453)	-	-	-	-	-	(229)	(191.455)
Veículos	18,66%	(975)	(321)	187	-	-	-	-	(126)	(1.235)
Móveis e utensílios	10,59%	(2.103)	(695)	-	-	-	-	-	189	(2.609)
Total depreciação		**(280.776)**	**(94.245)**	**187**	**-**	**-**	**-**	**-**	**50**	**(374.784)**
Total em serviço		**3.271.141**	**(78.105)**	**-**	**19.102**	**-**	**18**	**351**	**(64)**	**3.212.443**
Em curso		539.182	258.373	(1.918)	(19.102)	17.462	(18)	-	19.088	813.067
Total imobilizado		**3.810.323**	**180.268**	**(1.918)**	**-**	**17.462**	**-**	**351**	**19.024**	**4.025.510**

		Consolidado							
	Taxa média anual de depreciação	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Capitalização de encargos líquidos das receitas financeiras (b)	Ganho e perda na tradução de balanços	Outros	31/12/2016
Em serviço									
Custo histórico									
Terrenos		58.899	108	-	5.350	-	(382)	-	63.975
Reservatórios, barragens e adutoras		1.401.894	120	(1)	145	-	-	(7.013)	1.395.145
Edificações, obras cívis e benfeitorias		331.119	33.590	-	60.963	-	(9.042)	-	416.630
Máquinas e equipamentos		1.141.692	40.289	(3)	486.204	-	(24)	-	1.668.158
Veículos		3.063	145	(1.215)	-	-	(66)	-	1.927
Móveis e utensílios		5.793	773	(114)	(150)	-	(220)	-	6.082
Total		**2.942.460**	**75.025**	**(1.333)**	**552.512**	**-**	**(9.734)**	**(7.013)**	**3.551.917**
Depreciação									
Reservatórios, barragens e adutoras	2,60%	(79.175)	(30.178)	-	-	-	-	-	(109.353)
Edificações, obras Cívis e benfeitorias	2,49%	(22.591)	(8.005)	-	-	-	24	-	(30.572)
Máquinas e equipamentos	4,15%	(92.635)	(45.024)	-	-	-	14	(128)	(137.773)
Veículos	12,74%	(1.543)	(267)	827	-	-	8	-	(975)
Móveis e utensílios	8,09%	(1.598)	(741)	56	-	-	51	129	(2.103)
Total depreciação		**(197.542)**	**(84.215)**	**883**	**-**	**-**	**97**	**1**	**(280.776)**
Total em serviço		**2.744.918**	**(9.190)**	**(450)**	**552.512**	**-**	**(9.637)**	**(7.012)**	**3.271.141**
Em curso		916.910	275.585	(1.118)	(552.512)	35.289	(22.982)	(111.990)	539.182
Total imobilizado		**3.661.828**	**266.395**	**(1.568)**	**-**	**35.289**	**(32.619)**	**(119.002)**	**3.810.323**

a) Imobilizado em curso

-La Virgen: é uma pequena central hidrelétrica que terá a capacidade instalada de 84,0 MW e está em fase de construção. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo pertencente a essa obra em curso perfaz o montante de R$ 520.870.

-Verde 8: é uma pequena central hidrelétrica que terá a capacidade instalada de 30,0 MW e está em fase de construção. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo pertencente a essa obra em curso perfaz o montante de R$ 168.897.

Notas Explicativas

b) Capitalização de Encargos

A Companhia capitaliza, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures adquiridos para aquisição de imobilizado em formação. Os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados em 31 de dezembro de 2017 foram de R$ 19.288 (R$ 35.963 em 31 de dezembro de 2016), aos quais foram parcialmente compensados pelas receitas geradas das aplicações financeiras que excederam o caixa, sendo em 31 de dezembro de 2017 o valor de R$ 1.826 (R$ 2.450 em 31 de dezembro de 2016). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2017 os encargos financeiros líquidos capitalizados foram de R$ 17.462 (R$ 38.413 em 31 de dezembro de 2016). A taxa de juros utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização representa a taxa efetiva dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, vide nota explicativa nº 23 e 24.

c) Análise de recuperação do imobilizado (impairment)

Em 31 de dezembro de 2017 não existem indicativos, por meio de fontes internas ou externas, de que algum ativo possa ter sofrido desvalorização que pudessem reduzir o valor de realização do seu ativo imobilizado.

d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhora.

16.Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível são as seguintes:

Controladora:

	Controladora				
	Taxa média anual de amortização	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Custo					
Outros intangíveis de concessão		755	6	-	761
Intangível gerado na aquisição de ações		8.157	-	-	8.157
		8.912	**6**	**-**	**8.918**
Amortização					
Outros intangíveis de concessão	20,00%	(548)	(43)	-	(591)
Intangível gerado na aquisição de ações	4,58%	(1.692)	(327)	-	(2.019)
		(2.240)	**(370)**	**-**	**(2.610)**
Projetos em desenvolvimento		72.452	7.546	(1.699)	78.299
Total intangível		**79.124**	**7.182**	**(1.699)**	**84.607**

	Controladora				
	Taxa média anual de amortização	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
Custo					
Outros intangíveis de concessão		616	139	-	755
Intangível gerado na aquisição de ações		8.157	-	-	8.157
		8.773	**139**	**-**	**8.912**
Amortização					
Outros intangíveis de concessão	20,00%	(511)	(37)	-	(548)
Intangível gerado na aquisição de ações	4,58%	(1.301)	(391)	-	(1.692)
		(1.812)	**(428)**	**-**	**(2.240)**
Projetos em desenvolvimento		77.660	4.283	(9.491)	72.452
Total intangível		**84.621**	**3.994**	**(9.491)**	**79.124**

Notas Explicativas

Consolidado:

	Consolidado							
	Taxa média anual de amortização	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e perda na tradução de balanços	Outros	31/12/2017
Custo								
Outros intangíveis de concessão		15.883	395	(5)	448	1.961	161	18.843
Uso do bem público		16.348	-	-	-	-	-	16.348
Intangível gerado na aquisição de ações		57.912	-	-	-	-	(787)	57.125
		90.143	**395**	**(5)**	**448**	**1.961**	**(626)**	**92.316**
Amortização								
Outros intangíveis de concessão	23,95%	(5.963)	(4.256)	-	-	-	22	(10.197)
Uso do bem público	3,18%	(2.796)	(521)	-	-	-	-	(3.317)
Intangível gerado na aquisição de ações	3,97%	(9.219)	(1.565)	-	-	-	-	(10.784)
		(17.978)	**(6.342)**	**-**	**-**	**-**	**22**	**(24.298)**
Projeto em desenvolvimento		73.586	9.021	(1.703)	(448)	-	(8)	80.448
Total intangível		**145.751**	**3.074**	**(1.708)**	**-**	**1.961**	**(612)**	**148.466**

	Consolidado							
	Taxa média anual de amortização	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e perda na tradução de balanços	Outros	31/12/2016
Custo								
Outros intangíveis de concessão		10.715	206	(4.924)	123	-	9.763	15.883
Uso do bem público		16.348	-	-	-	-	-	16.348
Intangível gerado na aquisição de ações		57.922	-	-	-	-	(10)	57.912
		84.985	**206**	**(4.924)**	**123**	**-**	**9.753**	**90.143**
Amortização								
Outros intangíveis de concessão	23,33%	(4.054)	(1.797)	-	-	17	(129)	(5.963)
Uso do bem público	3,60%	(2.273)	(523)	-	-	-	-	(2.796)
Intangível gerado na aquisição de ações	3,97%	(7.591)	(1.629)	-	-	-	1	(9.219)
		(13.918)	**(3.949)**	**-**	**-**	**17**	**(128)**	**(17.978)**
Projeto em desenvolvimento		78.327	4.873	(9.491)	(123)	-	-	73.586
Total intangível		**149.394**	**1.130**	**(14.415)**	**-**	**17**	**9.625**	**145.751**

Intangível gerado na aquisição de ações (ágio decorrente da concessão)

Os ágios têm como fundamento econômico a perspectiva de rentabilidade futura durante o prazo de exploração das concessões e estão sendo amortizados de forma linear durante o referido prazo. Os ágios registrados pela Companhia foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos:

Notas Explicativas

	Taxa média anual de amortização	Prazo da concessão/ Autorização		Controladora		Consolidado	
		Início	Fim	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Composição do intangível gerado na aquisição de ações							
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	4,58%	06/04/04	06/04/34	2.665	2.665	2.665	2.665
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	4,55%	06/04/04	06/04/34	5.245	5.245	5.245	5.245
La Virgen S.A.C.	N/A	N/A	N/A	-	-	6.164	6.164
Energia dos Ventos I S.A. (**)	3,33%	17/07/12	17/07/47	-	-	3.006	3.006
Energia dos Ventos II S.A. (**)	3,33%	16/07/12	16/07/47	-	-	1.847	1.847
Energia dos Ventos III S.A. (**)	3,33%	19/07/12	19/07/47	-	-	2.714	2.714
Energia dos Ventos IV S.A. (**)	3,33%	24/07/12	24/07/47	-	-	3.924	3.924
Energia dos Ventos X S.A. (**)	3,33%	19/07/12	19/07/47	-	-	2.420	2.420
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (*)	3,47%	27/04/06	27/04/36	-	-	8.942	8.942
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (*)	4,10%	18/02/04	18/02/34	-	-	9.766	9.766
Companhia Transleste de Transmissão (*)	4,92%	18/02/04	18/02/34	-	-	3.814	3.814
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	4,88%	04/03/05	04/03/35	-	-	2.767	2.767
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	4,67%	15/03/05	15/03/35	-	-	4.391	4.391
Outros	N/A	N/A	N/A	247	247	247	247
				8.157	8.157	57.912	57.912
Amortização do ágio decorrente da concessão							
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.				(670)	(559)	(670)	(559)
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.				(1.349)	(1.133)	(1.349)	(1.133)
Energia dos Ventos I S.A. (**)				-	-	(167)	-
Energia dos Ventos II S.A. (**)				-	-	(98)	-
Energia dos Ventos III S.A. (**)				-	-	(158)	-
Energia dos Ventos IV S.A. (**)				-	-	(229)	-
Energia dos Ventos X S.A. (**)				-	-	(141)	-
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (*)				-	-	(2.864)	(2.557)
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (*)				-	-	(3.704)	(3.302)
Companhia Transleste de Transmissão (*)				-	-	(781)	(594)
Companhia Transudeste de Transmissão (*)				-	-	(560)	(425)
Companhia Transirapé de Transmissão (*)				-	-	(850)	(649)
				(2.019)	(1.692)	(11.571)	(9.219)
Total líquido				**6.138**	**6.465**	**46.341**	**48.693**

(*) Ágio gerado na aquisição de ações das controladas STC, Lumitrans, Transleste, Transudeste e Transirapé por parte da controlada EATE.
(**) Ágio gerado na aquisição de ações das controladas EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X

a) Projeto em desenvolvimento

Para desenvolver um projeto de transmissão ou geração de energia, a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico – SPE´s.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais preparadas pela Administração.

b) Análise de recuperação do intangível (impairment)

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis, não tendo sido identificadas informações por meio de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

c) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis dados em garantias ou penhora.

Notas Explicativas

17.Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Encargos de uso do serviço de transmissão	-	-	4.281	2.458
Suprimento de energia elétrica	21.915	7.424	68.234	18.983
Materiais e serviços	1.882	2.703	66.287	143.848
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	13.537	5.293	-	-
Outros	-	-	2.797	1.213
Total	37.334	15.420	141.599	166.502

18.Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	43.090	23.768
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	28.116	20.793
Total	71.206	44.561

Notas Explicativas

19.Imposto de renda e contribuições sociais diferidos

a) A composição do imposto de renda e da contribuição social, diferidos registrados no ativo e passivo é como segue:

	Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
	IRPJ diferido	**CSLL diferido**	**IRPJ diferido**	**CSLL diferido**
Base de cálculo	1.593.190	3.219.077	1.386.483	3.030.526
Base de cálculo incentivada	1.665.427	-	1.679.551	-
Base de prejuízo fiscal	(39.539)	-	(35.507)	-
	3.219.078	3.219.077	3.030.527	3.030.526
Tributo alíquota lucro real	30.236	160.741	30.492	160.784
Tributo alíquota incentivada	249.779	-	286.978	-
Tributo alíquota presumido (*)	24.364	13.190	24.665	13.305
	304.379	173.931	342.135	174.089
Total IRPJ e CSLL diferidos		**478.310**		**516.224**
Passivo diferido - Art. 69 Lei 12.973		6.626		6.946
Total IRPJ e CSLL diferidos		**484.936**		**523.170**
Ativo diferido - Art. 69 Lei 12.973		(63.228)		(69.809)
IR/CS diferido líquido		**421.708**		**453.361**
IRPJ/CSLL diferido resultado		**19.616**		**(39.777)**

(*) As empresas optantes pelo lucro presumido são: Transleste, Transudeste, Transirapé, STC, Lumitrans, ESDE, ETSE e ERTE.

	Consolidado	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda diferido - ativo	9.885	11.250
Contribuição social diferida - ativo	3.558	4.049
	13.443	**15.299**
Imposto de renda diferido - passivo	(271.886)	(303.749)
Contribuição social diferida - passivo	(163.265)	(164.911)
	(435.151)	**(468.660)**

Notas Explicativas

Detalhamento da origem do IR/CS diferidos:

	Consolidado			
	Balanço patrimonial		Resultado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo fiscal e base negativa	13.443	15.299	(8.645)	3.234
Contrato de concessão (ICPC 01)	(430.366)	(463.875)	24.947	(46.325)
Diferimento de receita para órgãos públicos	(4.785)	(4.785)	3.314	3.314
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(421.708)**	**(453.361)**	**19.616**	**(39.777)**

As controladas que aplicam o ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão possuem imposto de renda e contribuição social diferidos passivos devido a substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil). Além disso as investidas de lucro real com impacto pela lei 12.973, são elas: EBTE, EATE, ETEP, ECTE, ENTE, ETES, ETEM, STN, ELTE e ETVG, efetuaram os ajustes decorrentes da adoção da Lei 12.973 e IN 1515 e projetou o cálculo do art. 69, conforme previsto na legislação.

As controladas EBTE, Foz do Rio Claro e Ferreira Gomes possuem ativo diferido referente a constituição do prejuízo fiscal e base negativa.

b) Créditos fiscais a compensar

Conforme preceitua o pronunciamento CPC 32, um ativo ou passivo fiscal diferido deve ser reconhecido sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, respectivamente. Uma diferença temporária é a diferença entre o valor contábil do ativo ou passivo na demonstração contábil e a sua base para fins de tributação. Esse pronunciamento também requer a contabilização de um ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que serão gerados lucros tributáveis futuros para possibilitar a compensação desse ativo fiscal diferido

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia (Alupar Investimento S.A), acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que gerariam potenciais créditos tributários, conforme abaixo. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia não apresentarão base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos.

Créditos fiscais não reconhecidos	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo fiscal	408.875	352.024
Base negativa de contribuição social	416.610	359.073

20.Provisões para gastos ambientais

As controladas realizam investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção de UHE's e linhas de transmissão, e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento das comunidades. As constituições dessas provisões ocorrem somente no momento da construção e implantação dos empreendimentos e são registradas em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado em curso. As realizações dessas provisões ocorrem de acordo com a implementação desses programas.

Notas Explicativas

A movimentação das provisões para gastos ambientais é como segue:

	Consolidado				
	Saldo incial 31/12/2016	Adições	Realização	Atualização monetária	Saldo final 31/12/2017
Controladas					
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	30	-	-	-	30
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	9.301	-	-	(50)	9.251
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	667	-	-	(3)	664
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	340	-	(307)	8	41
Foz do Rio Claro Energia S.A.	62	12	(5)	-	69
Ijuí Energia S.A.	1.307	-	(408)	-	899
Energia dos Ventos X S.A.	494	-	-	-	494
Ferreira Gomes Energia S.A	10.492	-	(5.978)	-	4.514
Total	**22.693**	**12**	**(6.698)**	**(45)**	**15.962**
Circulante	21.789				15.228
Não circulante	904				734
	22.693				15.962

21.Provisões de constituição dos ativos

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes a sua fase de implantação reconhecidas contabilmente, as quais ainda não houveram desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, onde sua contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso.

a) A composição das provisões de constituição dos ativos e movimentações por controlada é como segue:

Notas Explicativas

	Consolidado		
	Saldo incial 31/12/2016	Pagamentos	Saldo final 31/12/2017
Controladas			
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	11.722	(696)	11.026
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	6.252	(309)	5.943
Foz do Rio Claro Energia S.A.	494	(494)	-
Energia dos Ventos I S.A.	669	(392)	277
Energia dos Ventos II S.A.	492	(363)	129
Energia dos Ventos III S.A.	611	(439)	172
Energia dos Ventos IV S.A.	2.273	(1.910)	363
Energia dos Ventos X S.A.	589	(336)	253
Ferreira Gomes Energia S.A	27.984	(593)	27.391
	51.086	(5.532)	45.554
Circulante	42.979		38.877
Não circulante	8.107		6.677
	51.086		45.554

22.Taxas regulamentares e setoriais

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de Fiscalização ANEEL - TFSEE	2.247	2.387
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	7.209	7.652
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	382	472
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	47.432	40.565
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	1.003	1.002
Ministério de Minas e Energia - MME	503	498
Total circulante	58.776	52.576

Notas Explicativas

23.Empréstimos e financiamentos

a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Financiadores / credores	Empresas	Consolidado								
		Circulante					Não circulante			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2017	31/12/2016	Principal	Custos a amortizar	31/12/2017	31/12/2016
Moeda estrangeira	**Operacionais**									
Santander - Contrato nº 2885	Alupar Peru	-	-	-	-	-	-	-	-	53.541
Santander Panamá - Contrato nº 826302	Alupar Peru	-	-	-	-	-	-	-	-	17.744
Banco Itaú ME	Alupar Peru	1.452	19.870	-	21.322	-	79.492	-	79.492	-
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093	Risaralda	375	35.488	-	35.863	35.231	-	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 189050	Risaralda	100	8.872	-	8.972	8.805	-	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 189049	Risaralda	125	11.090	-	11.215	11.003	-	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 185655	Risaralda	125	11.090	-	11.215	11.007	-	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 191765	Risaralda	149	13.308	-	13.457	13.208	-	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 187344	Risaralda	174	15.526	-	15.700	15.409	-	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 187368	Risaralda	174	15.526	-	15.700	15.410	-	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 186652	Risaralda	249	22.180	-	22.429	22.031	-	-	-	-
Banco Itaú Pagare nº 20000000135	Risaralda	64	1.580	-	1.644		-	-	-	-
Banco Itaú Pagare nº 20000000225	Risaralda	62	1.608	-	1.670		-	-	-	-
BDMG - Contrato nº 127314	Transleste	-	-	-	-	799	-	-	-	-
		3.049	156.321	-	159.370	132.969	79.825	-	79.825	71.285
Moeda estrangeira	**Pré Operacionais**									
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement	La Virgen	1.608	165.596	-	167.204	187.188	-	-	-	-
Santander - Contrato COFIDE Bridge	La Virgen	523	99.352	-	99.875	112.313	-	-	-	-
Corporacion Andina de Fomento CAF	La Virgen	782	-	-	782	-	164.827	-	164.827	-
Deg Deustsche Investitions	La Virgen	469	-	-	469	-	98.896	-	98.896	-
Itau Coprbanca Colombia Prenda	Transmissora Colombiana	-	57		57	-	126	-	126	-
Itau Coprbanca Colombia Leasing	Transmissora Colombiana	-	126		126	-	207	-	207	-
		1.774	99.352	-	268.330	299.501	263.723	-	263.723	-
Subtotal		**-**	**255.673**	**-**	**427.700**	**432.470**	**343.548**	**-**	**343.548**	**71.285**
Moeda nacional	**Operacionais**									
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Alupar	5	1.513	(47)	1.471	3.536			-	1.466
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	306	11.280	-	11.586	11.503	72.382	-	72.382	82.768
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	11	2.889	-	2.900	2.906	2.648	-	2.648	5.538
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	52	1.618	-	1.670	1.658	13.484	-	13.484	14.941
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	8	1.583	-	1.591	1.593	5.936	-	5.936	7.518
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	101	3.344	-	3.445	3.421	24.527	-	24.527	27.573
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	3	109	-	112	110	798	-	798	898
BNDES - Contrato nº 09.2.0118.1	ETES	-	-	-	-	2.113	-	-	-	11.860
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	-	-	-	-	293	-	-	-	1.644
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	-	-	-	-	1.532	-	-	-	2.815
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	120	3.210	-	3.330	3.306	31.834	-	31.834	34.670
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	41	4.438	-	4.479	4.485	21.821	-	21.821	26.259
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	126	1.427	(6)	1.547	1.532	11.273	(33)	11.240	12.660
Banco Santander - Contrato nº 000270589715	ETVG	117	20.000	-	20.117	24.960	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	700	14.723	(240)	15.183	15.071	181.586	(2.948)	178.638	191.025
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	277	5.827	-	6.104	6.060	71.870	-	71.870	76.868
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	32	657	-	689	684	8.109	-	8.109	8.673
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	136	24.706	-	24.842	24.867	98.819	-	98.819	123.524
BNDES - Subcrédito E - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	1	35		36	-	433	-	433	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	516	15.463	-	15.979	15.864	127.571	-	127.571	141.507
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	501	13.169	-	13.670	13.575	115.226	-	115.226	127.023
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	236	9.445	-	9.681	9.610	59.821	-	59.821	68.527
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	33	1.283	-	1.316	1.305	8.124	-	8.124	9.306
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	-	-	-	-	3	-	-	-	-
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	-	-	-	-	1	-	-	-	-
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	-	-	-	-	1	-	-	-	-
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	-	-	-	-	1	-	-	-	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	231	9.592	-	9.823	9.750	58.349	-	58.349	67.215
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	52	2.101	-	2.153	2.137	12.779	-	12.779	14.720
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	-	24	-	24	43	-	-	-	26
BNDES	EDV I	185	2.089	(25)	2.249	2.099	54.339	-	54.339	55.825
BNDES	EDV II	105	1.179	(14)	1.270	1.185	30.673	-	30.673	31.512
BNDES	EDV III	160	1.802	(19)	1.943	1.811	46.885	-	46.885	48.167
BNDES	EDV IV	265	2.985	(23)	3.227	3.001	77.680	-	77.680	79.804
BNDES	EDVX	134	1.511	(18)	1.627	1.519	39.314	-	39.314	40.389
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	76	21.416	-	21.492	20.442	99.342	-	99.342	120.758
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	1	132	-	133	133	209	-	209	341
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	22	2.382	-	2.404	2.408	12.110	-	12.110	14.493
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	130	421	-	551	505	4.595	-	4.595	5.016
BDMG (FINAME) - Contrato nº 215.485	Transirapé	170	993	-	1.163	119	3.476	-	3.476	4.469
BNDES - Credíto automático Contrato 215.411	Transirapé	162	445	-	607	109	3.556	-	3.556	4.000
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	94	2.461	-	2.555	2.568	15.178	-	15.178	17.639
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	28	749	-	777	895	4.675	-	4.675	5.424
		5.137	**187.001**	**(392)**	**191.746**	**198.714**	**1.319.422**	**(2.981)**	**1.316.441**	**1.486.861**
Moeda nacional	**Pré Operacionais**									
Custo de captação BNDES	Verde 8	-	-	-	-	(240)	-	-	-	-
Nota promissória - Banco Fator S.A	Verde 8	-	-	-	-	31.495	-	-	-	-
		-	-	-	-	31.255	-	-	-	-
Subtotal		**5.137**	**187.001**	**(392)**	**191.746**	**229.969**	**1.319.422**	**(2.981)**	**1.316.441**	**1.486.861**
Total - Empréstimos e financiamentos		**9.960**	**442.674**	**(392)**	**619.446**	**662.439**	**1.662.970**	**(2.981)**	**1.659.989**	**1.558.146**

Notas Explicativas

b) As principais características dos empréstimos e financiamentos são conforme segue:

Financiadores / Credores	Empresas operacionais	Consolidado						
		Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização	
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos
Moeda nacional - R$								
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Alupar	dez/09	mai/18	72.841	-	8,00	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	dez/09	mai/25	141.652	TJLP	2,56	Mensal	Mensal
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	dez/09	nov/19	23.498	-	4,50	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	nov/12	abr/27	26.319	TJLP	2,08	Mensal	Mensal
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	nov/12	set/22	16.478	-	2,50	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	44.700	TJLP	2,44	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	2.100	TJLP	2,04	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 09.2.0118.1	ETES	mai/09	set/23	27.714	TJLP	2,37	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	dez/09	set/23	3.357	TJLP	2,38	Mensal	Mensal
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	dez/09	out/19	13.981	-	4,50	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/28	39.159	TJLP	2,02	Mensal	Mensal
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/23	39.254	-	3,50	Mensal	Mensal
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	dez/11	dez/26	17.835	-	10,00	Mensal	Trimestral
Banco Santander Contrato nº 000270589715	ETVG	jun/17	jun/18	20.000	CDI	3,29	Único no final	Único no final
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	198.420	TJLP	2,34	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	78.540	TJLP	2,34	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	9.500	TJLP	2,34	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	dez/22	181.850	-	2,5	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito E - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	2.300	TJLP	-	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	abr/08	mar/27	201.630	TJLP	2,44	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	abr/08	set/27	168.200	TJLP	3,17	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	mar/09	abr/25	111.185	TJLP	1,93	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	ago/10	abr/25	16.875	TJLP	2,22	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	mar/09	jan/25	114.647	TJLP	1,93	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	ago/10	jan/25	27.716	TJLP	2,22	Mensal	Mensal
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	jun/13	jul/18	192	-	3,00	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV I	mar/16	out/32	57.990	TJLP	2,18	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV II	mar/16	out/32	32.220	TJLP	2,18	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV III	mar/16	out/32	49.007	TJLP	2,18	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV IV	mar/16	out/32	81.041	TJLP	2,18	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV X	mar/16	out/32	41.042	TJLP	2,18	Mensal	Mensal
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	jun/04	jun/24	299.995	-	10,00	Mensal	Mensal
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	jun/10	jul/20	1.187	-	4,50	Mensal	Mensal
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	dez/13	jan/24	19.761	-	3,50	Mensal	Mensal
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	out/14	out/29	5.893	TJLP	3,50	Mensal	Mensal
BDMG - Contrato nº 215.411/16	Transirapé	abr/16	abr/26	4.000	TJLP	6,00	Mensal	Mensal
BDMG - Contrato nº 215.485/16	Transirapé	abr/16	abr/21	4.469	TJLP	4,50	Mensal	Mensal
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	mar/05	mar/25	47.029	-	9,50	Mensal	Mensal
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	mar/05	mar/25	15.000	-	9,50	Mensal	Mensal
Moeda estrangeira - Peso colombiano								
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093	Risaralda	nov/14	mar/18	COP 32.000.000.000	IBR	3,90	Único no final	Único no final
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 189050	Risaralda	mar/16	mar/18	COP 8.000.000.000	IBR	3,90	Único no final	Único no final
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 189049	Risaralda	ago/15	mar/18	COP 10.000.000.000	IBR	3,90	Único no final	Único no final
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 185655	Risaralda	abr/16	mar/18	COP 10.000.000.000	IBR	3,90	Único no final	Único no final
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 191765	Risaralda	nov/14	mar/18	COP 12.000.000.000	IBR	3,90	Único no final	Único no final
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 187344	Risaralda	dez/15	mar/18	COP 14.000.000.000	IBR	3,90	Único no final	Único no final
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 187368	Risaralda	fev/16	mar/18	COP 14.000.000.000	IBR	3,90	Único no final	Único no final
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 186652	Risaralda	nov/14	mar/18	COP 20.000.000.000	IBR	3,90	Único no final	Único no final
Banco Itaú Pagare nº 20000000135	Risaralda	jul/17	fev/18	COP 1.425.000.000	-	10,23	Único no final	Único no final
Banco Itaú Pagare nº 20000000225	Risaralda	ago/17	fev/18	COP 1.450.000.000	-	10,23	Único no final	Único no final
Moeda estrangeira - Dólar								
Banco Itaú ME	Alupar Peru	set/17	set/20	USD 30.000.000	Libor (**)	5,85	Semestral	Semestral

(*) primeira tranche liberada 29-mar-2016 no montande de R$ 151.450
(**) Taxa libor é uma taxa de juros de referência utilizada por um grande número de bancos que operam no mercado londrino. A taxa Libor do contrato é a de 6 meses.

Financiadores / Credores	Empresas pré-operacionais	Consolidado						
		Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização	
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos
Moeda estrangeira - Peso colombiano								
Itau Corpbanca Colombia Prenda	Transmissora Colombiana	jul/17	jul/20	COP 175.651	IBR(***)	4,44%	Mensal	Mensal
Itau Corpbanca Colombia Leasing	Transmissora Colombiana	jul/17	jul/20	COP 290.001	-	10,32	Mensal	Mensal
Moeda estrangeira - Dólar								
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement	La Virgen	mar/17	jan/18	USD 50.000.000	Libor (*)	5,19	Único no final	Único no final
Santander - Contrato COFIDE Bridge	La Virgen	mar/17	jan/18	USD 30.000.000	-	4,50	Único no final	Trimestral
Corporacion Andina de Fomento CAF	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 40.000.000	Libor (**)	até 5 anos 3,90, após 5,70	Semestral	Semestral
Corporacion Andina de Fomento CAF	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 10.000.000	-	até 5 anos 5,00, após 10,26	Semestral	Semestral
Deg Deutstche Investitions	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 30.000.000	Libor (**)	até 5 anos 3,70, após 4,50	Semestral	Semestral

(*) Taxa libor é uma taxa de juros de referência utilizada por um grande número de bancos que operam no mercado londrino. A taxa Libor do contrato é a de 3 meses.
(**) Taxa libor é uma taxa de juros de referência utilizada por um grande número de bancos que operam no mercado londrino. A taxa Libor do contrato é a de 6 meses.
(***) Indicador Bancario de Referencia - IBR. A taxa IBR do contrato é mensal

Todos os empréstimos captados pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES possuem como garantia o penhor de suas ações detidas pela Companhia.

Notas Explicativas

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Administração da Companhia, suas controladas e investidas mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa. Em 31 de dezembro de 2017, estes índices, cuja apuração é exigida anualmente, estavam sendo cumpridos, em linha com as disposições nos contratos de dívida de suas controladas e investidas.

As cláusulas restritivas quantitativas da Companhia e de suas controladas estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”), e que são calculados anualmente. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado do empréstimo e financiamento.

Em 31 de dezembro de 2017, todas as cláusulas restritivas da controladora e das controladas foram atendidas.

Em 31 de dezembro de 2017 alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuíam garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R$ 113.985 (R$ 89.984 em 31 de dezembro de 2016) evidenciado na nota explicativa 7.

c) A movimentação dos empréstimos e financiamentos é conforme segue:

Notas Explicativas

Financiadores / Credores	Empresa	Saldo incial 31/12/2016	Ingresso de dívidas (Custo a amortizar)	Provisão de encargos	Variação monetária e cambial	Ganho e perda na tradução	Amortização do principal	Amortização do encargos	Saldo final 31/12/2017
Moeda estrangeira									
Banco Santander ME	Alupar Peru	71.285	-	10.483	-	(10.222)	(65.170)	(6.376)	-
Banco Itaú ME	Alupar Peru	-	99.611	5.645	-	(4.442)	-	-	100.814
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement	La Virgen	187.188	-	11.251	5.993	(27.585)	-	(9.643)	167.204
Santander - Contrato COFIDE Bridge	La Virgen	112.313	-	3.795	3.535	(16.496)	-	(3.272)	99.875
Corporacion Andina de Fomento CAF	La Virgen	-	167.191	-	1.583	(3.165)	-	-	165.609
Deg Deustsche Investitions	La Virgen	-	100.314	-	949	(1.898)	-	-	99.365
Banco de Bogota	Risaralda	66	-	-	-	-	-	(66)	-
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093	Risaralda	35.231	-	875	-	674	-	(917)	35.863
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 189050	Risaralda	8.805	-	1.098	-	215	-	(1.146)	8.972
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 189049	Risaralda	11.003	-	1.093	-	265	-	(1.146)	11.215
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 185655	Risaralda	11.007	-	1.312	-	271	-	(1.375)	11.215
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 191765	Risaralda	13.208	-	1.531	-	323	-	(1.605)	13.457
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 187344	Risaralda	15.409	-	1.531	-	365	-	(1.605)	15.700
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 187368	Risaralda	15.410	-	2.187	-	395	-	(2.292)	15.700
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 186652	Risaralda	22.031	-	3.253	-	594	-	(3.449)	22.429
Banco Itaú Pagare nº 20000000135	Risaralda	-	1.580	145	-	4	-	(85)	1.644
Banco Itaú Pagare nº 20000000170	Risaralda	-	3.327	167	-	4	(3.327)	(171)	-
Banco Itaú Pagare nº 20000000225	Risaralda	-	1.608	61	-	1	-	-	1.670
BDMG - Contrato nº 127314	Transleste	799	-	5	(32)	-	(746)	(26)	-
Itau Coprbanca Colombia Prenda	Transmissora Colombiana	-	222	8	-	(11)	(27)	(9)	183
Itau Coprbanca Colombia Leasing	Transmissora Colombiana	-	365	14	-	12	(44)	(14)	333
		503.755	374.218	44.454	12.028	(60.696)	(69.314)	(33.197)	771.248
Moeda nacional									
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Alupar	5.002	-	369	-	-	(3.628)	(272)	1.471
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	94.271	-	8.387	-	-	(11.224)	(7.466)	83.968
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	8.444	-	311	-	-	(2.889)	(318)	5.548
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	16.599	-	1.422	-	-	(1.610)	(1.257)	15.154
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	9.111	-	209	-	-	(1.583)	(210)	7.527
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	30.994	-	2.424	317	-	(3.328)	(2.435)	27.972
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	1.008	-	75	10	-	(108)	(75)	910
BNDES - Contrato nº 09.2.0118.1	ETES	13.973	-	1.044	135	-	(14.085)	(1.067)	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	1.937	-	140	19	-	(1.948)	(148)	-
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	4.347	-	227	-	-	(4.409)	(165)	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	37.976	-	3.255	-	-	(3.194)	(2.873)	35.164
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	30.744	-	995	-	-	(4.438)	(1.001)	26.300
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	14.192	-	1.310	-	-	(2.056)	(659)	12.787
Banco Santander - Contrato nº 000270589715	ETVG	24.960	-	2.078	-	-	(3.201)	(3.720)	20.117
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	206.096	-	16.763	2.181	-	(14.651)	(16.568)	193.821
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	82.928	-	6.539	863	-	(5.799)	(6.557)	77.974
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	9.357	-	738	98	-	(654)	(741)	8.798
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	148.391	-	3.405	-	-	(24.704)	(3.431)	123.661
BTG Pactual - Nota promissória - 1º Emissão	Ferreira Gomes	-	471	2	-	-	(3)	(1)	469
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	157.371	-	12.371	1.616	-	(15.387)	(12.421)	143.550
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	140.598	-	11.996	1.447	-	(13.104)	(12.041)	128.896
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	78.137	-	5.716	792	-	(9.398)	(5.745)	69.502
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	10.611	-	804	109	-	(1.276)	(808)	9.440
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	3	-	-	-	-	(3)	-	-
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	1	-	-	-	-	(1)	-	-
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	1	-	-	-	-	(1)	-	-
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	1	-	-	-	-	(1)	-	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	76.965	-	5.620	781	-	(9.545)	(5.649)	68.172
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	16.857	-	1.274	172	-	(2.090)	(1.281)	14.932
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	69	-	-	-	-	(43)	(2)	24
Custo de empréstimo BNDES	Verde 8	(240)	-	-	-	-	-	240	-
Nota Promissória BTG Pactual	Verde 8	31.495	-	2.878	-	-	(30.000)	(4.373)	-
BNDES	EDV I	57.924	(25)	4.508	614	-	(1.921)	(4.512)	56.588
BNDES	EDV II	32.697	(14)	2.545	346	-	(1.084)	(2.547)	31.943
BNDES	EDV III	49.978	(19)	3.890	530	-	(1.658)	(3.893)	48.828
BNDES	EDV IV	82.805	(23)	6.444	877	-	(2.746)	(6.450)	80.907
BNDES	EDV X	41.908	(18)	3.261	444	-	(1.390)	(3.264)	40.941
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	141.200	-	10.186	-	-	(20.352)	(10.200)	120.834
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	474	-	17	-	-	(132)	(17)	342
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	16.901	-	547	-	-	(2.382)	(552)	14.514
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	5.521	-	548	-	-	(420)	(503)	5.146
BDMG (FINAME) - Contrato nº 215.485	Transirapé	4.588	-	512	-	-	-	(461)	4.639
BNDES - Credíto automático Contrato 215.411	Transirapé	4.109	-	515	-	-	-	(461)	4.163
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	20.207	-	1.476	-	-	(2.461)	(1.489)	17.733
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	6.319	-	453	-	-	(862)	(458)	5.452
		1.716.830	372	125.254	11.351	-	(219.769)	(125.851)	1.508.187
		2.220.585	374.590	169.708	23.379	(60.696)	(289.083)	(159.048)	2.279.435
Circulante		662.439							619.446
Não circulante		1.558.146							1.659.989
Total		**2.220.585**							**2.279.435**

Notas Explicativas

As principais liquidações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram as seguintes:

Financiadores/Credores	Empresa	Tipo de moeda	Data da contratação	Valor contratado	Taxa de juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Data da liquidação
Bancolombia - Contrato nº 175893 (*)	Risaralda	Estrangeira	26/mar/15	COP 98.000.000	DTF (T.A.) (*) + 8,69% a.a	Mensal	Mensal	26/mar/17
BDMG - Contrato nº 127314 (**)	Transleste	Estrangeira	01/jul/05	11.644	5,00%	Semestral	Semestral	31/jan/17
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	Nacional	10/mai/12	104	10,00%	Mensal	Mensal	15/fev/17
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	Nacional	10/mai/12	30	TJLP + 5,7%	Mensal	Mensal	15/fev/17
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	Nacional	10/mai/12	15	10,00%	Mensal	Mensal	15/fev/17
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	Nacional	10/mai/12	4	TJLP + 5,7%	Mensal	Mensal	15/fev/17
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement (**)	La Virgen	Estrangeira	15/mar/17	USD 50.000.000	Libor + 5,19	Único no final	Único no final	31/dez/17
Santander - Contrato COFIDE Bridge (**)	La Virgen	Estrangeira	28/mar/17	USD 30.000.000	Libor + 3	Único no final	Trimestral	31/dez/17
Banco de Bogota	Risaralda	Estrangeira	28/mar/17	COP 61.647	10,87	Único no final	Mensal	15/ago/17
Nota Promissória - BTG Pactual	Verde 8	Nacional	30/jun/16	30.000	DI + Spread 2,11% a.a	No vencimento	No vencimento	04/ago/17
BNDES - Contrato nº 09.2.0118.1	ETES	Nacional	04/mai/09	27.714	TJLP + 2,37% a.a	Mensal	Mensal	14/dez/17
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	Nacional	29/dez/09	3.357	TJLP + 2,38% a.a	Mensal	Mensal	14/dez/17
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	Nacional	29/dez/09	13.981	4,5% a.a	Mensal	Mensal	14/dez/17
Banco Itaú Pagare nº 20000000170	Risaralda	Estrangeira	08/ago/17	COP 3.000.000.000	10.55% E.A	Mensal	Mensal	08/nov/17

(*) montante contratado em pesos colombianos
(**) montante contratado em dólares

Os valores apresentados acima referem-se ao valor contatado inicial e não ao valor efetivamente liquidado no exercício.

(i) O crédito liberado por parte do BNDES para as controladas abaixo até 31 de dezembro 2017 ocorreu da seguinte forma:

Empresa	Montante contratado	Liberações					Saldo a liberar em 31/12/2017
		29/03/2016	23/05/2016	15/07/2016	15/08/2016	Total	
EDV I	57.990	38.900	-	16.785	-	55.685	2.305
EDV II	32.220	-	28.000	1.096	2.592	31.688	532
EDV III	49.007	30.000	-	17.132	1.023	48.155	852
EDV IV	81.041	55.550	-	24.056	-	79.606	1.435
EDV X	41.042	27.000	-	13.320	-	40.320	722
Total	261.300	151.450	28.000	72.389	3.615	255.454	5.846

d) A amortização dos empréstimos e financiamentos por moeda e indexador, é como segue:

Parcelas vencíveis por moeda e indexador	31/12/2017							
	Consolidado							
	R$							
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
Moeda estrangeira								
Dólar norte-americano	289.652	23.508	71.723	15.724	16.805	20.875	194.580	632.867
Pesos colombianos	138.381	-	-	-	-	-	-	138.381
	428.033	23.508	71.723	15.724	16.805	20.875	194.580	771.248
Moeda nacional								
CDI	20.118	-	-	-	-	-	-	20.118
TJLP	101.415	108.774	104.173	104.284	105.017	106.227	521.122	1.151.012
Taxa fixa	53.528	70.268	57.465	51.881	46.717	44.364	16.207	340.430
(-) Custos a amortizar	(339)	(281)	(228)	(228)	(228)	(228)	(1.841)	(3.373)
	174.722	178.761	161.410	155.937	151.506	150.363	535.488	1.508.187
	602.755	202.269	233.133	171.661	168.311	171.238	730.068	2.279.435

Notas Explicativas

24.Debêntures

a) O saldo das debêntures é composto da seguinte forma:

Financiadores / Credores	Empresas	Controladora/ Consolidado									
		Circulante					Não Circulante				
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2017	31/12/2016	Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2017	31/12/2016
4ª Emissão	Alupar	1.863	50.010	-	51.873	108.994	-	-	-	-	50.010
5ª Emissão	Alupar	2.279	21.172	(13)	23.438	23.159	-	359.929	(109)	359.820	370.634
6ª Emissão	Alupar	4.190	-	(1.230)	2.960	2.925	-	290.694	(2.871)	287.823	278.545
		8.332	71.182	(1.243)	78.271	135.078	-	650.623	(2.980)	647.643	699.189
	Operacionais										
1º emissão	Windepar	5.479	695	(524)	5.650	-	-	68.839	(5.231)	63.608	66.816
3ª Emissão	EATE	258	83.052	(47)	83.263	61.626	-	20.844	(3)	20.841	(4)
4ª Emissão	EATE	1.125	37.412	(33)	38.504	83.850	-	65.470	(22)	65.448	103.837
5ª Emissão - Série I	EATE	606	-	(86)	520	40.373	-	126.000	(59)	125.941	102.821
5ª Emissão - Série II	EATE	267	-	(23)	244	1.205	-	54.000	(62)	53.938	125.849
6ª Emissão	EATE	1.402	12.727	(178)	13.951	547	-	57.272	(300)	56.972	53.913
2ª Emissão	ECTE					40.910	-			-	-
3ª Emissão	ECTE	847	27.006	(179)	27.674	1.230	-	37.996	(65)	37.931	64.735
4ª Emissão	ECTE	64	-	(144)	(80)	-	-	75.000	(374)	74.626	-
1ª Emissão	ENTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª Emissão	ENTE	1.754	58.353	(50)	60.057	62.971		102.116	(34)	102.082	160.373
3ª Emissão - Série I	ENTE	135	-	(54)	81	226		28.000	(37)	27.963	27.904
3ª Emissão - Série II	ENTE	59	-	(15)	44	111		12.000	(40)	11.960	11.945
2ª Emissão	ETEP	488	16.235	(25)	16.698	17.498	-	28.411	(17)	28.394	44.598
3ª Emissão	Ferreira Gomes	721	2.894	(1.319)	2.296	2.006	-	286.552	(11.873)	274.679	261.862
1ª Emissão	STN	714	23.765	(116)	24.363	25.619	-	41.588	(68)	41.520	65.168
1ª Emissão	Transirapé	-	-	-	-	16.194	-	-	-	-	-
2ª Emissão	Transirapé	26	-	(50)	(24)	-	-	30.000	(187)	29.813	-
1ª Emissão	Transleste	390	12.941	(56)	13.275	13.934	-	22.819	(89)	22.730	35.615
2ª Emissão	Transleste	26	-	(51)	(25)	-	-	30.000	(193)	29.807	-
2ª Emissão	Transudeste	43	4.084	(75)	4.052	19.067	-	45.918	(270)	45.648	-
		14.404	279.164	(3.025)	290.543	387.367	-	1.132.825	(18.924)	1.113.901	1.125.432
	Pré-operacionais										
1ª Emissão	Verde 8	3.381	100.000	(258)	103.123		-	-	-	-	-
1ª Emissão	ETAP	-	-	-	-		170	150.000	-	150.170	-
1ª Emissão	ETC	-	-	-	-		85	100.000	-	100.085	-
		3.381	100.000	(258)	103.123	-	255	250.000	-	250.255	-
Total - Debêntures		**26.117**	**450.346**	**(4.526)**	**471.937**	**522.445**	**255**	**2.033.448**	**(21.904)**	**2.011.799**	**1.824.621**

b) As principais características das debêntures são conforme segue:

Notas Explicativas

Financiadores / Credores	Empresas operacionais	Consolidado						
		Condições contratadas das debêntures						
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.		Periodicidade da amortização	
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos
4ª Emissão	Alupar	fev/12	fev/18	150.000	CDI	1,45	Semestral	Semestral
5ª Emissão	Alupar	mai/12	mai/27	300.000	IPCA	7,80	Anual	Semestral
6ª Emissão	Alupar	abr/15	abr/21	250.000	IPCA	7,33	Anual	Semestral
1ª Emissão	Windepar	dez/16	dez/28	67.500	IPCA	7,63	Semestral	Semestral
3ª Emissão	EATE	mar/14	mar/19	270.000	CDI	1,15	Trimestral	Trimestral
4ª Emissão	EATE	ago/14	ago/20	159.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral
5ª Emissão - Série I	EATE	set/16	set/19	126.000	CDI	113,00	Mensal	Mensal
5ª Emissão - Série II	EATE	set/16	set/21	54.000	CDI	116,00	Mensal	Mensal
6ª Emissão	EATE	set/17	set/22	70.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal
3ª Emissão	ECTE	mai/15	fev/20	70.000	CDI	2,15	Trimestral	Trimestral
4ª Emissão	ECTE	set/17	set/22	75.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal
2ª Emissão	ENTE	ago/14	ago/20	248.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral
3ª Emissão - Série I	ENTE	set/16	set/19	28.000	CDI	113,00	Mensal	Mensal
3ª Emissão - Série II	ENTE	set/16	set/21	12.000	CDI	116,00	Mensal	Mensal
2ª Emissão	ETEP	ago/14	ago/20	69.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral
3ª Emissão	Ferreira Gomes	jun/14	dez/27	210.900	IPCA	6,47	Semestral	Semestral
1ª Emissão	STN	ago/14	ago/20	101.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral
2ª Emissão	Transirapé	set/17	set/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal
1ª Emissão	Transleste	ago/14	ago/20	55.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral
2ª Emissão	Transleste	set/17	jun/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal
2ª Emissão	Transudeste	set/17	set/22	50.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal

Financiadores / Credores	Empresas pré operacionais	Consolidado						
		Condições contratadas das debêntures						
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.		Periodicidade da amortização	
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos
1ª Emissão	Verde 8	jul/17	ago/18	100.000	CDI	107	Único no final	Único no final
1ª Emissão	ETAP	dez/17	jun/19	150.000		7,38	Anual	Anual
1ª Emissão	ETC	dez/17	jun/19	100.000		7,38	Anual	Anual

A Administração da Companhia, suas controladas e investidas mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. As cláusulas restritivas quantitativas da Companhia e de suas controladas estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), e Índice de Capital Próprio ("ICP") que são calculados anualmente, com exceção do contrato de debentures da controlada Ferreira Gomes S.A., o qual é exigido trimestralmente. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado das debentures. Em 31 de dezembro de 2017, todas as cláusulas restritivas foram atendidas, e estes índices, estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia de acordo com as metodologias explícitas em seus contratos de suas controladas e investidas.

As debêntures da Companhia e de suas controladas não são conversíveis.

c) A movimentação das debêntures é conforme segue:

As principais movimentações liquidações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram as seguintes:

Notas Explicativas

Financiadores / Credores	Empresa	Controladora/ Consolidado						
		Saldo incial	Ingresso de dívidas (Custo a amortizar)	Provisão de encargos	Variação monetária	Amortização do principal	Amortização dos encargos	Saldo final
		31/12/2016						31/12/2017
4ª Emissão	Alupar	159.004	-	10.276	-	(99.989)	(17.418)	51.873
5ª Emissão	Alupar	393.793	-	28.454	11.502	(35.550)	(14.941)	383.258
6ª Emissão	Alupar	281.470	-	20.366	9.447	-	(20.500)	290.783
		834.267	-	59.096	20.949	(135.539)	(52.859)	725.914
2ª Emissão	EATE	61.622	-	4.027	-	(60.000)	(5.649)	-
3ª Emissão	EATE	187.687	-	17.047	-	(83.052)	(17.578)	104.104
4ª Emissão	EATE	143.194	-	13.058	-	(37.412)	(14.888)	103.952
5ª Emissão - Série I	EATE	127.054	-	13.678	-	-	(14.271)	126.461
5ª Emissão - Série II	EATE	54.460	-	6.002	-	-	(6.280)	54.182
6ª Emissão	EATE	-	69.477	1.446	-	-	-	70.923
2ª Emissão	ECTE	40.910	-	2.785	-	(40.000)	(3.695)	-
3ª Emissão	ECTE	65.965	-	7.936	-	-	(8.296)	65.605
4ª Emissão	ECTE	-	74.448	1.525	-	-	(1.427)	74.546
1ª Emissão	Windepar	66.816	(5.272)	7.714	-	-	-	69.258
1ª Emissão	ENTE	-	-	-	-	-	-	-
2ª Emissão	ENTE	223.344	-	20.367	-	(58.353)	(23.219)	162.139
3ª Emissão - Série I	ENTE	28.130	-	3.086	-	-	(3.172)	28.044
3ª Emissão - Série II	ENTE	12.056	-	1.343	-	-	(1.395)	12.004
2ª Emissão	ETEP	62.096	-	5.691	-	(16.235)	(6.460)	45.092
3ª Emissão	Ferreira Gomes	263.868	-	20.461	8.257	(1.161)	(14.450)	276.975
1ª Emissão	STN	90.787	-	8.200	-	(23.648)	(9.456)	65.883
1ª Emissão	Transirapé	16.194	-	1.194	-	(15.938)	(1.450)	-
2ª Emissão	Transirapé		29.738	592	-	-	(541)	29.789
1ª Emissão	Transleste	49.549	-	4.546	-	(12.941)	(5.149)	36.005
2ª Emissão	Transleste		29.743	580	-	-	(541)	29.782
2ª Emissão	Transudeste	19.067	49.622	2.382	-	(18.762)	(2.609)	49.700
1ª Emissão	Verde 8	-	100.000	3.381	-	-	(258)	103.123
1ª Emissão	ETAP	-	150.000	170	-	-	-	150.170
1ª Emissão	ETC	-	100.000	85	-	-	-	100.085
		2.347.066	597.756	206.392	29.206	(503.041)	(193.643)	2.483.736
Circulante		522.445						471.937
Não circulante		1.824.621						2.011.799
		2.347.066						**2.483.736**

Financiadores/credores	Empresa	Data da contratação	Valor contratado	Taxa de juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Data da liquidação
1ª Emissão	Verde 8	jul/17	100.000	107,00% + CDI	Único no final	Único no final	ago/18
2ª Emissão	Transirapé	set/17	30.000	107,75% + CDI	Mensal	Mensal	set/22
2ª Emissão	Transleste	set/17	30.000	107,75% + CDI	Mensal	Mensal	jun/22
2ª Emissão	Transudeste	set/17	50.000	107,75% + CDI	Mensal	Mensal	set/22
6ª Emissão	EATE	set/17	70.000	107,75% + CDI	Mensal	Mensal	set/22
4ª Emissão	ECTE	set/17	75.000	107,75% + CDI	Mensal	Mensal	set/22
1ª Emissão	ETAP	dez/17	150.000	7,38	Anual	Anual	jun/19
1ª Emissão	ETC	dez/17	100.000	7,38	Anual	Anual	jun/19

Os valores apresentados acima referem-se ao valor contatado inicial e não ao valor efetivamente liquidado no exercício.

d) A amortização das debêntures por indexador é como segue:

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2017							
	Consolidado							
	R$							
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
CDI	224.753	604.597	426.679	148.683	62.010	-	-	1.466.722
IPCA	37.430	51.218	218.781	219.650	75.171	76.562	364.632	1.043.444
(-) Custos a amortizar	(3.949)	(4.269)	(3.392)	(2.447)	(1.898)	(1.684)	(8.791)	(26.430)
	258.234	651.546	642.068	365.886	135.283	74.878	355.841	2.483.736

25.Provisões para contingências

Notas Explicativas

a) As provisões constituídas para contingências e respectivo saldo de depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, por natureza, estão abaixo demonstrados:

	Consolidado			
	Passivo		Ativo	
	Provisões		Depósitos judiciais	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Processos judiciais				
Tributário	2.422	2.243	2.872	3.213
Cível	863	49	3.788	3.616
Fundiário	-	-	3.793	3.793
Trabalhista	4.323	4.475	4.533	2.634
Processos administrativos				
Regulatório (ANEEL)	-	-	2	1
	7.608	6.767	14.988	13.257
Circulante	77	277	-	-
Não circulante	7.531	6.490	14.988	13.257
	7.608	6.767	14.988	13.257

b) A movimentação da provisão para contingências é como segue:

	Consolidado					
	Saldo incial 31/12/2016	Ingressos	Atualizações	Reversão	Pagamentos	Saldo final 31/12/2017
Processos judiciais						
Tributário	2.243	54	125	-	-	2.422
Cível	49	886	-	(72)	-	863
Trabalhista	4.475	2.918	-	(1.990)	(1.080)	4.323
	6.767	3.858	125	(2.062)	(1.080)	7.608

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A Administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R$ 2.000 para as demandas vinculadas a Companhia e R$ 1.000 para as demandas vinculadas as empresas Controladas e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota.

(A) PERDA PROVÁVEL: a Companhia e/ou suas controladas figura como parte em demandas com probabilidade provável de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam consideradas relevantes para os negócios, a saber:

(i) Demandas Fiscais:

- Mandado de Segurança nº 00022535720094036100, movido pela Companhia em face do Delegado da Receita Federal de São Paulo, em trâmite perante a 5ª Vara da Justiça Federal de São Paulo. Visa a exclusão dos valores recebidos a título de juros sobre o capital próprio da base de cálculo do PIS e COFINS. O valor em risco é aproximadamente R$ 2.350.

(ii) Demandas Cíveis:

Notas Explicativas

- Ação de Execução n° 00503476720108160001 proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a Controlada Foz do Rio Claro Energia S.A., a qual requer a execução de título extrajudicial. O valor em risco aproximado é de R$ 3.319**.**

(B) PERDA POSSÍVEL: embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia e/ou suas controladas, merecem destaques as seguintes demandas, com chance possível de perda:

(i) Demandas Fiscais:

- Processo Administrativo nº 19515722963201238, em face da Controlada Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (EATE), em trâmite perante a Delegacia da Receita Federal. Trata-se de auto de infração referente a IRPJ, CLSS, PIS e COFINS no período de 2007 a 2010, cujo valor em risco é de aproximadamente R$ 2.202.

- Processo Administrativo nº 10480902369201037, movido pela União em face da Controlada Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. (STN), em trâmite perante a Delegacia da Receita Federal de Recife/PE. Trata-se de pedido de ressarcimento de crédito oriundo de saldo negativo de IRPJ, apurado no período 2005, com compensação de débitos de PIS, COFINS e IRPJ. O valor em risco aproximado é de R$ 1.631.

- Execução Fiscal nº 00008348820148110047, em face da Controlada Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (TME), em trâmite perante a Vara Única de Jauru, cuja nossa responsabilidade é solidária. Trata-se de Execução Fiscal requerendo a diferença de recolhimento de alíquota de ISS, sendo o devedor principal a empresa Global Energia Elétrica S.A. e Mavi Engenharia e Construções Ltda., cujo valor em risco é de aproximadamente R$ 1.216.

- Auto de Infração nº 000455/2014, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Roraima em face da controlada em conjunto Transnorte Energia S.A. (TNE), em trâmite perante o Tribunal de Contas do Estado de Roraima, visando analisar a legalidade dos benefícios fiscais autorizados pelo Convênio do CONFAZ nº 143/2012 e Decreto nº 14.982/2013. O Valor em risco aproximado é de 2.388.

- Execução Fiscal nº 08094733820178230010, em face da controlada em conjunto Transnorte Energia S.A. (TNE), em trâmite perante a 2ª Vara da Fazenda Pública de Boa Vista. Trata-se Ação ajuizada para fins de cobrança do ICMS inicialmente apurado no Auto de Infração nº 492/2015, cujo valor em risco é de aproximadamente R$ 13.496.

- Ação de Execução Fiscal n° 08094733820178230010 proposta pela Fazenda do Estado de Roraima contra a controlada em conjunto Transnorte Energia S.A., em trâmite perante a 2ª Vara da Fazenda Pública de Boa Vista – RR, visando cobrança de diferencial de alíquota de ICMS referente ao período de 06/2014 a 11/2014 (Convênio CONFAZ nº 143/2012 e Decreto nº 14.982/2013). O valor em risco aproximado é de R$ 13.496.

(ii) Demandas Cíveis:

- Ação Civil Pública nº 00099563820104013100 proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Companhia, da Aneel, do Diretor-Presidente do IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) e da SEMA/AP - Secretaria do Estado do Meio Ambiente

Notas Explicativas

do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais envolvendo o licenciamento ambiental. O valor em risco aproximado é de R$ 1.547.

- Ação Civil Pública nº 00335301320054047100 proposta pelo Núcleo Amigos da Terra Brasil em face da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler/RS – FEPAM, União Federal, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, sendo que, o Estado do Rio Grande do Sul, e a Controlada Ijuí Energia S.A. e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. figuram como assistentes no processo. Trata-se de uma ação civil pública ajuizada com fito de discutir o licenciamento ambiental das Usinas Hidrelétricas Passo São João (LP nº 710/2005-DL) e São José (LP nº 711/2005-DL). O valor em risco aproximado é de R$ 1.975.

- Ação Civil Pública nº 00016274120158030006 proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá, na qual requer a indenização em decorrência de supostos danos materiais e morais causados pela Controlada Ferreira Gomes Energia S/A ao meio ambiente. Não há valor em risco envolvido.

- Ação Civil Pública nº 201201963790 (0196379-30.2012.8.09.0142) proposta pelo Ministério Público do Estado de Goiás em face da Companhia e do Estado de Goiás, com pedido de liminar, com objetivo de declarar a nulidade da licença prévia emitida para o empreendimento PCH Verde 08, tendo em vista a alegada ocorrência de falhas no EIA-RIMA apresentado pelo empreendimento. Liminar revogada e empreendimento em fase de implantação. Não há valor em risco envolvido.

- Ação Civil Pública nº 00198341202014809014 2 proposta pelo Ministério Público do Estado de Goiás em face da Companhia e do Estado de Goiás com pedido de liminar. A presente ação possui como objetivo coibir a concessão da licença prévia pela SEMARH à Companhia, necessária para a construção da Usina Hidrelétrica Verde 11 Alto. Não há valor em risco envolvido.

- Ação Civil Pública nº 00184082320134013200 proposta pelo Ministério Público Federal em face da Controlada Trasnorte para preservação de direitos indígenas supostamente ofendidos. O valor em risco aproximado é de R$ 1.211.

- Ação Civil Pública nº 00013863320168030006 proposta pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A. e outros com objetivo de compelir os réus a promoverem a reparação integral de todos os danos ambientais causados no Município de Ferreira Gomes/AP, assim como adotarem medidas para minimizar os efeitos deletérios relacionados à enchente. O valor em risco não pode ser estimado.

- Ação Revisional nº 00818741920118190001 proposta pela empresa Naturasul em face da Controlada Ijuí Energia S.A., a qual requer a revisão do contrato de prestação de serviços. O valor em risco aproximado é de R$ 6.563.

- Ação de Execução n° 00503424520108160001 proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a Controlada Foz do Rio Claro Energia S.A., a qual requer a revisão do contrato de prestação de serviços. O valor em risco aproximado é de R$ 1.573.

Notas Explicativas

- Ação de Execução n° 00503433020108160001 proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a Controlada Foz do Rio Claro Energia S.A., a qual requer a revisão do contrato de prestação de serviços. O valor em risco aproximado é de R$ 1.342.

- Ação de Execução n° 00503441520108160001 proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a Controlada Foz do Rio Claro Energia S.A., a qual requer a revisão do contrato de prestação de serviços. O valor em risco aproximado é de R$ 2.100.

- Ação Monitória nº 00465158420148160001 proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a Controlada Foz do Rio Claro Energia S.A., na qual requer condenação ao pagamento decorrente de serviços adicionais relacionados ao Contrato de Empreitada. O valor em risco aproximado é de R$ 9.015.

- Ação Indenizatória nº 00022561520158030006 proposta por Dolivar Alfredo Furtado Abdon em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A., na qual requer a condenação por supostos prejuízos materiais e morais ocasionados durante a construção do empreendimento. O valor em risco aproximado é de R$ 1.209.

- Ação de Reconvenção n° 10688729020138260100 proposta pela Cotesa - Desapropriações, Avaliações e Meio Ambiente Ltda. contra a Controlada Ijuí Energia S.A., visando a cobrança por serviços imprevistos e supervenientes no valor de R$ 2.684.952,00. O valor em risco aproximado é de R$ 5.161.

(iii) **Demandas Trabalhistas:** não existem demandas judiciais ou administrativas de natureza trabalhista com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação dae Administração, sejam considerados relevantes para nossos negócios.

(iv) **Demandas Arbitrais:** existem três procedimentos arbitrais com risco de perda possível, a saber:

- Procedimento Arbitral nº 21212/ASM instaurado pela TSK Energia Desenvolvimento LTDA em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A. em trâmite perante a Corte Internacional de Comércio (“ICC” – Internacional Chamber of Arbitration). Trata-se de procedimento arbitral para dirimir controvérsia decorrente de “Contrato de Empreitada Total e Prazo Determinado para a Execução das Montagens dos Equipamentos Eletromecânicos, Hidromecânicos, Sistemas e Instalações” da AHE Ferreira Gomes. O valor em risco não pode ser estimado.

- Procedimento Arbitral nº 22375/ASM e 22414/ASM. Instaurados por GCZ Construcción S.A.C em face da Controlada La Virgen S.A.C. em trâmite perante à Corte Internacional de Comércio (“ICC” – Internacional Chamber of Comerce) em Lima-Peru. Tratam-se de dois procedimentos arbitrais, inicialmente distribuídos separadamente, mas, por acordo das partes, foram consolidados em um procedimento único. Referido procedimento tem por objeto dirimir controvérsias decorrentes dos “Contrato de Obras Civis”, do “Contrato de Fornecimento e Montagem de Equipamentos” e do Contrato EPC-LT (Linha de Transmissão) da Pequena Central Hidrelétrica La Virgen. O valor em risco não pode ser estimado.

- Procedimento Arbitral nº 0252-2017-CCL. Instaurado por Eléctrica Santa Rosa S.A.C em face da Controlada La Virgen S.A.C. em trâmite perante ao Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio de Lima. Referido procedimento tem por objeto dirimir controvérsias decorrentes da resolução do Contrato de Fornecimento de Potência e Energia Elétrica Associada. Não há valor em risco envolvido.

Notas Explicativas

(v) **Demandas Ambientais:** Existem dois Autos de Infração com probabilidade de perda possível, nos quais transcrevemos abaixo:

- Auto de Infração Ambiental nº 013596-A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A. por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente. O valor em risco aproximado é de R$ 20.000.

  Destacamos que a Controlada Ferreira Gomes Energia S.A. firmou Termo de Ajustamento de Conduta no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, será extinto.

- Auto de Infração Ambiental nº 014689-A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A. por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R$ 30.000.

- Auto de Infração Ambiental nº 9073335-E (02001.003494/2015-94), lavrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em face da controlada em conjunto Transnorte Energia S.A., por ter a empresa, supostamente, descumprido condicionantes ambientais previstas na Licença de Instalação. O valor em risco aproximado é de R$ 1.183.

- Pedido Cível nº 2001003498201572 proposta pelo IBAMA em face da controlada em conjunto Transnorte Energia S.A., por suposto descumprimento de condicionante ambiental. O valor em risco aproximado é de R$ 1.183.

(vi) Demandas Penais: não existem demandas judiciais ou administrativas de natureza penal com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação daae Administração, sejam considerados relevantes para nossos negócios.

(vii) Demandas Regulatórias:

- Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 0027834-41.2013.4.01.3400, proposta pelas Controladas Foz do Rio Claro Energia S.A., Ijuí Energia S.A., Usina Paulista de Energia Lavrinhas S.A. e Usina Paulista de Energia Queluz S.A., por intermédio da Associação de Classe (APINE), contra a União Federal, visando a nulidade da aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. Atualmente as Geradoras são beneficiadas por sentença, mantida em 2ª instância, que confirmou a decisão liminar que determinou a não aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3. O valor somado de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado nas Companhias, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R$ 9.637.

Notas Explicativas

- Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 0076295-10.2014.4.01.3400, proposta pela Controlada Ferreira Gomes Energia S.A., contra a União Federal, visando a nulidade da aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. Atualmente a Controlada é beneficiada por liminar impedindo a aplicação dos efeitos desta resolução. O valor somado de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado na Companhia, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R$ 6.195.

- Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 0003995-79.2016.4.01.3400, proposta pela Contratoladora e pelas Controladas ACE Comercializadora LTDA., Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos III S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos X S.A., contra a União Federal, visando a nulidade da aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. Atualmente as Controladas são beneficiadas por liminar impedindo a aplicação dos efeitos desta resolução. O valor somado de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado nas Companhias, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R$ 264.

26.Patrimônio líquido

a) Capital autorizado

Nos termos do artigo 8º do seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de 1.000.000.000 (Um bilhão) de ações. Compete, igualmente, ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização.

Dentro do limite de capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle.

Ademais, os acionistas da Companhia possuem direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias. Este direito de preferência poderá, no entanto, a critério do Conselho de Administração, ser excluído ou ter seu prazo para exercício reduzido, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite do capital autorizado.

b) Capital social

Aumento de Capital através de subscrição de ações

Em 05 de abril de 2017, a Companhia realizou aumento de capital conforme instrução CVM 476, no montante de R$ 833.463 (dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia), por meio da emissão de 45.520.639 Ações Ordinárias e 82.704.360 Ações Preferenciais, incluindo Ações Ordinárias e Ações Preferenciais subjacentes às Units, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, e já considerando o Lote Suplementar, os custos totais dessa operação totalizaram o montante R$ 26.959 ao preço de R$ 19,50 (“Preço por Unit”) e o preço por ação

Notas Explicativas

no valor de R$ 6,50 (“Preço por Ação”).Em 15 de maio de 2017, A Companhia autorizou a conversão de 2.798.124 ações ordinárias em preferenciais conforme pedido do acionista Perfin Pipe II Ações FIA.

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Companhia no valor total de R$ 2.981.996 (R$ 2.148.533 em 31 de dezembro de 2016), está representado por 596.955.970 (554.233.455 em 31 de dezembro de 2016) ações ordinárias e 282.155.299 (196.652.815 em 31 de dezembro de 2016) ações preferenciais, conforme segue abaixo:

	31/12/2017				31/12/2016			
	Ordinárias		Preferenciais		Ordinárias		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas								
Controlador	452.995.367	75,88	5.471.128	1,94	445.995.367	80,47	12.471.128	6,34
FI - FGTS	35.162.754	5,89	70.325.508	24,92	35.162.754	6,34	70.325.508	35,76
Outros	108.797.849	18,23	206.358.663	73,14	73.075.334	13,18	113.856.179	57,90
Total das ações	596.955.970	100,00	282.155.299	100,00	554.233.455	100,00	196.652.815	100,00

c) Reserva de Lucros

c.1) Reserva legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.

c.2) Reserva de lucros: Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva de investimentos à disposição da Assembleia, para sua destinação.

d) Reserva de capital

As reservas de capital são decorrentes de ganho ou perda em transação de capital e de reserva para reinvestimento, conforme segue:

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Ganho (perda) em transação de capital		
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	86.821	86.821
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (*)	(3.915)	(3.915)
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	(4.747)	(4.747)
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	(3.000)	(3.000)
Foz do Rio Claro Energia S.A.	(26.767)	(24.211)
	48.392	50.948
Reserva para reinvestimento		
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	504	504
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	57	57
	561	561
	48.953	**51.509**

(*) Perda de capital gerada na aquisição de ações da controlada ECTE

e) Outros resultados abrangentes

Referem-se ao ganho e perda na conversão das demonstrações financeiras das controladas domiciliadas no exterior, conforme demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	(1.395)	43.276
Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos de operações no exterior		
Controladas		
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	-	(43.241)
La Virgen S.A.C.	(296)	(2.174)
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	56	(2.704)
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	7.236	2.134
Alupar Chile Inversiones SpA	-	157
Alupar Colombia S.A.S.	4.855	1.157
Saldo no fim do exercício	**10.456**	**(1.395)**

f) Destinação do resultado

De acordo com o artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito de receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, acrescido ou diminuído dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição de reserva legal; b) importância destinada à constituição de reserva para contingência e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

(Em reais)	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	330.885.853,18	310.811.641,69
Reserva Legal (5%)	16.544.292,66	15.540.582,08
Lucro líquido ajustado	314.341.560,52	295.271.059,61
Dividendo mínimo obrigatório calculado (%)	50,000000%	50,000000%
Dividendo mínimo obrigatório calculado	157.170.780,26	147.635.529,80
Dividendo proposto em relação ao lucro líquido ajustado (%)	50,340717%	50,860810%
Dividendo mínimo obrigatório proposto	158.241.795,95	150.177.254,00
Qtde de ações	879.111.269	750.886.270
valor por ação	0,1800	0,2000
valor por UNIT	0,5400	0,6000
Ações ordinárias	596.955.970	554.233.455
Ações preferenciais	282.155.299	196.652.815
Total de ações	879.111.269	750.886.270

g) Participação de acionistas não controladores

Os proventos pagos a título de dividendos e juros sobre capital próprio referem-se aos dividendos e juros sobre capital próprio declarados a acionistas não controladores das controladas.

27.Resultado por ação

Os dados do resultado por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações. A Companhia possui ações nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A tabela a seguir apresenta o cálculo da média ponderada de ações em circulação e o resultado por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Notas Explicativas

	Exercício findo em	
	31/12/2017	31/12/2016
Numerador:		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	330.885	310.812
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de acões ordinárias (*)	586.143	502.021
Média ponderada do número de acões preferenciais (*)	259.595	178.127
Lucro por ação		
Resultado básico e diluído por ação ordinária (*)	0,39124	0,45698
Resultado básico e diluído por ação preferenciais (*)	0,39124	0,45698

(*) A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis em ações, opções ou os bônus de subscrição.

28.Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional bruta				
Sistema de transmissão de energia				
Receita de operação e manutenção	-	-	113.560	114.924
Receita de infraestrutura	-	-	40.142	39.815
Remuneração do ativo financeiro da concessão	-	-	954.238	1.086.925
	-	-	1.107.940	1.241.664
Sistema de geração de energia				
Suprimento de energia (Nota 29)	178.818	68.613	591.108	463.626
	178.818	68.613	591.108	463.626
Total - Receita operacional bruta	178.818	68.613	1.699.048	1.705.290
Tributos sobre a receita operacional bruta				
Programa de Integração Social - PIS	(3.645)	(1.134)	(18.432)	(16.123)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(16.790)	(5.216)	(84.804)	(73.950)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	(1.124)	(7.104)
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	(374)	(450)
Imposto sobre o valor agregado - IVA	-	-	(1.733)	(403)
	(20.435)	(6.350)	(106.467)	(98.030)
Encargos regulamentares da concessão				
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	-	(32.712)	(32.691)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	(6.016)	(5.788)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	-	-	(6.016)	(5.788)
Ministério de minas e energia - MME	-	-	(3.005)	(2.893)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	-	-	(6.641)	(6.289)
	-		(54.390)	(53.449)
Total - Deduções da receita operacional bruta	(20.435)	(6.350)	(160.857)	(151.479)
Total - Receita operacional líquida	**158.383**	**62.263**	**1.538.191**	**1.553.811**

Notas Explicativas

29.Suprimento de energia e energia comprada para revenda

	Controladora						Consolidado					
	Exercício findo em						Exercício findo em					
	31/12/2017			31/12/2016			31/12/2017			31/12/2016		
	MWh *	Preço Médio	Valor	MWh *	Preço Médio	Valor	MWh *	Preço Médio	Valor	MWh *	Preço Médio	Valor
Suprimento de energia												
Contrato bilateral - ambiente livre	-	-	-	-	-	-	561.553	237,98	133.639	393.774	253,11	99.668
Contrato bilateral - ambiente livre - comercialização	857.104	139,86	119.877	329.431	144,89	47.731	885.904	168,86	149.597	291.546	122,98	35.854
Contrato bilateral - ambiente livre - outros	-	-	-	159.485	121,54	19.384	959.471	187,26	179.672	-	-	-
Contrato bilateral - ambiente regulado	193.199	154,15	29.782		-		193.199	158,80	30.680	2.273.890	135,60	308.329
Gross-up ICMS	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	6.878
Desconto Incondicional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(347)
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	29.159	-	-	1.498	-	-	97.520	-	-	13.244
Total - Receita operacional bruta			178.818			68.613			591.108			463.626
Energia comprada para revenda												
Contrato bilateral - ambiente livre	(1.188.271)	164,08	(194.975)	(499.297)	159,80	(79.790)	(1.841.618)	121,30	(223.384)	(413.650)	100,27	(41.476)
MRE / Spot e outros ajustes	-	-	(210)	-	-	18	-	-	(6.531)	-	-	(22.692)
(-) Crédito de Pis/Cofins energia	-	-	16.679	-	-	6.663	-	-	19.421	-	-	7.130
			(178.506)			(73.109)			(112.426)			(57.038)

(*) informações não auditadas pelos auditores independentes

30.Custos e despesas operacionais

	Controladora							
	Exercício findo em							
	31/12/2017				31/12/2016			
	Despesas operacionais		Custos dos serviços prestados	Total	Despesas operacionais		Custos dos serviços prestados	Total
	Gerais e administrativas	Outras			Gerais e administrativas	Outras		
Pessoal	(20.482)	-	(1.156)	(21.638)	(18.117)	-	(759)	(18.876)
Material	(105)	-	-	(105)	(174)	-	-	(174)
Serviços de terceiros	(5.995)	-	(155)	(6.150)	(12.807)	-	(101)	(12.908)
Depreciação e amortização	(1.204)	-	-	(1.204)	(1.299)	-	-	(1.299)
Aluguéis	(1.625)	-	(1)	(1.626)	(1.705)	-	(1)	(1.706)
Seguros	(63)	-	-	(63)	188	-	-	188
Doações, contribuições e subvenções	(130)	-	-	(130)	(163)	-	-	(163)
Perdas de capital	-	(21)	-	(21)	-	(3.293)	-	(3.293)
Outros tributos e taxas	(614)	-	(8)	(622)	(741)	-	(34)	(775)
Outras	(113)	-	-	(113)	(92)	-	-	(92)
Total	**(30.331)**	**(446)**	**(1.320)**	**(32.097)**	**(34.910)**	**(3.293)**	**(895)**	**(39.098)**

	Consolidado									
	Exercício findo em									
	31/12/2017					31/12/2016				
	Custos operacionais		Despesas operacionais		Total	Custos operacionais		Despesas operacionais		Total
	Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Gerais e administrativas	Outras		Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Gerais e administrativas	Outras	
Pessoal	(47.442)	(9.745)	(52.998)	-	(110.185)	(44.092)	(4.926)	(39.072)	-	(88.090)
Material	(8.666)	(1.319)	(527)	-	(10.512)	(10.805)	(7.082)	(501)	-	(18.388)
Serviços de terceiros	(49.023)	(17.432)	(21.933)	-	(88.388)	(51.500)	(14.271)	(27.598)	-	(93.369)
Gerenciamento de obras	-	-	-	-	-	-	(3.955)	-	-	(3.955)
Depreciação e amortização	-	-	(5.979)	-	(5.979)	-	-	(4.691)	-	(4.691)
Provisão (reversão) para contingências	(1.508)	-	(153)	(425)	(2.086)	(2.029)	-	(100)	-	(2.129)
Aluguéis	(6.294)	-	(4.867)	-	(11.161)	(5.840)	-	(4.459)	-	(10.299)
Seguros	(9.719)	(5.264)	(342)	-	(15.325)	(8.880)	-	9	-	(8.871)
Doações, contribuições e subvenções	(409)	-	(5.385)	-	(5.794)	(386)	-	(5.050)	-	(5.436)
Provisão (reversão) para gastos ambientais	-	-	(29)	-	(29)	-	-	-	-	-
Perdas de capital	-	-	-	(22)	(22)	-	-	-	(3.304)	(3.304)
COFINS sobre outras receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros tributos e taxas	(1.310)	(108)	(1.831)	-	(3.249)	(786)	(5.071)	(2.535)	-	(8.392)
Estudos de projetos	-	(278)	-	-	(278)	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cívis e Benfeitorias	-	(260)	-	-	(260)	-	(1.808)	-	-	(1.808)
Máquinas e equipamentos	-	(4.615)	-	-	(4.615)	-	(683)	-	-	(683)
Indenizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	(67)	(1.121)	(164)	(114)	(1.466)	(178)	(2.019)	5.741	(4.290)	(746)
Total	**(124.438)**	**(40.142)**	**(94.208)**	**(561)**	**(259.349)**	**(124.496)**	**(39.815)**	**(78.256)**	**(7.594)**	**(250.161)**

Notas Explicativas

31.Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	Período findo em		Exercício findo em	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	73.135	28.582	112.240	72.225
Atualização monetária - Depósitos judicias	125	164	125	164
Atualização monetária - Impostos a recuperar	1.580	2.616	2.223	3.165
Outras	98	115	28.147	7.424
Total	**74.938**	**31.477**	**142.735**	**82.978**
Despesas Financeiras				
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(369)	(1.352)	(151.472)	(132.807)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(25.010)	(14.772)
Encargos sobre debêntures	(59.096)	(77.969)	(209.693)	(271.997)
Variação monetária sobre debêntures	(20.949)	(40.197)	(20.949)	(56.680)
Variação cambial	(330)	(2.953)	(754)	(3.868)
Variação monetária - P&D	-	-	(1.257)	(3.515)
Atualização monetária - Contingências	(125)	(163)	(205)	(163)
Variação monetária - Outros	-	-	(5.535)	(14.031)
Juros e multas	(57)	(40)	(1.425)	(2.617)
Comissões e Fianças Bancárias	(227)	(153)	(1.702)	(1.671)
Outras	(476)	(1.296)	(5.734)	(11.112)
Total	**(81.629)**	**(124.123)**	**(423.736)**	**(513.233)**
Total Líquido	**(6.691)**	**(92.646)**	**(281.001)**	**(430.255)**

32.Imposto de renda e contribuição social

a) A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é como segue:

Notas Explicativas

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2017	31/12/2016
a) Composição dos tributos no resultado:		
Na rubrica de tributos:		
Correntes	(103.612)	(81.691)
Diferidos	19.616	(39.777)
Total	**(83.996)**	**(121.468)**
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:		
Resultado antes dos tributos	**789.721**	**811.193**
Juros sobre capital próprio	**(83.240)**	**(81.434)**
Alíquota nominal	**34%**	**34%**
Expectativa de despesa com tributos às alíquotas nominais	**(240.204)**	**(248.118)**
Ajustes para a apuração do IRPJ e CSLL efetivos:		
Créditos fiscais – IR e CS não constituídos no exercício	(20.913)	(27.068)
Reversão do efeito da tributação - lucro real	56.785	79.883
Tributação pelo regime do lucro presumido	(9.781)	(19.170)
Efeito de alíquotas de imposto de entidades no exterior	685	9.048
Redução na alíquota de imposto (*)	-	58.531
Despesas não dedutíveis	(2.024)	(8.212)
Resultado de equivalencia patrimonial	23.377	12.388
Incentivos fiscais (*)	108.079	18.882
Reconhecimento de prejuízos fiscais acumulados anteriormente não reconhecidos	-	1.814
Prejuízo fiscal do exercícios para o qual não foi constituído ativo fiscal diferido	-	909
Efeito da constituição de IR/CSLL diferido	-	-
Outros	-	(355)
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	**(83.996)**	**(121.468)**
c) Alíquota efetiva	**10,6%**	**15,0%**

(*) Benefícios fiscais federais que garantem a redução de 75% do imposto de renda na região da Superintendência de Desenvolvimentos da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Notas Explicativas

b) A abertura por Empresa referente ao regime de apuração do imposto de renda e contribuição social, incluindo as alíquotas de PIS/COFINS das controladas é como segue:

Empresas	Referente Ano Fiscal 2017		
	Pis / Cofins	Benefício Sudam / Sudene até:	Regime de tributação
Controladas diretas:			
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Transminas Holding S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Alupar Chile Inversiones SpA	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Foz do Rio Claro Energia S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Ijuí Energia S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Ferreira Gomes Energia S.A	9,25%	2026	Lucro Real
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Alupar Colômbia S.A.S	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Forquilha IV Energia S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Verde 8 Energia S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Agua Limpa S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
La Virgen S.A.C.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNI 9,25%	2023	Lucro Real
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN (*)	3,65%	2025	Lucro Real
Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A. - ETES	9,25%	2019	Lucro Real
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP (*)	3,65%	2025	Lucro Real
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE (*)	3,65%	2025	Lucro Real
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE (*)	3,65%	2024	Lucro Presumido
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE (*)	3,65%	Não aplicável	Lucro Real
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	9,25%	2024	Lucro Real
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG	9,25%	2024	Lucro Real
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. - ELTE	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
ACE Comercializadora Ltda	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
AF Energia S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Windepar Holding S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Transmissora Caminho do Café S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Transmissora Paraiso de Energia S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Transmissora Serra da Mantiqueira	9,25%	Não aplicável	Lucro Real

(*) De acordo com a Lei 10.637/2002, os contratos de concessão das concessionárias de energia elétrica firmados anteriormente a 31 de outubro de 2003 estão submetidas à dedução de 3,65% Pis /Cofins.

Empresas	Referente Ano Fiscal 2017		
	Pis / Cofins	Benefício Sudam / Sudene até:	Regime de tributação
Controladas indiretas:			
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	9,25%	2020	Lucro Real
Companhia Transleste de Transmissão	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Companhia Transudeste de Transmissão	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Companhia Transirapé de Transmissão	3,65%	2025	Lucro Presumido
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Empresa de Transmissão Serrana S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Energia dos Ventos I S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Energia dos Ventos II S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Energia dos Ventos III S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Energia dos Ventos IV S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Energia dos Ventos X S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

Notas Explicativas

Empresas	Referente Ano Fiscal 2017		
	Pis / Cofins	Benefício Sudam / Sudene até:	Regime de Tributação
Controladas em conjunto			
Transmissora Matogrossense de Energia S.A – TME	9,25%	2024	Lucro Real
Transnorte Energia S.A. - TNE	9,25%	Não aplicável	Lucro Real

Notas Explicativas

33.Partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Guarupart Participações Ltda. Todas as transações com partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

Parte relacionada / transação	Controladora				Consolidado			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Balanço patrimonial								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa								
Caixa Econômica Federal (*)	497.263	196.047	-	-	497.263	196.047	-	-
	497.263	196.047	-	-	497.263	196.047	-	-
Investimento de curto-prazo								
Caixa Econômica Federal (*)	365.765	215.439	-	-	365.765	215.439	-	-
	365.765	215.439	-	-	365.765	215.439	-	-
Debêntures								
FI FGTS - 5ª Emissão	-	-	23.438	23.159	-	-	23.438	23.159
	-	-	23.438	23.159	-	-	23.438	23.159
Clientes - Compra de energia ambiente livre								
Ferreira Gomes Energia S.A	28.795	-	-	-	28.795	-	-	-
	28.795	-	-	-	28.795	-	-	-
Fornecedores - Compra de energia ambiente livre								
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	-	-	1.049	-	-	-	1.049	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	-	-	1.094	-	-	-	1.094	-
Ferreira Gomes Energia S.A	-	-	19.265	5.293	-	-	19.265	5.293
	-	-	21.408	5.293	-	-	21.408	5.293
Contas a receber - Reembolso de despesas								
AF Energia S.A	-	-	-	-	273	-	-	-
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	4	4	-	-	-	-	-	-
	4	4	-	-	273	-	-	-
Dividendos a receber								
Transminas Holding S.A.	13.061	13.100	-	-	-	-	-	-
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	11.054	9.903	-	-	-	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	-	6.890	-	-	-	-	-	-
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	12.502	5.293	-	-	-	-	-	-
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-
Foz do Rio Claro Energia S.A.	4.954	3.361	-	-	-	-	-	-
Ijuí Energia S.A.	1.952	-	-	-	-	-	-	-
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	9.508	4.321	-	-	-	-	-	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	9.810	4.501	-	-	-	-	-	-
Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A.	7.755	1.687	-	-	-	-	-	-
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	16.803	7.261	-	-	16.803	7.260	-	-
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	4.200	3.345	-	-	-	-	-	-
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	2.852	1.604	-	-	-	-	-	-
Transnorte Energia S.A.	75	75	-	-	75	75	-	-
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	-	263	-	-	-	-	-	-
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	-	2	-	-	-	-	-	-
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	-	2	-	-	-	-	-	-
AF Energia S.A.	75	75	-	-	-	-	-	-
Ferreira Gomes Energia S.A	2.607	-	-	-	-	-	-	-
	97.208	61.683	-	-	16.878	7.335	-	-
Não circulante								
Adiantamento para futuro aumento de capital								
Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A.	12.000	-	-	-	-	-	-	-
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	-	21.949	-	-	-	-	-	-
Ijuí Energia S.A.	-	15.752	-	-	-	-	-	-
Ferreira Gomes Energia S.A	16.000	7.252	-	-	-	-	-	-
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	22.113	78.277	-	-	-	-	-	-
ACE Comercializadora Ltda.	1.100	1.100	-	-	-	-	-	-
AF Energia S.A.	5.250	1.200	-	-	-	-	-	-
Forquilha IV Energia S.A.	-	405	-	-	-	-	-	-
Verde 8 Energia S.A.	-	12.660	-	-	-	-	-	-
Agua Limpa S.A.	7.436	7.276	-	-	-	-	-	-
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	578	578	-	-	-	-	-	-
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	8.857	8.507	-	-	-	-	-	-
Windepar Holding S.A.	77.120	25.440	-	-	-	-	-	-
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	10.476	1.950	-	-	-	-	-	-
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	6.146	1.880	-	-	-	-	-	-
Alupar Colômbia S.A.S.	22.881	2.697	-	-	-	-	-	-
Alupar Chile Inversiones SpA	1.904	1.904	-	-	-	-	-	-
Transmissora Serra da Mantiqueira	1.703	-	-	-	-	-	-	-
	193.564	188.827	-	-	-	-	-	-
Debêntures								
FI FGTS - 5ª Emissão	-	-	359.820	370.634	-	-	359.820	370.634
	-	-	359.820	370.634	-	-	359.820	370.634

Notas Explicativas

Parte relacionada / transação	Controladora / Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2017	31/12/2016
Demonstração do resultado		
Receita / custo com energia elétrica	161.581	59.572
Alupar Investimento S.A.	89.666	-
Ferreira Gomes Energia S.A. - Energia comprada para revenda	43.163	59.572
Usina Paulista Queluz Energia S.A. - Energia comprada para revenda	2.777	-
Usina Paulista Lavrinhas Energia S.A. - Energia comprada para revenda	3.094	-
Foz do Rio Claro Energia S.A. - Energia comprada para revenda	20.617	-
Ijuí Energia S.A. - Energia comprada para revenda	2.264	-
Receita / custo com energia elétrica no exercício	**161.581**	**59.572**
Receitas financeiras	73.566	52.567
Caixa Econômica Federal (*) - Aplicações financeiras	73.566	52.567
Despesas financeiras	(39.956)	(56.722)
FI FGTS - 5ª Emissão	(39.956)	(56.722)
Resultado financeiro	**33.610**	**(4.155)**

(*) A Caixa Econômica Federal é administradora do FI-FGTS, sendo o FI-FGTS acionista da Companhia.

Notas Explicativas

b) Garantias

b.1) As transações de garantias entre as empresas do grupo referentes a contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão relacionadas abaixo:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2017
01/12/09	Reunião de Sócios	Alupar	Guarupart	Financiamento - FINEP	Fiança	72.841	17/12/09	15/05/18	1.518
12/12/11	Conselho de Administração	ETEM	Alupar	Financiamento - BNDES - 11.2.1030-1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	46.800	21/12/11	15/04/26	28.882
07/11/11	Conselho de Administração	ETVG	Alupar	Nota de Crédito nº 40/00059-7	Prestação de aval e de penhor de ações	17.835	23/12/11	01/12/26	12.826
26/12/12	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato 12.2.1590.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia Direitos Creditários Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M e Conta Seguradora.	470.600	28/12/12	15/04/31	407.911
11/02/08	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	201.770	09/04/08	15/03/27	143.550
11/02/08	Conselho de Administração	Ijui	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	168.200	09/04/08	15/09/27	128.896
01/02/08	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES - 08.02.0976.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	111.185	11/03/09	15/04/25	69.502
14/06/10	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	16.925	08/09/10	15/04/25	9.440
01/02/08	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES 08.2.0975.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	114.677	11/03/09	15/01/25	68.172
21/07/10	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES 10.2.0478.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.716	03/08/10	15/01/25	14.932
15/12/08	Assembléia Geral	STN	Alupar	Financiamento - BNB	Ratificação do Penhor de ações, haja vista que estas passaram a ser de propriedade da Alupar a partir de 26.09.2007	299.995	25/06/04	25/06/24	4.163
06/06/11	Conselho de Administração	TME	Alupar	Cédula de Crédito Comercial n. 20.00474-5	Prestação de aval e de penhor de ações	80.000	07/02/11	01/02/29	69.255
16/11/10	Conselho de Administração	TME	Alupar	Financiamento - BNDES - 20.00492-7	Prestação de aval e de penhor de ações	92.300	27/02/12	15/06/26	54.227
13/07/10	Diretoria	Transirapé	Alupar	Cédula de Crédito Bancário	Prestação de aval para compra de ativos através de recursos do FINAME	1.192	30/06/10	15/07/20	19.495
23/10/14	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas e EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 193.292/14	Penhor de ações, cessão fidiciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios	5.893	23/10/14	15/10/29	5.146
17/12/09	Conselho de Administração	EBTE	EATE, Alupar e TAESA	Financiamento - BNDES - contrato - 09.2.1409.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	165.150	28/12/09	15/05/25	89.516
29/10/12	Conselho de Administração	ESDE	ETEP, Alupar e TAESA	Financiamento BNDES - Contrato 12.2.1001.1	Cessão fiduciária dos direitos creditórios do Contrato de Concessão; Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do CPST; Penhor de Ações (ETEP) + Fiança	42.797	13/11/12	15/04/27	22.681
27/12/13	Conselho de Administração	ETSE	ECTE, Alupar, CELESC e TAESA	Financiamento - BNDES - contrato 13.2.1473.1	Cessão fiduciária dos direitos creditórios do Contrato de Concessão; Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do CPST; Penhor de Ações (ECTE) + Fiança	78.473	27/12/13	15/12/28	61.464
08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 127.315	Penhor de Ações	47.000	10/03/05	10/02/25	17.733
08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Financiamento - BNB - Contrato 05974828-A	Penhor de Ações	15.000	10/03/05	01/03/25	5.452
10/12/13	Conselho de Administração	Transirapé	EATE	Financiamento - BDMG	Penhor de Ações	30.300	27/12/13	15/01/24	-
12/03/12	Reunião de Sócios	Alupar	Guarupart	Debêntures - 5ª emissão	Fiança	300.000	15/05/12	30/05/27	383.380
30/05/14	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, Penhor de ações e cessão fiduciária	210.900	15/06/14	15/12/27	290.167
Não existe a necessidade de aprovação do Conselho		Risaralda Energia S.A. E.S.P.	Alupar	Carta de Fiança	Fiadora	COP$ 32.000.000.000	11/11/14	15/03/18	

Notas Explicativas

Não existe a necessidade de aprovação do Conselho		Risaralda Energia S.A. E.S.P.	Alupar	Carta de Fiança	Fiadora	COP$ 88.000.000.000	25/03/15	15/03/18	
	Conselho de Administração	Alupar Inversiones Peru S.A.C.	Alupar	Carta de Fiança	Fiadora	U$ 30.000.000	22/09/17	31/12/17	-
07/05/15	Conselho de Administração	ETVG	Alupar	CCB	Avalista	20.000	17/06/15	13/06/18	20.117
14/12/15	Conselho de Administração	Energia dos Ventos I	Alupar/ Windepar	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Pretação de garantias - Alupar: fiança corportaiva, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	57.990	11/02/16	15/10/32	56.613
14/12/15	Conselho de Administração	Energia dos Ventos II	Alupar/ Windepar	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Pretação de garantias - Alupar: fiança corportaiva, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	32.220	11/02/16	15/10/32	31.957
14/12/15	Conselho de Administração	Energia dos Ventos III	Alupar/ Windepar	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Pretação de garantias - Alupar: fiança corportaiva, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	49.007	11/02/16	15/10/32	48.847
14/12/15	Conselho de Administração	Energia dos Ventos IV	Alupar/ Windepar	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Pretação de garantias - Alupar: fiança corportaiva, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	81.047	11/02/16	15/10/32	80.930
14/12/15	Conselho de Administração	Energia dos Ventos X	Alupar/ Windepar	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Pretação de garantias - Alupar: fiança corportaiva, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	47.042	11/02/16	15/10/32	40.959
27/01/16	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas/ EATE	Contrato de financiamento - BDMG - nº 215.411/16	Penhor de ações, cessão fidiciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios	4.000	01/04/16	15/04/26	4.163
29/01/16	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas/ EATE	Contrato de financiamento - BDMG - nº 215.485/16	Penhor de ações, cessão fidiciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios.	4.469	05/04/16	15/04/21	5.452
21/11/16	AGE / Conselho de Administração	Windepar	Alupar, Energia dos Ventos I, Energia dos Ventos II, Energia dos Ventos III, Energia dos Ventos IV e Energia dos Ventos X	Debêntures - 1ª Emissão	Fiadoras, Penhor de Ações da Emissora, Penhor das Ações das EDVs, direitos creditórios provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR’s”), direitos creditórios provenientes do(s) Contrato(s) de Compra e Venda de Energia (CCVEs), direitos creditórios provenientes de quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pelas EDVs no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes dos Projetos, direitos sobre a “Conta Centralizadora”, “Conta Reserva de O&M” e “Conta Reserva Especial” de cada EDV, cessão fiduciária sobre a “Conta Reserva Especial da Holding”, “Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures”, “Conta Pagamento das Debêntures”, dos contratos de mútuo, quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes dos Projetos,	67.500	15/12/16	15/12/28	75.013

Notas Explicativas

b.2) As transações de garantias entre as empresas do grupo referentes a contratos de fornecimento, supervisão de montagem, supervisão de comissionamento, fiança e locação de imóvel não residencial estão relacionadas abaixo:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2017
13/06/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voith CPS FG0115-11	Prestação de Garantias (Fiança)	161.000	05/05/11	30/06/18	4.830
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020056900 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	2.435	10/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057200 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	1.556	10/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411030052800 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	1.826	04/03/11	06/03/18	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
03/12/12	Diretoria	Foz	Alupar	Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 181386812 - ONS	893	03/12/12	30/11/18	14
29/05/14	Conselho de Administração	AF Energia S.A.	Alupar	Contrato de Locação de Imovel Não Residencial - Sky - Cjto 151 e 152	Fiadora	148 mensal	01/06/14	01/06/19	2.664
29/05/14	Conselho de Administração	Alupar	Guarupart	Contrato de Locação de Imovel Não Residencial - Sky - Cjto 161 e 162	Fiadora	148 mensal	01/06/14	01/06/19	2.664
04/07/16	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180220317 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fianças)	3.384	12/06/17	04/07/18	13
24/06/16	Diretoria	Lavrinhas	Alupar	Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180660814	Prestação de garantia no Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT CETEEP	21	01/07/16	27/07/18	-
N/A	N/A	Transmissora Colombiana de Energía S.A.S E.S.P	Alupar	Fiança	Garantir a garantia bancária prestada em favor de XM Companhía de Expertos en Mercados S.A. E.S.P.	COP $ 53.259.299.347	30/11/16	01/03/22	COP $ 53.259.299.347
N/A	N/A	Risaralda Energia S.A. E.S.P	Alupar	Fiança	Fiadora caso a Garantia Bancária seja executada.	COP $13.626.944.378	01/03/16	28/02/18	COP $13.626.944.378
N/A	N/A	La Virgen S.A.C.	Alupar	Contrato de empréstimo ponte	Aval Corporativo	$50.000.000,00	22/04/15	12/01/18	$50.800.000,00
N/A	N/A	La Virgen S.A.C.	Alupar	Contrato de empréstimo de longo prazo	Aval Corporativo	$80.000.000,00	10/03/15	10/03/32	$200.000,00
N/A	N/A	La Virgen S.A.C.	Alupar	Contrato de finaça bancaria	Aval Corporativo	$16.606.600,00	13/04/17	13/10/18	$16.706.600,00
N/A	N/A	Verde 8	Alupar	Debentures Verde 8	Fiadora	100.000.000	31/07/17	31/07/18	103.381

c) Remuneração da alta administração

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2017, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a remuneração global dos membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria para o exercício social de 2017 no montante de até R$ 8.610, sendo R$ 1.076 referentes à remuneração dos membros do Conselho de Administração e R$ 7.534 referentes à remuneração da Diretoria.
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a remuneração foi conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios (i)	7.603	6.045	18.628	16.349
Remuneração do conselho	819	667	1.909	1.750
Total	**8.422**	**6.712**	**20.537**	**18.099**

Notas Explicativas

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2017	31/12/2016
Empresas pré-operacionais		
Benefícios (i)	1.289	1.247
Total	**1.289**	**1.247**

i) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, odontológica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), outros benefícios de aposentadoria, participação nos lucros e gratificações.

d) Saldo e transações com outras partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia, suas controladas e investidas não possuem saldos envolvendo outras partes relacionadas.

34.Instrumentos financeiros

34.1 Considerações Gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia e suas controladas limitam os seus riscos de crédito por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

34.2 Valor Justo

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

	Consolidado					
	31/12/2017		31/12/2016		Critério de avaliação	Classificação
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	1.580.070	1.580.070	613.734	613.734	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	365.765	365.765	215.439	215.439	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	128.705	128.705	105.100	105.100	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	246.739	246.739	217.456	217.456	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro da concessão	4.323.510	4.323.510	4.451.619	4.451.619	Valor justo	Empréstimos e recebíveis
	6.644.789	6.644.789	5.603.348	5.603.348		
Passivos financeiros						
Fornecedores	141.599	141.599	166.502	166.502	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	2.279.435	2.279.435	2.220.585	2.220.585	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Debêntures - principal e encargos	2.483.736	2.467.636	2.347.066	2.324.600	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
	4.904.770	4.888.670	4.734.153	4.711.687		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro da concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

Notas Explicativas

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

(i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

(ii) FCO Banco do Brasil: Como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro;

O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil. Em 31 de dezembro de 2017, o percentual mínimo e máximo do preço unitário para as debêntures com mercado ativo foi a seguinte:

	31/12/2017		
	Código do Ativo	% PU Mínimo	% PU Máximo
Alupar Investimento S.A.	ALPA14	100,39	100,48
Alupar Investimento S.A.	APAR16	102,61	109,45
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	ENTE12	99,66	100,03
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	ETEP12	99,90	100,00
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	EATE14	99,66	100,17
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	EATE25	100,00	101,39
Windepar Holding S.A	WDPR11	103,78	112,20

Para as debêntures das controladas ETEP, ECTE, Ferreira Gomes, Transirapé, Transleste, Transudeste, Verde 8, ETAP e ETC que não estão precificadas no mercado ativo, a Companhia, com base nas debêntures da Companhia, das controladas e das controladas em conjunto com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

34.3 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.
Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
Nível II– outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
Nível III– técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Notas Explicativas

	Consolidado		
	31/12/2017	Mensuração do valor justo	
		Nivel I	Nivel II
Ativo financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	1.580.070	-	1.580.070
Investimentos de curto prazo	365.765	-	365.765
Títulos e valores mobiliários	128.705	-	128.705
Ativo financeiro da concessão	4.323.510	-	4.323.510
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.763.171	-	4.763.171
	6.398.050	-	6.398.050

	Consolidado		
	31/12/2016	Mensuração do valor justo	
		Nivel I	Nivel II
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	613.734	-	613.734
Investimentos de curto prazo	215.439	-	215.439
Títulos e valores mobiliários	105.100	-	105.100
Ativo financeiro da concessão	4.451.619	-	4.451.619
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.567.651	-	4.567.651
	5.385.892	-	5.385.892

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

34.4 Informações sobre Liquidez

A Companhia e suas controladas têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas com instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu um Comitê de Finanças, Auditoria e Partes Relacionadas.

A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 31 de dezembro de 2017, o endividamento total consolidado (Soma de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante) era de R$ 4.763.171, sendo que 22,91% desse valor (ou R$ 1.091.383) correspondia a endividamento de curto prazo. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira nos impactariam, causando um aumento das despesas futuras da Companhia e suas controladas, o que poderá reduzir o lucro líquido e, consequentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia pode incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente.

Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida ou para fazer distribuições aos acionistas. Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar suas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2017, a estrutura de capital consolidada da Companhia é de 41% de recursos próprios em contrapartida a 59% de capital de terceiros (44% de recursos próprios e 56% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia e suas controladas possuem uma relação dívida sobre patrimônio líquido de 84,95% em 31 de dezembro de 2017 e 100,54% em 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

34.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiros

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras - consolidada

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia e as suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 29 de dezembro de 2017, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2017 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31.12.2017 (*)	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			**6,75%**	**3,38%**	**5,06%**	**8,44%**	**10,13%**
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	1.267.625	85.565	42.782	64.174	106.956	128.347
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	365.765	24.689	12.345	18.517	30.861	37.034
Aplicações financeiras (Títulos e valores mobiliários)	CDI	128.705	8.688	4.344	6.516	10.859	13.031

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros - consolidada

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, o CDI e o IPCA projetados foram obtidos por meio do relatório Focus do Banco Central de 29 de dezembro de 2017; e no caso da TJLP, a taxa utilizada foi a última divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; e a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2017, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Empréstimos e financiamentos - (Moeda nacionall) - Consolidado	Taxa de Juros a.a.		Posição em 31.12.2017 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI				**6,75%**	**3,38%**	**5,06%**	**8,44%**	**10,13%**
	CDI	1,15%	20.000	1.596	913	1.254	1.937	2.278
TJLP				**7,50%**	**3,75%**	**5,63%**	**9,38%**	**11,25%**
	TJLP +		468	35	18	26	44	53
	TJLP +	1,93%	137.207	13.137	7.893	10.515	15.760	18.382
	TJLP +	2,02%	35.044	3.389	2.049	2.719	4.060	4.730
	TJLP +	2,04%	907	88	53	71	105	123
	TJLP +	2,08%	15.102	1.470	892	1.181	1.759	2.048
	TJLP +	2,18%	258.358	25.431	15.532	20.482	30.381	35.331
	TJLP +	2,22%	24.287	2.401	1.470	1.936	2.867	3.332
	TJLP +	2,34%	279.584	28.002	17.272	22.637	33.367	38.731
	TJLP +	2,44%	170.905	17.301	10.735	14.018	20.583	23.866
	TJLP +	2,56%	83.662	8.577	5.359	6.968	10.186	11.795
	TJLP +	3,17%	128.395	14.005	9.038	11.521	16.489	18.972
	TJLP +	3,50%	5.016	565	370	468	662	760
	TJLP +	4,50%	4.469	551	376	464	639	726
	TJLP +	6,00%	4.001	558	399	479	638	717
		Total	**1.167.405**	**117.072**	**72.351**	**94.712**	**139.432**	**161.792**

Notas Explicativas

Empréstimos e financiamentos - (Moeda nacionall) - Consolidado	Taxa de Juros a.a.		Posição em 31.12.2017 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI				**6,75%**	**3,38%**	**5,06%**	**8,44%**	**10,13%**
	CDI +	0,99%	29.756	2.323	1.309	1.816	2.830	3.337
	CDI +	0,99%	35.615	2.780	1.566	2.173	3.387	3.994
	CDI +	1,15%	103.846	8.284	4.739	6.512	10.057	11.830
	CDI +	1,45%	50.010	4.150	2.437	3.294	5.006	5.862
	CDI +	2,15%	64.758	5.857	3.625	4.741	6.974	8.090
	CDI +	107,00%	99.742	120.660	113.692	117.176	124.145	127.629
	CDI +	107,75%	173.766	12.873	6.436	9.655	16.091	19.309
	CDI +	109,75%	422.642	31.310	15.655	23.482	39.137	46.965
	CDI +	113,00%	153.764	11.728	5.864	8.796	14.660	17.593
	CDI +	116,00%	65.860	5.157	2.578	3.868	6.446	7.735
IPCA				**3,96%**	**1,98%**	**2,97%**	**4,95%**	**5,94%**
	IPCA +	6,47%	276.254	29.517	23.693	26.605	32.429	35.341
	IPCA +	7,33%	286.593	33.188	27.098	30.143	36.233	39.279
	IPCA +	7,63%	63.779	7.583	6.224	6.904	8.263	8.942
	IPCA +	7,80%	380.979	45.980	37.848	41.914	50.046	54.112
		Total	**2.207.364**	**321.392**	**252.766**	**287.079**	**355.704**	**390.017**

(*) Refere-se ao principal das dívidas sem considerar os encargos e exceto também os empréstimos e financiamentos que são remunerados com taxa fixa.

34.6 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia e suas controladas podem ser assim descritos:

34.6.1 Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia de realizar seus direitos provenientes das contas a receber de concessionárias e permissionárias; caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

a) Contas a receber de clientes

A habilidade das nossas controladas de transmissão e geração de energia elétrica de receber os pagamentos devidos por seus consumidores depende da capacidade de crédito desses consumidores e da capacidade de cobrá-los.

b) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a da perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de seus investimentos tanto em títulos do Tesouro Brasileiro quanto em instituições financeiras de primeira linha (Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A., Banco Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil S.A.) e com estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

34.6.2 Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante que totalizam aproximadamente o montante de R$ 2.074.540 em bases consolidadas, bem como uma

Notas Explicativas

geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2017, com base nos pagamentos contratuais não descontados que incluem o principal mais os encargos financeiros.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	139.844	1.160	4	45	546	141.599
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	349.594	269.852	292.209	535.582	832.198	2.279.435
Debêntures	115.422	356.515	892.850	728.306	390.643	2.483.736
Total	**604.860**	**627.527**	**1.185.063**	**1.263.933**	**1.223.387**	**4.904.770**

Outro ponto importante é que 84,73% da dívida consolidada refere-se ao endividamento das controladas (90,25% em 31 de dezembro de 2016), sendo em sua grande maioria na modalidade de *project finance*, captados juntos ao BNDES e outras instituições de fomento. Cerca de 20,7% da dívida total consolidada refere-se às empresas pré-operacionais (8,7% em 31 de dezembro de 2016).

34.6.3 Riscos de mercado

Risco Hidrológico:

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) provem, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o ONS opera o SIN em sistema de despacho otimizado e centralizado, cada usina hidrelétrica, incluindo as do Grupo Alupar, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

Portanto, com um dos objetivos de mitigar o risco hidrológico individual de cada bacia do SIN, criou-se o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para compartilhar o risco hidrológico das diversas bacias do SIN. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender a totalidade da garantia física deste conjunto, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo “Generation Scaling Factor (GSF)” ou Fator de Ajuste MRE, que pode resultar em exposições financeiras negativas para os geradores hidráulicos.

Entretanto, ressalta-se que a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das controladas de geração está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE.

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoelétrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros.

Notas Explicativas

Liminares ativas:

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia prevê uma exposição negativa frente o mecanismo de GSF que está sendo discutido através de Ação Ordinária proposta pelas suas controladas Queluz e Lavrinhas contra a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL objetivando que até o trânsito em julgado da presente ação, aloque mensalmente à autora, no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, o montante de energia elétrica equivalente a no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) da garantia física. Este montante representa a melhor estimativa da administração da Companhia e considerando que este tema está em evolução e que nossa liminar está vigente desde julho de 2015, a Companhia não prevê impactos significativos acima dessa expectativa, uma provisão no montante de R$ 11.561 em sua PCH Lavrinhas e R$ 11.467 em sua PCH Queluz, totalizando R$ 23.028.

Risco de Descontratação:

Atualmente, todos os recursos das hidrelétricas das controladas de geração estão sendo vendidos para o ACR e ACL, estando, aproximadamente, 15% descontratada a partir de 2016 quando combinado com os recursos da comercializadora de energia controlada da Companhia.

A partir de 2016, as receitas das controladas de geração estão sujeitas também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

As controladas de transmissão podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Estes eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, quebra ou falha de equipamentos e/ou processos, desempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, ineficiência dos ativos de transmissão e catástrofes (explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares). A cobertura de seguro de nossas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e perdas em razão dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio. Além disso, toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações de nossas controladas de transmissão estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, à aplicação de penalidades determinadas pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Além disso, caso seja interrompido as operações ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos em nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar um efeito adverso significativo nos negócios, condição financeira e resultados operacionais das controladas.

34.6.4 Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados às moedas estrangeiras, visto que a exposição a dívidas denominadas em moeda estrangeira na Companhia e suas controladas representa apenas 16,19% do total da dívida consolidada (11,03% em 31 de dezembro de 2016).

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Notas Explicativas

34.6.5 Risco de regulação

As atividades das controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

34.6.6 Risco financeiros

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a da perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e com estabelecimentos de limites de concentração.

34.6.7 Risco de aceleração de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. (vide notas explicativas 23 e 24).

34.6.8 Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ocorrer à captação de novos empréstimos, dentre outros instrumentos que a Companhia e suas controladas julgarem necessário.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida liquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos (líquidos dos custos a amortizar)				
Circulante	(1.471)	(3.536)	(619.446)	(662.439)
Não circulante	-	(1.466)	(1.659.989)	(1.558.146)
Debêntures (líquidos dos custos a amortizar)				
Circulante	(78.271)	(135.078)	(471.937)	(522.445)
Não circulante	(647.643)	(699.189)	(2.011.799)	(1.824.621)
Dívida total	(727.385)	(839.269)	(4.763.171)	(4.567.651)
Caixa e equivalentes de caixa	570.694	271.916	1.580.070	613.734
Investimentos de curto prazo	365.765	215.439	365.765	215.439
Títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante)	-	-	128.705	105.100
Dívida líquida	209.074	(351.914)	(2.688.631)	(3.633.378)
Patrimônio líquido	3.883.930	2.899.182	5.606.797	4.557.811
Índice de endividamento líquido	**(0,05)**	**0,12**	**0,48**	**0,80**

Notas Explicativas

35.Informações por segmento

Os segmentos operacionais da Alupar consistem na atividade de transmissão e geração de energia.

Os indicadores chaves utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia são o lucro líquido e LAJIDA. Ao LAJIDA não é feito nenhum ajuste.

As receitas, os custos e as despesas operacionais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão apresentados de forma consolidada na tabela abaixo:

	Exercício findo em 31/12/2017				Subtotal	Eliminações - Controle compartilhado	Eliminações - Intercompanhia	Total consolidado
	Transmissão	Geração	Holding (a)	Outros (b)				
Receita operacional bruta	**1.189.187**	**573.871**	**-**	**187.942**	**1.951.000**	**(81.247)**	**(170.705)**	**1.699.048**
Receita de transmissão de energia	123.453	-	-	-	123.453	(9.893)	-	113.560
Receita de infraestrutura	53.445	-	-	-	53.445	(13.303)	-	40.142
Remuneração do ativo financeiro da concessão	1.012.289	-	-	-	1.012.289	(58.051)	-	954.238
Suprimento de energia	-	573.871	-	178.818	752.689	-	(161.581)	591.108
Consultoria e assessoramento na área regulatória	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	9.124	9.124	-	(9.124)	-
Deduções da receita operacional bruta	**(108.196)**	**(38.699)**	**-**	**(21.653)**	**(168.548)**	**7.691**	**-**	**(160.857)**
Receita operacional líquida	**1.080.991**	**535.172**	**-**	**166.289**	**1.782.452**	**(73.556)**	**(170.705)**	**1.538.191**
Custo do serviço								
Custo com energia elétrica								
Energia comprada para revenda	-	(95.501)	-	(178.506)	(274.007)	-	161.581	(112.426)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	-	(28.196)	-	-	(28.196)	-	-	(28.196)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-	(8.400)	-	-	(8.400)	-	-	(8.400)
Custo de operação								
Custo dos serviços prestados	(85.418)	(40.728)	-	(14.239)	(140.385)	6.823	9.124	(124.438)
Custo de infraestrutura	(53.445)	-	-	-	(53.445)	13.303	-	(40.142)
Depreciação / Amortização	(36)	(93.425)	-	(18)	(93.479)	-	-	(93.479)
	(138.899)	**(266.250)**	**-**	**(192.763)**	**(597.912)**	**20.126**	**170.705**	**(407.081)**
Lucro bruto	**942.092**	**268.922**	**-**	**(26.474)**	**1.184.540**	**(53.430)**	**-**	**1.131.110**
Despesas e receitas operacionais								
Administrativas e gerais	(45.643)	(19.510)	(32.982)	(31)	(98.166)	3.958	-	(94.208)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	422.853	-	422.853	-	(399.476)	23.377
Outras receitas	-	11.212	(208)	-	11.004	-	-	11.004
Outras despesas	(8)	(112)	(446)	-	(566)	5	-	(561)
	(45.651)	**(8.410)**	**389.217**	**(31)**	**335.125**	**3.963**	**(399.476)**	**(60.388)**
LAJIR	**896.441**	**260.512**	**389.217**	**(26.505)**	**1.519.665**	**(49.467)**	**(399.476)**	**1.070.722**
Depreciação / Amortização	2.795	94.632	2.009	22	99.458	-	-	99.458
LAJIDA	899.236	355.144	391.226	(26.483)	1.619.123	(49.467)	(399.476)	1.170.180
Despesas e receitas financeiras								
Despesas financeiras	(171.196)	(159.088)	(105.873)	(24)	(436.181)	12.445	-	(423.736)
Encargos de dívidas	(163.045)	(139.066)	(104.424)	-	(406.535)	11.265	-	(395.270)
Variações cambiais	(649)	(13.797)	(330)	-	(14.776)	-	-	(14.776)
Outras	(7.502)	(6.225)	(1.119)	(24)	(14.870)	1.180	-	(13.690)
Receitas financeiras	28.746	40.687	75.569	72	145.074	(2.339)	-	142.735
Receitas de aplicações financeiras	25.200	15.389	73.762	72	114.423	(1.988)	-	112.435
Outras	3.546	25.298	1.807	-	30.651	(351)	-	30.300
	(142.450)	**(118.401)**	**(30.304)**	**48**	**(291.107)**	**10.106**	**-**	**(281.001)**
LAIR	**753.991**	**142.111**	**358.913**	**(26.457)**	**1.228.558**	**(39.361)**	**(399.476)**	**789.721**
IR e CSLL correntes	(89.926)	(15.363)	(101)	-	(105.390)	1.778	-	(103.612)
IR e CSLL diferidos	22.255	(8.645)	-	-	13.610	6.006	-	19.616
	(67.671)	**(24.008)**	**(101)**	**-**	**(91.780)**	**7.784**	**-**	**(83.996)**
Lucro líquido Consolidado	**686.320**	**118.103**	**358.812**	**(26.457)**	**1.136.778**	**(31.577)**	**(399.476)**	**705.725**
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(374.840)	(374.840)
Lucro líquido Alupar	**686.320**	**118.103**	**358.812**	**(26.457)**	**1.136.778**	**(31.577)**	**(774.316)**	**330.885**
Ativos operacionais	**5.185.377**	**4.119.434**	**65.347**	**354**	**9.370.512**	**(696.984)**	**(51.026)**	**8.622.502**
Passivos operacionais	**117.962**	**202.081**	**40.632**	**1.928**	**362.603**	**(4.711)**	**(51.026)**	**306.866**

Notas Explicativas

	Exercício findo em 31/12/2017					Total eliminações	Total consolidado
	Subtotal	Eliminações					
		Transmissão	Geração	Holding	Outros		
Receita operacional bruta	**1.951.000**	**(81.247)**	**(161.581)**	**-**	**(9.124)**	**(251.952)**	**1.699.048**
Receita de transmissão de energia	123.453	(9.893)	-	-	-	(9.893)	113.560
Receita de infraestrutura	53.445	(13.303)	-	-	-	(13.303)	40.142
Remuneração do ativo financeiro da concessão	1.012.289	(58.051)	-	-	-	(58.051)	954.238
Suprimento de energia	752.689	-	(161.581)	-	-	(161.581)	591.108
Consultoria e assessoramento na área regulatória	-	-	-	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	9.124	-	-	-	(9.124)	(9.124)	-
Deduções da receita operacional bruta	(168.548)	**7.691**	**-**	**-**		**7.691**	**(160.857)**
Receita operacional líquida	**1.782.452**	**(73.556)**	**(161.581)**	**-**	**(9.124)**	**(244.261)**	**1.538.191**
Custo do serviço							
Custo com energia elétrica							
Energia comprada para revenda	(274.007)	-	-	-	161.581	161.581	(112.426)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	(28.196)	-	-	-	-	-	(28.196)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(8.400)	-	-	-	-	-	(8.400)
Custo de operação	-						
Custo dos serviços prestados	(140.385)	6.823	9.124	-	-	15.947	(124.438)
Custo de infraestrutura	(53.445)	13.303	-	-	-	13.303	(40.142)
Depreciação / Amortização	(93.479)	-	-	-	-	-	(93.479)
	(597.912)	**20.126**	**9.124**	**-**	**161.581**	**190.831**	**(407.081)**
Lucro bruto	**1.184.540**	**(53.430)**	**(152.457)**	**-**	**152.457**	**(53.430)**	**1.131.110**
Despesas e receitas operacionais							
Administrativas e gerais	(98.166)	3.958	-	-	-	3.958	(94.208)
Resultado de equivalência patrimonial	422.853	-	-	(399.476)	-	(399.476)	23.377
Outras receitas	11.004	-	-	-	-	-	11.004
Outras despesas	(566)	5	-	-	-	5	(561)
	335.125	**3.963**	**-**	**(399.476)**	**-**	**(395.513)**	**(60.388)**
LAJIR	**1.519.665**	**(49.467)**	**(152.457)**	**(399.476)**	**152.457**	**(448.943)**	**1.070.722**
Depreciação / Amortização	99.458	-	-	-	-	-	99.458
LAJIDA	1.619.123	(49.467)	(152.457)	(399.476)	152.457	(448.943)	1.170.180
Despesas e receitas financeiras							
Despesas financeiras	(436.181)	12.445	-	-	-	12.445	(423.736)
Encargos de dívidas	(406.535)	11.265	-	-	-	11.265	(395.270)
Variações cambiais	(14.776)	-	-	-	-	-	(14.776)
Outras	(14.870)	1.180	-	-	-	1.180	(13.690)
Receitas financeiras	145.074	(2.339)	-	-	-	(2.339)	142.735
Receitas de aplicações financeiras	114.423	(1.988)	-	-	-	(1.988)	112.435
Outras	30.651	(351)	-	-	-	(351)	30.300
	(291.107)	**10.106**	**-**	**-**	**-**	**10.106**	**(281.001)**
LAIR	**1.228.558**	**(39.361)**	**(152.457)**	**(399.476)**	**152.457**	**(438.837)**	**789.721**
IR e CSLL correntes	(105.390)	1.778	-	-	-	1.778	(103.612)
IR e CSLL diferidos	13.610	6.006	-	-	-	6.006	19.616
	(91.780)	**7.784**	**-**	**-**	**-**	**7.784**	**(83.996)**
Lucro líquido Consolidado	**1.136.778**	**(31.577)**	**(152.457)**	**(399.476)**	**152.457**	**(431.053)**	**705.725**
Participação de não controladores	-	(338.452)	(29.249)	(7.139)	-	(374.840)	(374.840)
Lucro líquido Alupar	**1.136.778**	**(370.029)**	**(181.706)**	**(406.615)**	**152.457**	**(805.893)**	**330.885**
Ativos operacionais	**9.370.512**	**(696.984)**	**-**	**(51.026)**	**-**	**(748.010)**	**8.622.502**
Passivos operacionais	**362.603**	**(4.711)**	**-**	**(51.026)**	**-**	**(55.737)**	**306.866**

(a) Holding compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis
(b) Outros compreende atividade de comercialização e serviços de O&M que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente

Notas Explicativas

As receitas, os custos e as despesas operacionais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 estão apresentados de forma consolidada na tabela abaixo:

	Exercício findo em 31/12/2016				Subtotal	Eliminações - Controle compartilhado	Eliminações - Intercompanhia	Total consolidado
	Transmissão	Geração	Holding (a)	Outros (b)				
Receita operacional bruta	**1.331.511**	**482.214**	**-**	**80.020**	**1.893.745**	**(89.847)**	**(98.608)**	**1.705.290**
Receita de transmissão de energia	123.396	-	-	-	123.396	(8.472)	-	114.924
Receita de infraestrutura	65.696	-	-	-	65.696	(25.881)	-	39.815
Remuneração do ativo financeiro da concessão	1.142.419	-	-	-	1.142.419	(55.494)	-	1.086.925
Suprimento de energia	-	482.214	-	68.613	550.827	-	(87.201)	463.626
Consultoria e assessoramento na área regulatória	-	-	-	9	9	-	(9)	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	11.398	11.398	-	(11.398)	-
Deduções da receita operacional bruta	**(107.691)**	**(42.706)**	**-**	**(7.854)**	**(158.251)**	**6.772**	**-**	**(151.479)**
Receita operacional líquida	**1.223.820**	**439.508**	**-**	**72.166**	**1.735.494**	**(83.075)**	**(98.608)**	**1.553.811**
Custo do serviço								
Custo com energia elétrica								
Energia comprada para revenda	-	(71.130)	-	(73.109)	(144.239)	-	87.201	(57.038)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	-	(26.725)	-	-	(26.725)	-	-	(26.725)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-	(8.729)	-	-	(8.729)	-	-	(8.729)
Custo de operação								
Custo dos serviços prestados	(87.339)	(41.528)	-	(12.360)	(141.227)	5.324	11.407	(124.496)
Custo de infraestrutura	(65.696)	-	-	-	(65.696)	25.881	-	(39.815)
Depreciação / Amortização	(39)	(83.348)	-	(11)	(83.398)	-	-	(83.398)
	(153.074)	**(231.460)**	**-**	**(85.480)**	**(470.014)**	**31.205**	**98.608**	**(340.201)**
Lucro bruto	**1.070.746**	**208.048**	**-**	**(13.314)**	**1.265.480**	**(51.870)**	**-**	**1.213.610**
Despesas e receitas operacionais								
Administrativas e gerais	(45.629)	583	(36.639)	(43)	(81.728)	3.472	-	(78.256)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	388.459	-	388.459	-	(358.260)	30.199
Outras receitas	1.544	274	81.676	-	83.494	(5)	-	83.489
Outras despesas	(3.362)	(4.290)	(3.293)	-	(10.945)	3.351	-	(7.594)
	(47.447)	**(3.433)**	**430.203**	**(43)**	**379.280**	**6.818**	**(358.260)**	**27.838**
LAJIR	**1.023.299**	**204.615**	**430.203**	**(13.357)**	**1.644.760**	**(45.052)**	**(358.260)**	**1.241.448**
Depreciação / Amortização	2.676	84.099	1.299	15	88.089	-	-	88.089
LAJIDA	1.025.975	288.714	431.502	(13.342)	1.732.849	(45.052)	(358.260)	1.329.537
Despesas e receitas financeiras								
Despesas financeiras	(246.088)	(151.947)	(128.716)	(11)	(526.762)	13.529	-	(513.233)
Encargos de dívidas	(226.276)	(138.838)	(123.176)	-	(488.290)	12.124	-	(476.166)
Variações cambiais	(1.452)	(2.160)	(2.953)	-	(6.565)	-	-	(6.565)
Outras	(18.360)	(10.949)	(2.587)	(11)	(31.907)	1.405	-	(30.502)
Receitas financeiras	28.866	24.810	31.986	79	85.741	(2.763)	-	82.978
Receitas de aplicações financeiras	26.705	19.307	28.908	79	74.999	(2.788)	-	72.211
Outras	2.161	5.503	3.078	-	10.742	25	-	10.767
	(217.222)	**(127.137)**	**(96.730)**	**68**	**(441.021)**	**10.766**	**-**	**(430.255)**
LAIR	**806.077**	**77.478**	**333.473**	**(13.289)**	**1.203.739**	**(34.286)**	**(358.260)**	**811.193**
IR e CSLL correntes	(69.775)	(14.175)	(16)	-	(83.966)	2.275	-	(81.691)
IR e CSLL diferidos	(49.359)	3.234	-	-	(46.125)	6.348	-	(39.777)
	(119.134)	**(10.941)**	**(16)**	**-**	**(130.091)**	**8.623**	**-**	**(121.468)**
Lucro líquido Consolidado	**686.943**	**66.537**	**333.457**	**(13.289)**	**1.073.648**	**(25.663)**	**(358.260)**	**689.725**
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(378.913)	(378.913)
Lucro líquido Alupar	**686.943**	**66.537**	**333.457**	**(13.289)**	**1.073.648**	**(25.663)**	**(737.173)**	**310.812**
Ativos operacionais	**5.295.867**	**3.865.005**	**55.318**	**1.358**	**9.217.548**	**(671.664)**	**(39.785)**	**8.506.099**
Passivos operacionais	**125.011**	**238.124**	**17.662**	**1.546**	**382.343**	**(14.233)**	**(39.785)**	**328.325**

(a) Holding compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis
(b) Outros compreende atividade de comercialização e serviços de O&M que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente

Notas Explicativas

	Exercício findo em 31/12/2016					Total eliminações	Total consolidado
	Subtotal	Eliminações					
		Transmissão (*)	Geração	Holding	Outros		
Receita operacional bruta	**1.893.745**	**(89.847)**	**(87.201)**	**-**	**(11.407)**	**(188.455)**	**1.705.290**
Receita de transmissão de energia	123.396	(8.472)	-	-	-	(8.472)	114.924
Receita de infraestrutura	65.696	(25.881)	-	-	-	(25.881)	39.815
Remuneração do ativo financeiro da concessão	1.142.419	(55.494)	-	-	-	(55.494)	1.086.925
Suprimento de energia	550.827	-	(87.201)	-	-	(87.201)	463.626
Consultoria e assessoramento na área regulatória	9	-	-	-	(9)	(9)	-
Serviços de operação e manutenção	11.398	-	-	-	(11.398)	(11.398)	-
Deduções da receita operacional bruta	**(158.251)**	**6.772**	**-**	**-**	**-**	**6.772**	**(151.479)**
Receita operacional líquida	**1.735.494**	**(83.075)**	**(87.201)**	**-**	**(11.407)**	**(181.683)**	**1.553.811**
Custo do serviço							
Custo com energia elétrica							
Energia comprada para revenda	(144.239)	-	-	-	87.201	87.201	(57.038)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	(26.725)	-	-	-	-	-	(26.725)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(8.729)	-	-	-	-	-	(8.729)
Custo de operação							
Custo dos serviços prestados	(141.227)	5.324	11.407	-	-	16.731	(124.496)
Custo de infraestrutura	(65.696)	25.881	-	-	-	25.881	(39.815)
Depreciação / Amortização	(83.398)	-	-	-	-	-	(83.398)
	(470.014)	**31.205**	**11.407**	**-**	**87.201**	**129.813**	**(340.201)**
Lucro bruto	**1.265.480**	**(51.870)**	**(75.794)**	**-**	**75.794**	**(51.870)**	**1.213.610**
Despesas e receitas operacionais							
Administrativas e gerais	(81.728)	3.472	-	-	-	3.472	(78.256)
Resultado de equivalência patrimonial	388.459	-	-	(358.260)	-	(358.260)	30.199
Outras receitas	83.494	(5)	-	-	-	(5)	83.489
Outras despesas	(10.945)	3.351	-	-	-	3.351	(7.594)
	379.280	**6.818**	**-**	**(358.260)**	**-**	**(351.442)**	**27.838**
LAJIR	**1.644.760**	**(45.052)**	**(75.794)**	**(358.260)**	**75.794**	**(403.312)**	**1.241.448**
Depreciação / Amortização	**88.089**	-	-	-	-	-	88.089
LAJIDA	1.732.849	(45.052)	(75.794)	(358.260)	75.794	(403.312)	1.329.537
Despesas e receitas financeiras							
Despesas financeiras	(526.762)	13.529	-	-	-	13.529	(513.233)
Encargos de dívidas	(488.290)	12.124	-	-	-	12.124	(476.166)
Variações cambiais	(6.565)	-	-	-	-	-	(6.565)
Outras	(31.907)	1.405	-	-	-	1.405	(30.502)
Receitas financeiras	85.741	(2.763)	-	-	-	(2.763)	82.978
Receitas de aplicações financeiras	74.999	(2.788)	-	-	-	(2.788)	72.211
Outras	10.742	25	-	-	-	25	10.767
	(441.021)	**10.766**	**-**	**-**	**-**	**10.766**	**(430.255)**
LAIR	**1.203.739**	**(34.286)**	**(75.794)**	**(358.260)**	**75.794**	**(392.546)**	**811.193**
IR e CSLL correntes	(83.966)	2.275	-	-	-	2.275	(81.691)
IR e CSLL diferidos	(46.125)	6.348	-	-	-	6.348	(39.777)
	(130.091)	**8.623**	**-**	**-**	**-**	**8.623**	**(121.468)**
Lucro líquido Consolidado	**1.073.648**	**(25.663)**	**(75.794)**	**(358.260)**	**75.794**	**(383.923)**	**689.725**
Participação de não controladores	-	(347.258)	(24.752)	(6.903)	-	(378.913)	(378.913)
Lucro líquido Alupar	**1.073.648**	**(372.921)**	**(100.546)**	**(365.163)**	**75.794**	**(762.836)**	**310.812**
Ativos operacionais	**9.217.548**	**(671.664)**	**(3.327)**	**(35.145)**	**(1.313)**	**(711.449)**	**8.506.099**
Passivos operacionais	**382.343**	**(14.233)**	**(3.327)**	**(35.145)**	**(1.313)**	**(54.018)**	**328.325**

Notas Explicativas

36.Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: assistência médica, vale transporte, auxílio alimentação, auxílio educação, plano de previdência privada que por sua vez propõe planos de complementação de aposentadoria, onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização, no cálculo atuarial das reservas.

A tabela abaixo demonstra os valores dos benefícios concedidos aos empregados da Companhia e suas controladas.

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2017	31/12/2016
Assistência médica e vale transporte	6.034	5.417
Previdência privada (*)	1.127	1.412
Educação	182	205
Auxilio alimentação	3.781	3.740
Outros	1.481	1.066
Total	**12.605**	**11.840**

(*) A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria para seus empregados, implementado num plano de contribuição definida. Um banco privado é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia e suas controladas. O custeio do plano para as parcelas de contribuição definida é paritário entre a Companhia e suas controladas e os empregados. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (no valor de 1% sobre a parcela do salário de participação limitado até 8%, variando de acordo com a faixa etária do empregado) e com contrapartida, a Companhia e suas controladas farão a contribuição no valor de 100% da contribuição efetuada pelo participante.

Notas Explicativas

37.Seguros

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2017 estão assim distribuídos:

Responsabilidade civil				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Alupar Investimento S.A. (****)	28/08/2017	28/08/2018	50.000	132
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	04/07/2017	04/07/2018	13.409	4
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	04/07/2017	04/07/2018	9.561	3
Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A.	04/07/2017	04/07/2018	15.139	4
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	04/07/2017	04/07/2018	44.354	13
Energia dos ventos S.A (***)	31/12/2017	31/12/2018	5.000	140
Ferreira Gomes Energia S.A.	03/12/2017	03/12/2018	100.000 (*)	73 (*)
Foz do Rio Claro Energia S.A.	03/12/2017	03/12/2018	100.000 (*)	73 (*)
Grupo TBE (**)	30/01/2017	31/01/2018	5.000	48
Ijuí Energia S.A.	03/12/2017	03/12/2018	100.000 (*)	73 (*)
Verde 8 Energia S.A.	28/07/2017	31/05/2018	50.000	225
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	03/12/2017	03/12/2018	100.000 (*)	73 (*)
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	03/12/2017	03/12/2018	100.000 (*)	73 (*)

(*) A importância assegurada no montante de R$ 100.000 e o prêmio total no montante de R$ 73 são compartilhados entre as controladas Ferreira Goms, Foz, Ijuí, Queluz e Lavrinhas.

(**) O Grupo TBE é formado pelas seguintes empresas: EATE, STC, Lumitrans, EBTE, ETEP, ESDE, ECTE, ETSE, ENTE, ERTE

(***) EDV's corresponde as seguintes controladas: EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X.

(****) A importância assegurada refere-se a responsabilidade civil dos administradores e está compartilhada com todas as empresas controladas.

Riscos de engenharia				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Energia dos ventos S.A (*)	31/10/2017	31/12/2018	215.949	468
Verde 8 Energia S.A.	28/07/2017	31/05/2018	178.425	699
La Virgen	29/12/2017	01/01/2018	US$163,729	USD127

(*) EDV's corresponde as seguintes controladas: EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X.

Riscos nomeados / operacionais				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Ferreira Gomes Energia S.A.	03/12/2017	03/12/2018	1.018.490	952 (*)
Companhia Transirapé de Transmissão	24/05/2017	24/05/2018	31.747	40
Companhia Transleste de Transmissão	17/12/2017	17/12/2018	9.750	17
Companhia Transudeste de Transmissão	24/05/2017	24/05/2018	3.641	6
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	04/07/2017	04/07/2018	8.124	10
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	04/07/2017	04/07/2018	45.905	57
Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A.	04/07/2017	04/07/2018	20.514	25
Foz do Rio Claro Energia S.A.	03/12/2017	03/12/2018	234.000	952 (*)
Grupo TBE (**)	30/01/2017	30/01/2018	289.915	271
Ijuí Energia S.A.	03/12/2017	03/12/2018	270.000	952 (*)
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	16/03/2017	16/03/2018	3.372	57
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	04/07/2017	04/07/2018	117.060	145
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	03/12/2017	03/12/2018	141.938	952 (*)
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	03/12/2017	03/12/2018	163.538	952 (*)
Energia dos ventos S.A (***)	31/10/2017	31/10/2018	143.299	111
Verde 8 Energia S.A.	17/06/2017	01/04/2018	10.316	184
Tansnorte Energia S.A.	12/02/2017	12/02/2018	34.305	60

(*) A importância assegurada no montante de R$ 983.861 e o prêmio total no montante de R$ 952 são compartilhados entre as controladas Ferreira Gomes, Foz, Ijuí, Queluz e

(**) O Grupo TBE é formado pelas seguintes empresas: EATE, STC, Lumitrans, EBTE, ETEP, ESDE, ECTE, ETSE, ENTE, ERTE

(***) EDV's corresponde as seguintes controladas: EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X.

Riscos diversos				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	31/12/2017	31/12/2018	209	2
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	10/09/2017	10/09/2018	290	2
AF Energia S.A.	10/12/2017	10/12/2018	1.149	1
AF Energia S.A.	30/05/2017	30/05/2018	2.530	2
Risaralda Energia	01/07/2017	30/06/2018	$1.048.000	$3

Notas Explicativas

Veículos				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Alupar Investimento S.A.	19/06/2017	19/06/2018	100% tabela FIPE	7
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	19/09/2017	19/09/2018	20	3
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (I)	07/10/2017	07/10/2018	75	4
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (II)	19/09/2017	19/09/2018	200	7
Foz do Rio Claro Energia S.A.	19/06/2017	19/06/2018	100% tabela FIPE	6
Grupo TBE (*)	31/01/2017	31/01/2018	500	93
Ijuí Energia S.A.	19/06/2017	19/06/2018	100% tabela FIPE	5
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (II)	27/04/2017	27/04/2018	55	31
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	19/06/2017	19/06/2018	100% tabela FIPE	4
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	19/06/2017	19/06/2018	100% tabela FIPE	5
Ferreira Gomes Energia S.A.	19/06/2017	19/06/2018	100% tabela FIPE	35
Risaralda Energia	20/03/2017	20/03/2018	$93.000	$3
Risaralda Energia	11/03/2017	11/03/2018	$72.700	$2

(*) O Grupo TBE é formado pelas seguintes empresas: EATE, STC, Lumitrans, EBTE, ETEP, ESDE, ECTE, ETSE, ENTE, ERTE

Fraude corporativa e D.O				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Grupo TBE (*)	30/01/2017	31/01/2018	5.000	55
Transmissora Colombiana de Eenergia SAS ESP	01/07/2017	01/07/2018	$1.000.000	$4
Risaralda Energia	01/07/2017	01/07/2018	$1.000.000	$7

(*) O Grupo TBE é formado pelas seguintes empresas: EATE, STC, Lumitrans, EBTE, ETEP, ESDE, ECTE, ETSE, ENTE, ERTE

38.Eventos subsequentes

Adiantamento para futuro aumento de capital

Os adiantamentos para futuro aumento de capital realizados pela Companhia após o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são conforme segue:

Controlada	Data	Valor
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	04/01/2018	700
Agua Limpa S.A.	16/01/2018	20
AF Energia S.A.	16/01/2018	600
BJL Transmissora de Energia Élétrica S.A.	01/02/2018	5.448
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	08/02/2018	1.020
Verde 8 Energia S.A.	27/02/2018	3.000
Verde 8 Energia S.A.	08/03/2018	3.000
		13.788

Quitação de Empréstimo da Controlada La Virgen

Em 06 de janeiro de 2018, a Controlada La Virgen quitou de forma integral os empréstimos junto ao Banco Santander – Contrato de Bridge Credit Agreement no montante de R$ 100.960, e o contrato COFIDE no montante de R$ 166.119.

Aquisição de participação na empresa BJL Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“BJL”)

Em 01 de novembro de 2017, a Companhia através de seu Conselho de Administração aprovou a celebração de Contrato de Compra e Venda de Ações e de Cessão de Direito de Subscrição com a Apollo 12, que reflete a aquisição de 50% do capital social e votante da BJL SPE Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Em 06 de fevereiro de 2018, através do Despacho nº 327, a ANEEL anuiu a operação de compra.

Notas Explicativas

Declaração e Pagamento de Dividendos Intercalares

A Companhia em 29 de janeiro de 2018, através do Conselho de Administração, aprovou, ad referendum pela Assembleia Geral Ordinária a se realizar até 30 de abril de 2018, a declaração de dividendos intercalares, a serem pagos aos acionistas com base no balanço patrimonial da Companhia levantado em 30 de junho de 2017, no valor total de R$ 61.537.788,83 (sessenta e um milhões quinhentos e trinta e sete mil setecentos e oitenta e oito reais e oitenta e três centavos), o que equivale a R$ 0,07 por ação ou R$ 0,21 por Unit. Os dividendos intercalares serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das S.A., caso sua distribuição seja ratificada pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

O pagamento dos dividendos intercalares foi realizado aos acionistas na data de 16 de fevereiro de 2018. Fizeram jus ao recebimento dos dividendos ora declarados os acionistas inscritos nos registros da Companhia no final do dia 01 de fevereiro de 2018. Desta forma, as ações de emissão da Companhia passaram a ser negociadas “exdividendos” a partir de 02 de fevereiro de 2018.

Compromissos

Em 31 de dezembro de 2017, as controladas em fase pre operacional mantem contratos de prestação de serviços, gastos ambientais e fornecimento de matérias para a construção dos respectivos empreendimentos, no montante de R$ 100.379.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da

Alupar Investimento S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Alupar Investimento S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Alupar Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui R$ 4.025.510 referente a ativo imobilizado apresentado nas demonstrações contábeis consolidadas. Conforme mencionado nas notas explicativas 3.5 e 15, a Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGC"). Para o cálculo do valor recuperável utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras.

Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil e ao impacto que eventual alteração nas premissas poderia trazer nas demonstrações contábeis consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento dos controles internos chave relacionados à elaboração das projeções do fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pela diretoria. Analisamos a avaliação da administração da Companhia quanto à existência de indicadores de redução ao valor recuperável (ou de sua reversão) em relação às suas UGC, por meio de análises da conjuntura econômica e do desempenho de cada UGC no exercício e reuniões com as diretorias operacionais da Companhia e suas controladas. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia, especialmente as relativas a taxa de desconto, volume e preço de venda de energia projetado, inflação, aumento de custos e taxas, continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos. Além disso, realizamos discussões com a administração, avaliando também se as premissas foram definidas e aplicadas de acordo com as características de cada segmento de negócio. Avaliamos a análise de sensibilidade do impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis e razoáveis mudanças nas premissas-chave de preço e projeções de custo operacional usadas pela Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação às premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo imobilizado.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências obtidas, consideramos que os saldos do ativo imobilizado são aceitáveis no tocante, inclusive, quanto à sua recuperabilidade, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

• Valorização do saldo de contas a receber (Ativo financeiro) da Concessão - Transmissoras - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações contábeis consolidadas um saldo significativo relacionado ao contas a receber (ativo financeiro) da concessão no montante de R$ 4.323.510, conforme mencionado na nota explicativa 10, sendo esse saldo relacionado aos investimentos realizados na infraestrutura das linhas de transmissão em consonância com o contrato de concessão. O referido contrato de concessão assegura incondicionalmente à Companhia o direito de receber caixa ou equivalente de caixa em contrapartida aos investimentos realizados, independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, caracterizando-se assim um ativo financeiro. Durante o período de concessão, o valor relativo ao contas a receber da concessão se realiza por meio do recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), conforme contrato de concessão. Adicionalmente, esse ativo financeiro é mensurado a cada período de reporte considerando-se uma taxa de atualização baseada em índices inflacionários e descontado pela taxa interna de retorno da Companhia. Ao término do período de concessão é assegurado à Companhia o direito à indenização relativa ao investimento realizado e não recuperado durante o período de concessão pelo recebimento da RAP. Devido a relevância do ativo financeiro no contexto das demonstrações contábeis, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento sobre os controles internos chave relacionados a valorização do saldo de Contas a receber da concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil do ativo financeiro e despesas de manutenção, controles de conclusão dos projetos e do processo de determinação do início do registro da amortização dos investimentos. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para valorização das contas a receber da concessão (ativo financeiro), incluindo a razoabilidade das principais premissas utilizadas incluindo a taxa de reajuste da RAP e taxa de desconto. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, ainda, a inspeção documental, em base amostral, das transações que resultaram em adições ao ativo financeiro da Companhia ocorridas durante o exercício, considerando a adequação da classificação dos valores dos investimentos entre ativo financeiro e gastos com manutenção reconhecidos no resultado do exercício bem como a natureza desses investimentos. Consideramos ainda, em base amostral, a conciliação entre os registros contábeis e movimentação do recebimento financeiro dos valores relativos à RAP. Avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia em suas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o saldo de Contas a receber (ativo financeiro) da concessão no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Nada temos a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a diretoria da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à diretoria da Companhia declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a diretoria da Companhia, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo

Contador CRC 1SP160482/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Contábeis

São Paulo, 08 de março de 2018.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Alupar Investimento S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 08.364.948/0001-38 (“Companhia”), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Contábeis - para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

_____

José Luiz de Godoy Pereira

Diretor Vice-Presidente, Diretor Administrativo -Financeiro e de Relações com Investidores

_____

Paulo Roberto de Godoy Pereira

Diretor Presidente

_____

Enio Luigi Nucci

Diretor Técnico e Comercial

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

São Paulo, 08 de março de 2018.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Alupar Investimento S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 08.364.948/0001-38 (“Companhia”), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

_____

José Luiz de Godoy Pereira

Diretor Vice-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

_____

Paulo Roberto de Godoy Pereira

Diretor Presidente

_____

Enio Luigi Nucci

Diretor Técnico e Comercial